



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

X Legislatura

Número: 55

II Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 12 de março de 2014

Presidente: *Deputada Ana Luís (substituída no decorrer da sessão pelo Sr. Vice-Presidente da ALRAA, Deputado Ricardo Cabral)*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Valdemiro Vasconcelos*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 08 minutos.

Após a chamada das Sras. e dos Srs. Deputadas/os, a Sra. Presidente da Assembleia deu início aos trabalhos, no âmbito do **Período de Tratamento de Assuntos Políticos**, com a leitura de diversos votos. A saber:

- [Voto de Congratulação pelo 500º Aniversário da freguesia da Matriz, Horta](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Lido o voto pelo Sr. Deputado Lúcio Rodrigues, o mesmo foi submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

- [Voto de Congratulação referente ao Centenário do Império do Espírito Santo de Hudson \(Massachusetts\)](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após a apresentação do voto pelo Sr. Deputado José Andrade, participou no debate o Sr. Deputado Pedro Moura (*PS*).

Submetido à votação, o voto em apreço foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Congratulação referente aos 25 anos dos Jogos Desportivos Escolares**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Lido o voto pelo Sr. Deputado Lúcio Rodrigues, e após a intervenção do Sr. Deputado Cláudio Almeida (*PSD*), o mesmo foi submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

- **Voto de Congratulação referente à conquista do primeiro lugar no campeonato nacional de ténis de mesa pela atleta Ana Rita Costa**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

A apresentação do voto esteve a cargo da Sra. Deputada Judite Parreira.

Após a intervenção do Sr. Deputado Berto Messias (*PS*), o mesmo foi submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

- **Voto de Congratulação referente ao Centenário da Irmandade do Espírito Santo do Leste de San José (Califórnia)**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após a apresentação do voto pelo Sr. Deputado José Andrade, participou no debate o Sr. Deputado André Bradford (*PS*).

Submetido à votação, o voto em apreço foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Saudação pelo 50º aniversário do União Sebastianense Futebol Clube**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Lido o voto pelo Sr. Deputado António Parreira, e após a intervenção do Sr. Deputado Luís Rendeiro (*PSD*), o mesmo foi submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

- **Voto de Protesto referente à ampliação da pista do Aeroporto da Horta**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

O voto em apreço foi apresentado pelo Sr. Deputado Jorge Costa Pereira, tendo, seguidamente, intervindo no debate os Srs. Deputados Lúcio Rodrigues (*PS*) e Aníbal Pires (*PCP*).

Submetido à votação, o mesmo foi rejeitado.

- [Voto de Protesto referente à ampliação da pista do Aeroporto da Horta](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Lido o voto pelo Sr. Deputado Lúcio Rodrigues, e após a intervenção dos Srs. Deputados Luís Garcia (*PSD*) e Paulo Estêvão (*PPM*), o mesmo foi submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

- [Voto de Pesar pelo falecimento de João Afonso](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Apresentado o voto pelo Sr. Deputado Francisco Coelho, o mesmo foi submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

- [Voto de Pesar pelo falecimento de João Afonso](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Lido o voto pela Sra. Deputada Judite Parreira, o mesmo foi aprovado por unanimidade.

Ainda no âmbito do **Período de Tratamento de Assuntos Políticos**, proferiu uma declaração política o Sr. Deputado Jorge Costa Pereira (*PSD*).

De seguida, intervieram no debate os Srs. Deputados Francisco Coelho (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Berto Messias (*PS*), Félix Rodrigues (*CDS-PP*) e António Parreira (*PS*), bem como o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*).

Passando para a **Agenda da Reunião**, deu-se início à discussão do ponto 5:

[Proposta de Resolução n.º 4/X – “Conta da Região Autónoma dos Açores referente ao ano de 2012”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

A leitura do relatório esteve a cargo do Sr. Deputado José Ávila, tendo, de seguida, participado no debate o Sr. Deputado António Marinho (*PSD*), a Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*), os Srs. Deputados Artur Lima (*CDS-PP*), Aníbal Pires (*PCP*), Francisco César (*PS*) e Paulo Estêvão (*PPM*), bem como o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*).

O diploma em questão foi aprovado.

Passou-se, de seguida, para o ponto 6: [Petição n.º 9/X – “Encerramento da Estação dos Correios da Maia”](#), apresentada por Maria Angelina Pereira Pacheco, na qualidade de subscritora.

Lido o relatório da comissão pelo Sr. Deputado José Ávila (*PS*), intervieram no debate os Srs. Deputados Félix Rodrigues (*CDS-PP*), Aníbal Pires (*PCP*), a Sra. Deputada Marta Couto (*PS*), o Sr. Deputado Jorge Macedo (*PSD*) e o Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*).

Após a apresentação dos pontos 7 e 8 pela Sra. Presidente da Assembleia, [Pedido de autorização para prestação de depoimento, na qualidade de testemunha o Sr. Deputado Luís Maurício Mendonça Santos, no âmbito de ação de processo sumário 98/11.6TBAGH](#) e [Pedido de Autorização para prestação de depoimento, na qualidade de testemunha o Sr. Deputado Cláudio Borges de Almeida, no âmbito de ação de processo sumário 453/12.4YHLSB](#), os mesmos foram submetidos à votação e aprovados por unanimidade.

Seguidamente, a Sra. Presidente passou ao ponto 9: [Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 61/X – “Recomenda ao Governo Regional a aplicação de tarifas reduzidas no transporte de viaturas e passageiros e a manutenção da oferta existente nas ligações marítimas entre as ilhas do Grupo Central](#), apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

A sua justificação coube ao Sr. Deputado Aníbal Pires, tendo o pedido de urgência e dispensa de exame em comissão sido aprovado por unanimidade.

O Ponto 10, [Projeto de Resolução n.º 61/X – “Recomenda ao Governo Regional a aplicação de tarifas reduzidas no transporte de viaturas e passageiros e a manutenção da oferta existente nas ligações marítimas entre as ilhas do Grupo Central”](#), foi apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Após a sua leitura pelo Sr. Deputado Aníbal Pires, proferiram intervenções o Sr. Deputado Miguel Costa (*PS*), a Sra. Deputada Ana Espínola (*CDS-PP*), os Srs. Deputados Jorge Macedo (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), Artur Lima (*CDS-PP*), Rogério Veiros (*PS*), a Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*) e ainda do Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*).

O presente diploma foi aprovado.

Finalizando este ponto, o Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*) apresentou uma declaração de voto.

O último ponto em discussão foi o [Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 62/X – “Pronúncia sobre a fiscalização marítima na Zona Económica Exclusiva da Região Autónoma dos Açores”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Após a sua apresentação pelo Sr. Deputado Aníbal Pires, o mesmo foi submetido à votação e aprovado por unanimidade.

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 36 minutos.

Presidente: Bom dia a todos.

Vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa o favor de fazer a chamada.

Eram 10 horas e 08 minutos.

Procedeu-se à chamada, à qual responderam o/as seguintes Deputado/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

André Jorge Dionísio Bradford

António Gonçalves Toste Parreira

Arlinda Maria Focha Nunes

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira

Berto José Branco Messias

Catarina Paula Moniz Furtado

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Iasalde Fraga Nunes

Isabel Maria Duarte de Almeida Rodrigues

José António Vieira da Silva Contente

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

José Manuel Gregório de Ávila

Lizuarte Manuel Machado

Lúcio Manuel da Silva Rodrigues

Manuel Alberto da Silva Pereira

Maria da Graça Oliveira Silva

Marta Cristina Moniz do Couto

Miguel António Moniz Costa

Paulo Alexandre Vieira Borges

Pedro Miguel Medeiros de Moura

Renata Correia Botelho

Ricardo Bettencourt Ramalho

Ricardo Manuel Viveiros Cabral

Rogério Paulo Lopes Soares Veiros

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Batista Soares Marinho

António Lima Cardoso Ventura

António Oldemiro das Neves Pedroso

Bruno Filipe de Freitas Belo

Duarte Nuno d'Ávila Martins de Freitas

Humberto Trindade Borges de Melo

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

José Joaquim Ferreira Machado

Jorge Alberto da Costa Pereira

Jorge Manuel de Almada Macedo

José Maria de Medeiros de Andrade

Luís Carlos Correia Garcia

Luís Maurício Mendonça Santos
Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**
Maria **Judite** Gomes **Parreira**
Paulo Henrique **Parece** Rodrigues
Renato Jonas de Sousa Linhares **Cordeiro**
Valdemiro Adolfo dos Santos **Vasconcelos**

Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS/PP)

Ana Carina Alberto **Espínola**
Artur Manuel Leal de **Lima**
António **Félix** Flores **Rodrigues**

Bloco de Esquerda (BE)

Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Partido Comunista Português (PCP)

Aníbal da Conceição **Pires**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 53 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão.

Pode entrar o público.

Vamos entrar na apresentação de votos.

O primeiro é um voto de congratulação apresentado pelo Partido Socialista, referente ao 500º aniversário da freguesia da Matriz.

Tem a palavra o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Quinhentos anos celebra a freguesia de maior centralidade geográfica, política e religiosa da cidade da Horta: Matriz do Santíssimo Salvador, de seu nome.

Uma data relevante, dado esta freguesia assumir uma importância inigualável na ilha, pelo seu património, pelas suas instituições, pela sua história, pela sua organização e desenvolvimento económico, pelos seus filhos ilustres.

É na Matriz que está a sede do órgão máximo de Autonomia, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, e foi também na Matriz que o seu Plenário reuniu pela primeira vez, na Sociedade Amor da Pátria – um dos mais emblemáticos exemplares de arquitetura na ilha.

É igualmente na Matriz que se situam os Paços do Concelho, no antigo Colégio dos Jesuítas, onde também estão o Museu da Horta e a Igreja Matriz, bem como a Junta de Freguesia; as Igrejas de S. Francisco e do Carmo também se erguem nesta freguesia, tal como a Torre do Relógio, antiga torre da primitiva Igreja.

A Universidade dos Açores, no seu Departamento de Oceanografia e Pescas, a Casa Manuel de Arriaga, o Palacete de Santana, a Biblioteca Pública e Arquivo João José da Graça, o Teatro Faialense, são outros imóveis que contribuem para a sua riqueza arquitetónica.

Desde cedo a freguesia também se notabilizou pelo seu empreendedorismo comercial e pela sua organização administrativa. A Matriz dinamizou a cidade e a ilha, a Matriz envolveu os matricenses numa identidade cultural e social que se confunde com a da ilha mas que lhe soma o seu impulso.

As fronteiras da Matriz não estão, portanto, circunscritas ao seu perímetro de 1,6km nem aos seus 2.562 habitantes (dados dos últimos censos); a freguesia da Matriz estende a sua influência e comunga com a ilha a sua vontade de lançar obra no futuro e de vencer todos os desafios que se apresentarem.

Assim, a nossa comunidade celebra esta efeméride; assim, propomos, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, que esta Assembleia aprove, na presente reunião plenária, um voto de Congratulação pelos 500 anos da freguesia Matriz da Horta.

Propomos ainda que deste voto se dê conhecimento à Junta de Freguesia Matriz, à Câmara Municipal da Horta e aos órgãos de comunicação social locais.

Horta, Sala das Sessões, 12 de março de 2014

Os Deputados Regionais: *Lúcio Rodrigues, Pedro Moura, Berto Messias e António Parreira*

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Não havendo, vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora para um outro voto de congratulação referente ao centenário do Império do Espírito Santo de Hudson, apresentado pelo PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Andrade.

Deputado José Andrade (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Centenário do Império do Espírito Santo de Hudson

(Massachusetts)

Assinalar o centenário de um Império do Espírito Santo nos Açores é sempre justificado motivo de congratulação. Porque constitui a preservação da nossa tradição coletiva e porque assim representa a valorização da nossa identidade cultural.

Mas assinalar o centenário de um Império do Espírito Santo na diáspora açoriana, pelas razões invocadas, corresponde a um feito ainda mais notável e assume um significado ainda mais importante.

O centenário da fundação do “Império Micaelense do Espírito Santo da Trindade de Hudson”, no estado norte-americano de Massachusetts, merece, por isso, a mais viva congratulação do Parlamento dos Açores.

O império é historicamente micaelense, por razões que remontam à sua fundação, mas a comunidade é maioritariamente mariense, na área metropolitana de Boston.

Tudo começou em 1914, por iniciativa de um grupo de emigrantes oriundos da ilha de S. Miguel, de entre os quais se destacava o padre José Grilo. Nesse ano, quando Portugal comemorava o quarto aniversário da República e o Mundo despoletava a primeira Grande Guerra, um contingente de 6.000 portugueses, especialmente açorianos, transferia a sua esperança de vida para os Estados Unidos da América.

Como ponto de encontro e de identificação da comunidade açoriana de Hudson, o Império Micaelense do Espírito Santo foi fundado em 1914 e cumpre-se todos os anos, ininterruptamente, até à celebração do seu centenário, que ocorreu a 1 de março no Hudson Portuguese Club.

Entretanto, em 1939 a Irmandade foi reorganizada, em 1962 foi reconhecida pelo Estado de Massachusetts e só em 2013 alterou os seus estatutos para permitir a integração de associados oriundos de outras ilhas açorianas e de outras terras portuguesas, criando também o seu primeiro grupo de foliões tradicionais.

Para memória futura da comemoração centenária, ficam os nomes do mestre da cerimónia António Chaves, do presidente da irmandade Emanuel Graça e dos mordomos da função António e Fátima Cabral.

Em 2014, como há 100 anos, o culto em louvor do Divino Espírito Santo afirma e dignifica a identidade açoriana em terras americanas, com a crença de um povo transatlântico que nos distingue e valoriza.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores um **Voto de Congratulação pelo centenário do “Império Micaelense do Espírito Santo da Trindade de Hudson”**, comemorado a 1 de março nos Estados Unidos da América, do qual deve ser dado conhecimento formal à respetiva Irmandade.

Horta, Sala das Sessões, 12 de março de 2014

Os Deputados Regionais: *Duarte Freitas, António Marinho, António Ventura, José Andrade, Luís Garcia e Bruno Belo*

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Pedro Moura, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Moura (PS):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se a este voto de congratulação referente ao centenário do Império do Espírito Santo de Hudson, que foi fundado, como muito bem aqui já foi referido, em 1914, então como Irmandade do Divino Espírito Santo da Trindade, porque é na altura da Trindade que ele tem as suas celebrações maiores, embora este império mantenha as características dos seus antecedentes e daqueles que lhe deram origem, ou seja, os impérios açorianos com as tradicionais domingos, etc.

Este império está incluído no *Hudson Portuguese Club*, que tem também um império mariense. Porquê? Porque em Hudson, também como aqui já foi referido, existe uma importante comunidade mariense, que, nesta altura, é, digamos, maioritária em termos da cidade, e onde há destacadas figuras (empresários açorianos naturais da ilha de Santa Maria) que se têm destacado nos Estados Unidos, nomeadamente em atividades diversas como o setor turístico, viagens e também a construção civil.

A importância deste e de outros impérios que existem nas nossas comunidades nunca é demais realçar, porque constitui um elo fundamental e supra partidário, supra religioso, etc., está acima de qualquer eventual divisão entre as comunidades, para juntar todos os açorianos dessas localidades e manter vivos e ligados os seus laços à sua terra natal.

Por isso, associamo-nos a este voto e fazemos também o desejo que estas instituições continuem, com o apoio que, muitas vezes, lhes é dado a partir da Região Autónoma dos Açores para que se consiga manter a chama viva dos Açores além-fronteiras.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação refere-se aos 25 anos dos Jogos Desportivos Escolares.

Pelo Partido Socialista, tem a palavra o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

25 Anos – Jogos Desportivos Escolares

O desporto escolar na Região Autónoma dos Açores tem como objetivo promover o desporto e a prática da atividade física desportiva, aproveitando o enquadramento pedagógico e multidisciplinar do sistema educativo e contribuindo para o desenvolvimento global do aluno.

A prática desportiva nas escolas da Região Autónoma dos Açores é uma realidade e tem vindo a ser solidificada.

Exemplo disto são os Jogos Desportivos Escolares, que neste ano letivo completam 25 anos de existência. Este projeto genuinamente açoreano, concebido e desenvolvido na Região, apresenta uma longevidade que, com alterações e evoluções ao longo de um quarto de século, constitui prova irrefutável do seu valor e do seu contributo para uma formação que se quer eclética e promotora da troca de conhecimentos e experiências desportivas, sociais e culturais.

Os Jogos Desportivos Escolares são um projeto de valor desportivo e pedagógico comprovado, potenciam uma aproximação da Sociedade Civil às escolas e merecem a confiança e o investimento de todos, contribuindo, inquestionavelmente, para o desenvolvimento de um “Espírito de Escola”, uma

vez que os alunos que passam por essa experiência adquirem e reforçam a consciência de que estão a representar a sua escola, a sua comunidade escolar, a sua ilha.

Além dos aspetos relacionados com a Atividade Física Desportiva, e no respeito pela formação desportiva adequada às faixas etárias a que se destinam, os JDE promovem o envolvimento de outras áreas curriculares no cumprimento de determinadas tarefas transdisciplinares. É apanágio dos JDE premiar questões que se prendem com a formação integral do indivíduo, nomeadamente o civismo e a boa educação (prémio “espírito desportivo”), o desempenho académico (prémio “melhor aproveitamento escolar”), as capacidades artísticas e expressivas (prémio “valor artístico”), bem como a competitividade, a socialização e a saúde.

Tradicionalmente, os JDE desenvolvem-se em torno de um tema/lema que sublinhe valores sociais, que se pretende seja aglutinador de atividades multidisciplinares e ao qual é associada uma imagem/logótipo. No âmbito da celebração dos 25 anos dos Jogos Desportivos Escolares, e numa clara alusão ao movimento inerente ao desporto e à dinâmica que caracteriza o próprio projeto, foi escolhido como lema para a edição deste ano “Jogos Desportivos Escolares – 25 anos em movimento”.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, os deputados do Partido Socialista propõem a aprovação deste voto de Congratulação pelos 25 Anos dos Jogos Desportivos Escolares, e que este seja dado conhecimento à Secretaria Regional de Educação, Ciência e Cultura, às Unidades Orgânicas do Sistema Educativo Regional e aos órgãos de comunicação Social.

Horta, Sala das Sessões, 12 de março de 2014

Os Deputados Regionais: *Lúcio Rodrigues, Berto Messias, André Rodrigues e Catarina Moniz Furtado*

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Cláudio Almeida, tem a palavra.

(*) **Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Os Jogos Desportivos Escolares, de facto, têm sido uma forma de desenvolvimento de espírito desportivo e de companheirismo entre os alunos e estudantes das nossas escolas da região.

A prática desportiva deve ser vista como um bem-estar na vida e na promoção de hábitos de vida saudável.

Os jogos escolares desportivos promovem a competitividade desportiva entre os jovens nas nossas escolas. É um facto. O espírito competitivo deve ser saudável e leva a que os jovens, desde muito cedo, aprendam a encarar o desporto e a competitividade com naturalidade. Devo dizer que eu próprio, por diversos anos, também participei nos Jogos Desportivos Escolares.

Para além da prática desportiva, que contribui para bons hábitos de vida, é um fator de formação de jovens, é um fator de conhecimento e de criação de novas amizades, portanto, pautando pelo companheirismo e pela amizade entre todos os alunos de todas as escolas que participam nesses jogos desportivos.

Normalmente, em outros países, o desporto escolar e o desporto académico é visto como um abrir de portas para novos horizontes e criando boas perspetivas para os jovens estudantes.

Penso que também o desporto e os Jogos Desportivos Escolares devem ser encarados desta forma pelos nossos jovens e deverá, com certeza, também haver uma maior aposta do Governo Regional na formação, nomeadamente nas nossas escolas e nos jovens das nossas escolas.

Desta forma, o PSD associa-se aos 25 anos do desporto escolar.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos, então, votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para a apresentação de um voto de congratulação referente à conquista do primeiro lugar no campeonato nacional individual infantil feminino de ténis de mesa pela atleta Ana Rita Costa tem a palavra a Sra. Deputada Judite Parreira.

Deputada Judite Parreira (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Ana Rita Costa

O Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal tem-nos habituado a boas prestações por parte dos seus atletas, quer em provas de âmbito regional, quer nacional, quer mesmo internacional, como aconteceu ainda recentemente nos jogos da lusofonia.

Desta vez a figura de destaque foi a atleta Ana Rita Costa, que levou o nome dos Açores ao lugar mais alto do pódio, numa prova de âmbito nacional.

Natural da ilha Terceira, Ana Rita Nobre Fernandes Aguiar da Costa nasceu a 26 de janeiro de 2002 e desde cedo revelou gosto pela prática do ténis de mesa, inscrevendo-se na respetiva federação na época de 2007/2008, com apenas cinco anos de idade.

Fruto de uma grande dedicação em prol do seu desempenho na modalidade, a atleta começa a impor-se na época de 2011/2012. Em 2012/2013 sagra-se campeã de ilha individual e por equipas, proeza que repetiu já na época de 2013/2014. Ainda em 2012/2013 conquista, também, o campeonato nacional infantil feminino por equipas. Finalmente na época em curso e depois de arrancar o primeiro lugar no campeonato regional de equipas feminino, a Ana Rita alcança no passado dia 2 de março, em Lagos, o seu maior triunfo, sagrando-se campeã nacional individual infantil feminino.

Alegre e extrovertida, a Ana Rita mantém boas relações com os seus pares, contribuindo para a animação e criação de um bom ambiente dos grupos em que se insere. Matriculada no sétimo ano de escolaridade, tem sido sempre uma boa aluna, chegando mesmo a integrar os quadros de valor e excelência da sua

escola. Para além da sua dedicação ao ténis de mesa, revela, também, uma grande paixão pela música, frequentando o quarto ano do conservatório.

Desejamos à Ana Rita as maiores felicidades e que continue a lutar pelos seus ideais, levando o nome dos Açores mais longe. Desejamos aos dirigentes do Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal que não desistam do excelente trabalho que tem vindo a fazer para a afirmação e valorização do desporto e dos atletas açorianos.

Assim, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove este voto de congratulação pela brilhante conquista do 1º lugar no Campeonato Nacional Individual Infantil Feminino de Ana Rita Costa, dando conhecimento à atleta bem como ao Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal e à Federação de Ténis de Mesa.

Horta, Sala das Sessões, 12 de março de 2014

Os Deputados Regionais: *Duarte Freitas, António Marinho, António Ventura, Luís Garcia, Luís Rendeiro, Judite Parreira e Bruno Belo*

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Berto Messias, tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Membros do Governo:

Muito brevemente para associarmo-nos ao voto da bancada do PSD, trazido aqui pela Sra. Deputada Judite Parreira.

De facto, têm sido recorrentes os votos de saudação aos excelentes resultados de âmbito nacional, e até europeu, do Grupo Desportivo do Juncal do Ténis de Mesa, neste caso referentes à atleta Ana Rita Costa.

Voltamos a reiterar uma saudação especial àquele grupo desportivo, a esta atleta, ao trabalho do Roberto Andrade e do Luís Maciel, na direção daquela instituição,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Só faltava essa!

O Orador: ... ao seu corpo técnico.

Ainda me recordo perfeitamente que a única manifestação ao nível do ténis de mesa que aquele clube tinha há pouco mais de dez anos era uma pequena mesa de ténis de mesa junto ao bar da Sociedade do Juncal e a verdade é que neste período, do início dos anos 2000 até agora, houve um crescimento absolutamente extraordinário daquela coletividade e, além disso, além do trabalho e dos resultados desportivos, a ação daquele clube não está de todo circunscrita à área desportiva e tem um papel social para aquela comunidade do concelho da Praia da Vitória absolutamente extraordinário.

Portanto, fica aqui, em nome do Grupo Parlamentar do PS, uma saudação ao Grupo Social e Desportivo do Juncal e também uma associação ao voto apresentado pela Sra. Deputada Judite Parreira.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos, então, passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação refere-se ao centenário da Irmandade do Espírito Santo do Leste de São José.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Andrade.

Deputado José Andrade (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Centenário da Irmandade do Espírito Santo do Leste de San José

(Califórnia)

Os primeiros emigrantes açorianos terão chegado à Califórnia por volta de 1850.

Cruzaram o Atlântico, atravessaram a América e transportaram consigo o passaporte cultural da identidade açoriana, que é o culto do Divino Espírito Santo.

A nossa mais representativa tradição popular conforta a lonjura da saudade onde quer que bata um coração açoriano.

E, de facto, volvidas apenas duas décadas de emigração californiana, consta que uma primeira festa do Espírito Santo ocorreu na costa leste dos Estados Unidos da América logo em 1871, próximo das cidades de San José e San Francisco.

Desde então, as diversas e dispersas comunidades açorianas da costa americana do Pacífico levantam império em louvor do Divino, com maior ou menor dimensão e persistência.

De entre estas, destaca-se a “Irmandade do Espírito Santo do Leste de San José”, pela sua representatividade e longevidade.

Foi fundada exatamente há 100 anos, por iniciativa de Monsenhor Augusto Ribeiro, um faialense natural da freguesia dos Cedros, influenciando a construção e acompanhando a implantação da Igreja das Cinco Chagas de San José.

E desde 1914 que se mantém, ininterruptamente, como ponto de união e traço de identificação da alma açoriana concentrada na cidade de San José ou derramada pelo Condado de Santa Clara.

É um caso notável de longevidade e lonjura que bem demonstra a força da cultura e a capacidade de trabalho de sucessivas gerações de sangue açoriano no imenso e importante Estado da Califórnia.

De entre os seus mais recentes continuadores e responsáveis, registam-se aqui, exemplarmente, os nomes do investigador Tony Goulart, do pároco António Silveira e, sobretudo, da atual presidente Fátima Ávila.

O centenário da sua fundação foi festivamente comemorado a 22 de fevereiro, com a presença do Diretor Regional das Comunidades, portador da boa nova de um roteiro em construção para levantamento meritório das Festas do Espírito Santo nas ilhas dos Açores e na diáspora açoriana.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores um **Voto de Congratulação pelo centenário da “Irmandade do Espírito Santo do Leste de San José”**, criada e mantida pela comunidade açoriana do Estado da Califórnia, do qual deve ser dado conhecimento formal à instituição aniversariante.

Horta, Sala das Sessões, 12 de março de 2014

Os Deputados Regionais: *Duarte Freitas, António Marinho, António Ventura, José Andrade, Luís Garcia e Bruno Belo*

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado André Bradford, tem a palavra.

(*) **Deputado André Bradford (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito brevemente para informar que o PS se associa com satisfação a este voto de congratulação aqui apresentado relativo ao centenário da Irmandade do Espírito Santo do Leste de São José da Califórnia no sentido também mais alargado de que se trata, evidentemente, de uma homenagem às nossas comunidades emigrantes na América do Norte e muito particularmente ao papel que o culto do Espírito Santo tem desempenhado secularmente enquanto elemento identitário da nossa diáspora açoriana.

É também, como aqui já foi salientado, um elo de coesão entre os açorianos emigrados e a sua terra de origem, e isso deve ser, sempre que há ocasião, salientado.

Quem já teve a oportunidade de participar *in loco* nestas comemorações sabe que, a par da manutenção e da recuperação da tradição açoriana, há um sentimento muito próprio de verificarmos que se passou de considerar o Espírito Santo como um elemento de definição da cultura para passar também a ser um elemento de afirmação e celebração de uma identidade num meio envolvente, que é completamente alheio a esse tipo de manifestação. E,

portanto, sentir e ver o Espírito Santo celebrado fora dos Açores tem um significado adicional, que nos merece também todo o nosso reconhecimento.

Gostava apenas de, para terminar, referir que me parece importante o destaque que é feito neste voto à iniciativa da Direção Regional das Comunidades de levantar todas estas manifestações de celebração de Espírito Santo da nossa diáspora, de englobar isso num documento conjunto que possa servir de testemunho para as gerações futuras e também aproveitar para destacar que a Direção Regional das Comunidades tem, ao longo dos anos, organizado o Congresso Mundial do Espírito Santo, que é uma ocasião onde se pode, de forma muito concreta, perceber a dimensão deste fenómeno, que passa pela América do Sul, pela América do Norte, pela África lusófona e por vários sítios, quase por cada sítio onde existir ainda um açoriano.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para a apresentação de um voto de saudação referente ao 50º aniversário do União Sebastianense Futebol Clube, pelo Partido Socialista, tem a palavra o Sr. Deputado António Parreira.

Deputado António Parreira (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Saudação

50.º Aniversário do “União Sebastianense Futebol Clube”

Fundado a 23 de Fevereiro de 1964, o União Sebastianense Futebol Clube Comemorou 50 anos de história “Bodas de Ouro”, no passado dia 23 de Fevereiro.

De acordo com os Estatutos foram seus fundadores: José Ferreira Melo Toste, António Toste Martins, Abel Martins Mendes, Francisco Maria Borges Leal, Joaquim Lourenço Martins e José Nunes Silva. Só mais tarde é que foram criados os respetivos Órgãos Sociais do Clube.

Atualmente o Clube é presidido pelo Senhor Moisés Santos Barcelos.

Com cinquenta anos de vida, o União Sebastianense Futebol Clube já viveu momentos de glória e êxitos no seu historial desportivo, com o esforço e a dedicação dos seus dirigentes, treinadores, atletas, colaboradores, associados e simpatizantes:

- Nas épocas de 1986/1987 e 1990/1991, sagrou-se Campeão de Futebol da II Divisão da Associação de Futebol de Angra do Heroísmo.

- Nas épocas 2000/2001, iniciou uma nova modalidade, o Ténis de Mesa e em 2001/2002, iniciou a modalidade de Futsal, tendo alcançado o 1.º lugar no Torneio de Abertura.

A partir desta data, o Clube dedicou-se afincadamente à modalidade do Ténis de Mesa, onde tem conseguido excelentes resultados.

- Na época 2001/2002, 2002/2003 e 2007/2008, sagrou-se Campeão da Ilha Terceira, de Seniores.

- Na época 2001/2002 e 2007/2008, sagrou-se Campeão Açoriano. Com acesso direto à Fase de Qualificação da III Divisão Nacional, classificou-se em 2.º lugar, o que permitiu a subida à III Divisão Nacional.

- Na época 2009/2010, sagrou-se Campeão da III Divisão Nacional, em Viana do Alentejo, tendo subido à II Divisão Nacional, onde se mantém até aos dias de hoje.

- A 19 de Abril de 2011, o Clube foi distinguido na X Edição da Gala do Desporto Açoriano.

Com quatro escalões de formação e um sénior, o Clube presentemente alberga cerca de cento e vinte atletas, incluindo masculinos e femininos. De realçar que no escalão sénior mais de noventa por cento é constituído pela prata da casa.

A partir do ano de 2012, o Clube apostou claramente na formação, com a contratação a tempo inteiro de um treinador Nacional de nome reconhecido, Afonso Vilela (antigo treinador da Seleção Nacional).

O resultado desta aposta levou a que o Clube rapidamente conquistasse, na época 2012/2013, o Título de Campeão da Ilha Terceira e o Título de Campeão Açoriano de Cadetes, masculinos, bem como a conquista individual dos três primeiros lugares.

Importa referir que alguns dos atletas da formação integram a equipa sénior. Realçar também o convite apresentado ao atleta Rodrigo Costa (cadete) para participar na Seleção Nacional.

O União Sebastianense Futebol Clube está de parabéns por mais este aniversário, pelas suas “Bodas de Ouro”, por todo o trabalho que tem desenvolvido ao longo destes anos. É uma marca de referência da Vila de São Sebastião que deve orgulhar a todos os sebastianenses, em particular, mas também a Ilha Terceira e os Açores.

As nossas associações e coletividades de carácter desportivo, cultural ou outro, desempenham um papel preponderante no progresso e desenvolvimento das comunidades locais, envolvendo as populações e, quando conseguem atingir os objetivos e obter sucesso nas suas iniciativas, projetam com isso, os seus nomes, o nome da sua freguesia, concelho ou ilha para além fronteiras.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no período legislativo de 12 de Março de 2014, a aprovação de um voto de Saudação pelos 50 anos “Bodas de Ouro” do União Sebastianense Futebol Clube.

Do presente voto de Saudação seja dado conhecimento aos Órgãos Sociais do Clube, equipa técnica, atletas e demais colaboradores.

Disse!

Horta, Sala das Sessões, 12 de março de 2014

Os Deputados Regionais: *António Parreira, Berto Messias, Francisco Coelho, Paulo Borges e Domingos Cunha*

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Rendeiro.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PSD, também muito rapidamente, vai associar-se a este voto das bodas de ouro do União Sebastianense.

De facto, o texto do voto diz tudo e o PSD subscreve-o na íntegra.

A celebração do 50º aniversário, as bodas de ouro, é sempre um motivo de grande alegria para qualquer coletividade ou instituição e é sinónimo de um percurso bem-sucedido.

Os 50 anos de atividade e sucessos merecem ser festejados e enaltecidos. O papel social que os clubes desportivos têm na formação de jovens na nossa região é, de facto, insubstituível e o União Sebastianense é um exemplo a seguir.

E por tudo aquilo que aqui já foi dito na apresentação do voto, de facto, resta-nos desejar as maiores felicidades e a continuação dos sucessos ao União Sebastianense e esperar que se possam repetir, se possam perpetuar e que, pelo menos, mais 50 anos de vida e de iguais sucessos possam vir depois destas bodas de ouro.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora para os votos de protesto. O primeiro é do PSD, referente à ampliação da pista do Aeroporto da Horta.

Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE PROTESTO

A ampliação da pista do aeroporto da Horta é um dos investimentos mais consensuais entre as forças vivas e as instituições representativas do Faial.

Esse consenso materializou-se na inclusão desse investimento, ao longo de várias campanhas eleitorais, nas propostas de praticamente todas as forças político-partidárias.

Os próprios planos do Governo Regional dos Açores incluíram, por diversas vezes, esse investimento.

Em contraponto com a unanimidade local e regional à volta deste investimento, a ANA, enquanto empresa pública, sempre o considerou não prioritário e nunca se dispôs a concretizá-lo sozinha.

Apesar dos compromissos de vários governantes da República em defender e desbloquear junto da ANA a ampliação da pista do aeroporto da Horta, a verdade é que, na prática, em nada de palpável e de concreto resultaram essas promessas.

Do mesmo modo, o Governo Regional dos Açores, defendendo sempre a ampliação da pista do aeroporto da Horta, foi também sempre adiando, com os mais diversos pretextos, a sua efetiva participação naquele investimento e o seu compromisso em assumi-lo se a ANA e o Governo da República o não concretizasse.

Em junho de 2012 o Grupo de Trabalho para os Transportes Aéreos para a Madeira e Açores, no âmbito da Comissão de Economia e Obras Públicas da Assembleia da República, aprovou um Relatório onde se defendia a inclusão da ampliação da pista do aeroporto da Horta no caderno de encargos da privatização da ANA.

Essa proposta, lamentavelmente, não recebeu acolhimento do Governo da República e o resultado está à vista: o Plano Estratégico da ANA – Aeroportos de Portugal, empresa agora privatizada, até 2017 não contempla a ampliação da pista do Aeroporto da Horta.

Esta opção da ANA, agora conhecida, reforça a constatação de que, neste processo, todos intervenientes referidos, de um modo ou de outro, esqueceram que a ampliação da pista do aeroporto da Horta é um investimento de largo impacto em termos económicos e sociais, sendo, com razão, considerado como um investimento estruturante para o desenvolvimento económico e turístico, não só do Faial, mas também das ilhas do Triângulo e de toda a Região. E a estas fortes razões para a ampliação da pista do aeroporto da Horta acresce, como efeito e consequência, o aumento das margens de segurança da sua operação, permitindo o fim das penalizações na capacidade de carga das aeronaves.

Assim, os Deputados do Grupo Parlamentar do PSD, ao abrigo das disposições aplicáveis do Estatuto Político-Administrativo e do Regimento, propõem o seguinte:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores protesta veementemente contra:

- a) A decisão da ANA-Aeroportos de Portugal em não incluir no seu Plano Estratégico até 2017 a ampliação da pista do aeroporto da Horta;**
- b) A decisão do Governo da República, quer em não ter acolhido a proposta do Grupo de Trabalho da Assembleia da República para os Transportes Aéreos para a Madeira e Açores, no sentido de incluir a ampliação da pista do aeroporto da Horta no caderno de encargos da privatização da ANA, quer em não ter manifestado até à data qualquer disponibilidade para participar no investimento em causa;**
- c) O não cumprimento pelo Governo Regional dos Açores do compromisso assumido em 2004, no sentido de que “caso a ANA e o Governo da República não se disponham a avançar com a obra de ampliação da pista do aeroporto da Horta, o Governo Regional a eles se substituirá e fará essa obra.”**

Mais se delibera dar conhecimento deste voto ao Primeiro-Ministro de Portugal, ao Ministro da Economia, ao Presidente do Governo Regional dos Açores e ao Presidente do Conselho de Administração da ANA - Aeroportos de Portugal.

Horta, Sala das Sessões, 12 de março de 2014

Os Deputados: *Duarte Freitas, António Marinho, António Ventura, Luís Garcia, Bruno Belo e Jorge Costa Pereira*

Deputados João Bruto da Costa e Luís Garcia (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Lúcio Rodrigues, tem a palavra.

(*) Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Como o próprio voto do PSD o diz, a ampliação da pista do Aeroporto da Horta é, efetivamente, algo que nos une a todos: a nós forças vivas e a nós instituições do Faial. Todos nós estamos sensíveis a esta temática: os partidos políticos e toda a comunidade. Agora, não podemos vir aqui apresentar um voto de protesto ao Governo da República e, de uma forma sorrateira (podemos dizer assim), inculcar as responsabilidades ao Governo Regional.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Risos do Deputado Luís Garcia)

O Orador: Sabemos bem como decorreu todo este processo. Aliás, num passado bem recente, em resposta a um requerimento encomendado aos deputados da República do PSD, ficou bem explícita a intenção do Sr. Ministro da Economia da altura, Álvaro Santos Pereira, em não avançar com este processo.

Deputado Luís Garcia (PSD): E os do Sócrates avançaram?

Deputado Manuel Pereira (PS): E os do Salazar?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É uma boa comparação, Sócrates com Salazar!

O Orador: Como o próprio voto diz, estamos todos unidos na mesma causa, mas também devia dizer que foi com este Governo da República e com essa maioria PPD/CDS que se utilizou a palavra aeródromo em substituição do atual aeroporto e que a necessidade da ampliação da pista do Aeroporto da Horta seria apenas uma aparente...

Deputado Luís Garcia (PSD): E a promessa do então Presidente, em 2004? O senhor estava lá no comício nos Flamengos?

O Orador: ... sensação de maior segurança. Está no requerimento.

E não podemos vir aqui, nesta casa,...

Deputado Luís Garcia (PSD): Estava?

O Orador: ... sacudir a água do capote,...

Deputado Luís Garcia (PSD): Já vamos ver quem é que sacudiu!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E 2003 não lhe diz nada?

O Orador: ... incutindo as responsabilidades da República à região. Aliás, essas responsabilidades têm sido, ultimamente, uma prática atual, tentando, com este voto de protesto, e bem definido na alínea, que caso os responsáveis não avancem, vem o Governo dos Açores, que, por sinal,...

Deputado Luís Garcia (PSD): Quem é que disse isso?

O Orador: ... é do Partido Socialista, pagar e assumir o que os outros deviam legitimamente fazer.

Deputado Manuel Pereira (PS): Muito bem!

O Orador: Importa referir que o Governo Regional, e o próprio requerimento também o mostra, sempre mostrou disponibilidade para apoiar a expansão da pista do Aeroporto da Horta. O próprio requerimento faz referência a isso: “Defendemos claramente a ampliação da pista do Aeroporto da Horta”. Isto nunca esteve em causa. Agora, parece-me que, com o conhecimento de todo o processo, os senhores, com a colocação da alínea c) no referido voto, estão mais preocupados, numa lógica populista e demagógica, com a situação do PSD e não com o interesse dos faialenses nem dos açorianos. Aliás, começa a ficar evidente a pressão que o PSD faz para que a região assuma os deveres e responsabilidades que são do vosso Governo da República.

Vozes de alguns deputados do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não era do vosso!

O Orador: O Grupo Parlamentar do Partido Socialista votará contra este voto e apresentará um voto que considera justo e coerente em relação a esta temática. Disse.

Vozes de alguns deputados do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo...

Sr. Deputado Costa Pereira, tem a palavra.

(*) **Deputado Costa Pereira (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O mínimo que eu posso dizer daquilo que agora ouvimos é que é lamentável, porque é lamentável que um deputado que foi eleito por esta ilha se levante para fazer a triste figura que o senhor acabou de fazer.

Vozes dos deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado Manuel Pereira (PS): É problema dos deputados “hortenses” do PSD!

O Orador: E vou dizer-lhe porquê. Porque a questão da ampliação da pista do Aeroporto da Horta, que foi apresentada aqui, neste voto, é um investimento cuja responsabilidade primeira, naturalmente, é da ANA e do Governo da República.

Não foi o PSD que disse, em 2004, e vou citar as palavras que foram ditas nos Flamengos: “Caso a ANA e o Governo da República não se disponham a avançar com a obra de ampliação da pista do Aeroporto da Horta, o Governo Regional a eles se substituirá e fará essa obra”.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Quem é que disse isso?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Volta César que está perdoado!

O Orador: Fim de citação, Carlos César, 2004, nos Flamengos.

(Aplausos dos deputados do PSD)

Não foi o PSD que prometeu isto.

Mais! Não foi o PSD que, no Plano de 2009, inscreveu no Plano...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ouça, ouça!

O Orador: ... a rubrica com a seguinte designação: “Início da elaboração do projeto de ampliação do Aeroporto da Horta: 50 mil euros”. Não foi o PSD que, em 2010, no Plano para esse ano, inscreveu: “Financiamento do projeto de execução da ampliação da pista do Aeroporto da Horta: 100 mil euros”. Não fomos nós que fizemos nada disto! E se os senhores, hoje, resolverem assumir esta obra, não estão fazendo mais do que honrar a palavra que deram aos faialenses e que agora querem negar.

(Aplausos dos deputados do PSD)

E, Sra. Presidente, para concluir, é lamentável que um deputado eleito pela ilha do Faial venha dizer aquilo que o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues aqui veio dizer e esse mesmo deputado,...

Deputado Francisco César (PS): Por isso é que a gente ganha as eleições e vocês não!

O Orador: ... em fevereiro de 2012,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ouça, ouça!

O Orador: ... e isto é bem revelador da coerência com que as pessoas estão na política, este deputado, em fevereiro de 2012, aprovou, na Assembleia Municipal da Horta,...

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Não é verdade!

O Orador: ... um voto que dizia o seguinte: “Solicitar na mesma medida e com a mesma intensidade que o Presidente do Governo Regional dos Açores dê efetivo cumprimento ao que, desde 2004, prometeu aos faialenses de forma clara e inequívoca, quer na forma, quer no conteúdo”.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Não é verdade!

Deputado Luís Garcia (PSD): É verdade! 27 de fevereiro!

(Aplausos dos deputados do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Lúcio Rodrigues, pede a palavra para?

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Para um protesto.

O Sr. Deputado Costa Pereira veio aqui falar na minha pessoa e que eu tinha feito uma triste figura e eu acho que tenho...

Deputado Luís Garcia (PSD): Não há protestos em votos!

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado. Três minutos.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): E é verdade!

(*) **Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Oh, Sr. Deputado Jorge Costa Pereira, em primeiro lugar, gostava de dizer aqui, nesta casa, ao senhor e a toda a câmara, que a educação que eu tive em casa, nunca tratei ninguém aqui, nesta casa, como o senhor, hoje, me tratou, mas...

(Apartes inaudíveis da câmara)

O Orador: ... gostava de dizer-lhe o seguinte, Sr. Deputado Costa Pereira. Eu fui eleito pelos faialenses, defendo os faialenses todos os dias da minha vida, desde a manhã até à noite.

(Aplausos dos deputados da bancada do PS)

O Sr. Deputado Costa Pereira, que me conhece há muitos anos, sabe isso melhor do que qualquer deputado desta casa. Esta é que é a verdade, Sr. Deputado Costa Pereira.

E a verdade é que eu não fiz triste figura nenhuma.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Continua!

O Orador: O que eu fiz aqui,...

Oh, Sr. Deputado Luís Rendeiro, pelo amor de Deus! Tenha calma, Sr. Deputado Luís Rendeiro, tenha calma.

... na minha intervenção, foram as evidências e as evidências foram que os senhores, na campanha para as eleições da República, sabem bem o que é que disseram aos faialenses e sabem bem o que é que disseram dos deputados, na altura a Deputada Luísa Santos, na República...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isto é um protesto?

O Orador: Os senhores sabem bem o que é que entregaram na véspera, na sexta-feira antes das eleições, na casa dos faialenses. O senhor lembra-se? E agora chegam ao Governo da República e querem vir incutir as responsabilidades ao Governo Regional!

Deputado Luís Garcia (PSD): Não é verdade!

O Orador: Oh, Sr. Deputado, coerência. Coerência, Sr. Deputado.

Vozes de alguns deputados do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos deputados do PS e dos membros do Governo)

Presidente: Para um contra protesto, tem a palavra, Sr. Deputado. Dois minutos.

(*) **Deputado Costa Pereira (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado, se ficou ofendido com a designação “triste figura”, eu vou mudar o adjetivo, “alegre” figura.

(Risos dos deputados do PSD)

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Figurinha!

O Orador: E, portanto, Sr. Deputado, o Sr. Deputado invocou um conjunto de coisas, mas não me respondeu a uma que é essencial e que prova bem a coerência de quem está na política,...

Deputado Francisco César (PS): O Sr. Deputado falou em responsabilidade primeira do Governo da República!

O Orador: ... porque, Sr. Deputado, é muito fácil...

Deputado Francisco César (PS): Fale da vossa responsabilidade, não da nossa!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): São as vossas promessas!

O Orador: ... vir para aqui, ao pé do patrão, e fazer as declarações que o senhor fez. Aquilo que o senhor tem que explicar aos faialenses é por que é que na Assembleia Municipal o senhor achava bem,...

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Os senhores já fizeram essa figura com a Deputada Alzira Silva e não resultou!

Deputado Luís Garcia (PSD): A ata da Assembleia Municipal de 27 de fevereiro prova que é verdade!

O Orador: ... por que é que o senhor acha bem que na Assembleia...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, eu agradeço que permitam ao Sr. Deputado Costa Pereira que termine a sua intervenção.

O Orador: Por que é que o senhor achava bem, em 2012,...

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): O senhor leia o voto todo!

O Orador: ... que o Presidente do Governo dos Açores cumprisse as promessas que tinha feito aos faialenses e, hoje, o senhor vem para aqui dizer que, afinal, não há responsabilidade nenhuma. O que foi dito é para esquecer?

Oh, Sr. Deputado, lamento muito, mas a minha...

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Essa é a sua postura!

O Orador: ... vantagem em relação ao senhor é a coerência,...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

Deputado Francisco César (PS): E a vossa responsabilidade!

O Orador: ... como vamos ver agora e como vamos ver a seguir.

(Aplausos dos deputados do PSD)

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Grande desilusão!

Presidente: Vamos passar ao próximo voto de protesto, também...

Sr. Deputado Aníbal Pires, pede a palavra para?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Para uma intervenção.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O Sr. Deputado Costa Pereira encerrou o debate antes do protesto!

Presidente: Pode, pode. O debate ainda não foi encerrado porque nós ainda não fizemos a votação.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Então, o Deputado Costa Pereira pode falar mais uma vez.

(Apartes inaudíveis da câmara)

Presidente: O Sr. Deputado Lúcio Rodrigues fez um protesto, o Sr. Deputado Costa Pereira fez um contra protesto, as inscrições continuam abertas.

(Apartes inaudíveis da câmara)

Presidente: Mas não encerra.

Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Ele falou duas vezes?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Oh, Aníbal, tem calma!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Ele falou duas vezes?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, só um esclarecimento.

O Regimento diz o seguinte, no artigo referente aos votos: “Cada grupo ou representação parlamentar só pode usar da palavra uma única vez”. Portanto, o Sr. Deputado Costa Pereira usou da palavra na altura que entendeu. Não há encerramento de votos na figura regimental dos votos.

Portanto, as inscrições continuam abertas, porque ainda não houve a votação.

Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP vai votar favoravelmente, quer este voto, quer o voto que o Partido Socialista vai apresentar sobre esta matéria, mas, e aquilo que vou dizer aplica-se exatamente aos dois votos, apesar de nós darmos o nosso voto favorável, não posso deixar de fazer aqui um comentário. É que estes dois votos não passam de um exercício de hipocrisia política e de tentativa de branqueamento de uma responsabilidade que é do Partido Socialista,...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito mal pensado!

O Orador: ... que é do PSD e que também é do CDS-PP.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Menos, menos!

O Orador: Aliás,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Oh, Aníbal, senta-te!

O Orador: ... aliás, Sr. Deputado, aliás, Srs. Deputados, nesta câmara, por várias vezes, e através de diferentes figuras regimentais, a questão da privatização da ANA foi discutida aqui e quem tomou a decisão pela privatização da ANA foram V. Exas.: V. Exas. concretizaram, o PS dá naturalmente, ou deu naturalmente o seu acordo à privatização da ANA.

Portanto, não venham agora queixar-se,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não é uma queixa, é um protesto!

O Orador: ... ou, depois da privatização da ANA, o investimento daquela empresa que hoje tem a concessão da ANA, da famosa VINCI, que é uma empresa, ao que parece, de construção civil, e cujo *core business* é, de facto, a construção civil e não a gestão de infraestruturas aeroportuárias, estavam à espera do quê? Estavam à espera que o investimento na Região Autónoma dos Açores fosse ao mesmo nível de quando a ANA era uma empresa pública? Estariam à espera disso?

Então, não venham branquear, com este exercício de hipocrisia política e com este voto de protesto, uma decisão que foram V. Exas. que tomaram. E quando V. Exas. privatizaram a ANA mataram qualquer hipótese de...

Deputado Costa Pereira (PSD): Quando era pública já não queria fazer!

O Orador: ... que os investimentos na Região Autónoma dos Açores pudessem manter o mesmo nível, designadamente as melhorias das condições de operacionalidade no Aeroporto da Horta, designadamente as necessárias obras de requalificação do Aeroporto de Santa Maria. Mataram isso completamente! Mas essa responsabilidade é vossa. Protestem contra essa decisão que foi tomada pelo PSD e pelo CDS-PP com o aval do Partido Socialista.

Portanto, isto não passa de um exercício de hipocrisia.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O voto de protesto apresentado foi rejeitado com 30 votos contra do PS; 19 do PSD; 3 do CDS-PP; 1 do BE; 1 do PCP; e 1 do PPM.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Passamos ao seguinte voto de protesto, também referente à ampliação da pista do Aeroporto da Horta.

Tem a palavra o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Protesto

Pelo seu carácter disperso e arquipelágico, a Região Autónoma dos Açores tem uma significativa dependência das ligações aéreas para a eficiência da circulação de pessoas e bens.

O Governo da República privatizou, no final do ano de 2013, a empresa pública de gestão aeroportuária, ANA Aeroportos e Navegação Aérea.

Ao longo dos últimos anos, o Governo Regional tentou, de diversas formas e por inúmeras vezes, garantir que ficavam acauteladas um conjunto de reivindicações das populações insulares. Por exemplo, a ampliação da pista do aeroporto da ilha do Faial e a certificação da iluminação da pista do aeroporto da ilha das Flores.

Recentemente a ANA, Aeroportos e Navegação Aérea apresentou o seu plano de investimentos. Este plano não contemplou antigas reivindicações açorianas, algumas com mais de uma década. Como são o caso da ampliação da pista do aeroporto da Horta...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Mais de uma década, diz bem. Sócrates estava lá, no Governo!

O Orador: ... que neste caso nem tão pouco prevê a construção de áreas de segurança denominadas de RESA (*runway and safety area*) as quais contribuiriam para a melhoria das condições de operacionalidade daquela infraestrutura aeroportuária, da certificação da iluminação do aeroporto da ilha das Flores e em Santa Maria não é especificado se será construída uma vedação de segurança.

Esta postura da ANA, Aeroportos e Navegação Aérea, agora privatizada, não corresponde aos justos anseios da população açoriana.

Assim, ao abrigo das disposições aplicadas do Estatuto Político Administrativo dos Açores e do Regimento desta Assembleia propomos o seguinte:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores protesta contra:

1. **A decisão da ANA – Aeroportos e Navegação Aérea de não acautelar várias reivindicações da Região desde há muito referenciadas.**
2. **A decisão da ANA, Aeroportos de Portugal de não contemplar no seu plano estratégico a ampliação da pista do aeroporto da Horta.**
3. **A reincidente insensibilidade do Governo da República para com as especificidades açorianas, o que põe em causa a qualidade de serviços essenciais aos açorianos.**

Do presente voto deve ser dado conhecimento à Senhora Presidente da Assembleia da República, aos Partidos com assento parlamentar na Assembleia da República, ao Governo da República e à ANA, Aeroportos SA.

Horta, Sala das Sessões, 12 de março de 2014

Os Deputados do PS: *Lúcio Rodrigues, Berto Messias e Miguel Costa*

Deputado Jorge Macedo (PSD): E ao ex-Primeiro-ministro José Sócrates!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Luís Garcia, tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Garcia (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O investimento da ampliação da pista do Aeroporto da Horta é um investimento já com uma longa história, como nós já podemos, por diversas vezes, constatar nesta casa. Mas este voto do Partido Socialista tem também já uma longa história e é bom recordá-la.

No Plenário anterior, o PSD apresentou este voto de protesto, que hoje já foi discutido e reprovado pelo Partido Socialista. O Partido Socialista, confrontado com esse voto, no Plenário anterior, pediu um intervalo e apresentou um voto de protesto sobre a mesma matéria, que já vamos ver qual é a diferença.

Como não houve tempo no Plenário anterior, nós voltámos a apresentar o nosso voto hoje.

Inicialmente, o voto do Partido Socialista não foi distribuído pelas diferentes bancadas e, depois de serem confrontados novamente com o nosso voto, lá foram à gaveta, retiraram o seu voto, entregaram na Mesa e distribuíram.

Deputado Berto Messias (PS): Isso é uma questão muito importante!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Fundamental!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Depende do rebocador e do rebocado!

O Orador: E, portanto, independentemente desse comportamento, para além deste receio que o PS tem desta matéria, que este zig-zague prova, o PS, com este voto, apenas e só pretende branquear e esconder a inação e as omissões dos diversos governos regionais do Partido Socialista nesta matéria.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Porque vejamos.

Neste voto, o PS protesta contra a ANA; neste voto, o PS protesta contra o Governo da República; neste voto, o PS retira o protesto contra o Governo Regional, e essa é a grande diferença para o nosso voto. E o vosso objetivo é branquear e esquecer as próprias promessas que os senhores fizeram aos faialenses.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: É, utilizando as palavras do Sr. Deputado Lúcio Rodrigues, sacudir a água do capote.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Presidente, Srs. Membros do Governo, o PSD, em coerência, e apesar de este voto ser e estar incompleto, apesar de este voto apenas protestar contra dois terços dos intervenientes nesta matéria, apesar de este voto ser omissivo em relação à ação do Governo Regional, apesar de tudo isso, e em coerência, e sempre na defesa deste investimento, e sempre na defesa dos interesses dos faialenses e dos açorianos, o PSD vai votar favoravelmente este voto, e esta, Sras. e Srs. Deputados, é a grande diferença entre o PSD e o PS na defesa...

Voices de alguns deputados do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ... deste investimento e na defesa dos interesses dos Açores.

(Aplausos dos deputados do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Sr. Deputado Lúcio Rodrigues, tem a palavra.

(*) **Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Oh, Sr. Deputado Luís Garcia, eu ouviu-o com muita atenção. Eu espero, até pela amizade que nos une, que o meu amigo ouça o que eu tenho para dizer sem grandes apartes, porque acho que lhe fica bem.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Por que?

Deputado Luís Garcia (PSD): Os apartes são regimentais!

O Orador: Sim, mas só lhe fica bem.

Em relação àquilo que o senhor fez aqui, a explicar que a gente tinha feito intervalos regimentais, ou isto ou aquele outro,..

Deputado Luís Garcia (PSD): E é verdade!

O Orador: ... a verdade é que nós apresentámos um voto de protesto onde deve ser apresentado um voto de protesto, que é nesta casa.

Deputados Jorge Macedo e Luís Garcia (PSD): A reboque do PSD!

O Orador: A gente não anda a reboque do PSD, graças a Deus, há 17 anos.

Deputado André Bradford e Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

O Orador: Em relação à questão...

Deputado Bruno Belo (PSD): Isto é que é nível!

O Orador: Em relação àquilo que o Sr. Deputado Luís Garcia veio aqui colocar, e utilizou o adjetivo de branqueamento, felizmente (felizmente!), o Partido Socialista orgulha-se do trabalho que tem sido feito nos Açores,

orgulha-se, está à vista de todos, e orgulha-se de não utilizar esse adjetivo, nem (desculpe lá, Sr. Deputado Luís Garcia), de forma alguma, aceitar...

Deputado Luís Garcia (PSD): Sacudir a água do capote! Foi o que o senhor utilizou!

O Orador: ... que seja utilizado contra nós. E vejamos.

Os senhores vêm aqui dizer que nós branqueamos. Nós apresentámos um voto em relação à ampliação da pista do Aeroporto da Horta, mas falámos em outras dificuldades que há nos próprios aeroportos que também são parte da ANA, nos Açores.

Deputado Luís Garcia (PSD): A nossa coerência!

O Orador: Coerência, têm muita, graças a Deus, e vou dizer-lhe como têm coerência.

A responsabilidade deste investimento é claramente do Governo da República. Os senhores sabem disso. Nós, aqui, sempre assumimos que era uma responsabilidade do Governo da República,...

Deputado Luís Garcia (PSD): Claro! Sempre dissemos isso!

O Orador: ... quer dos governos da República do Sócrates,...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Por isso é que vamos votar a favor!

O Orador: ... quer dos atuais...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Isso é que era!

O Orador: ... do Sr. Paulo Portas e do Sr. Pedro Passos Coelho.

A responsabilidade é vossa e vêm aqui dizer que nós temos que ter coerência e assumir os nossos compromissos. E os compromissos que os senhores assumiram?

Deputado Luís Garcia (PSD): Estamos protestando contra todos!

O Orador: E os compromissos que os senhores assumiram? Mas quando eu digo os senhores, eu não falo só do PSD-Nacional, eu falo do PSD-Açores! O PSD-Açores esteve ao lado do PSD-Nacional a bater à porta dos faialenses a dizer que a pista do Aeroporto da Horta era para fazer caso os senhores ganhassem as eleições!

Deputado Luís Garcia (PSD): Mas não ganhámos!

Vozes de alguns deputados do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos deputados do PS)

O Orador: E isso não é coerência, Sr. Deputado!

E sabe o que é que aconteceu? O que aconteceu foi que os senhores, efetivamente, ganharam as eleições e a responsabilidade passou a ser vossa e os senhores, a partir daí, nada fizeram...

(Burburinho das bancadas)

O Orador: ... e vêm aqui com esses votos, com essa demagogia, esse populismo tentar enganar os faialenses. Tentar enganar os faialenses com a vossa passividade e a passividade do PSD-Açores em relação...

Deputado Luís Garcia (PSD): A vossa promessa em 2004!

O Orador: ... aos vossos, não é camaradas, os vossos companheiros da República. E a verdade é que nós temos coerência, os senhores é que não têm coerência.

Deputado Luís Garcia (PSD): Sim, sim!

Vozes de alguns deputados do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado Luís Garcia (PSD): A forma como vão votar este voto prova isso tudo!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu quero começar por referenciar que já aqui foram ditos e já aqui foram lembrados alguns episódios e eu considero que, em relação a esta matéria, as responsabilidades são evidentes.

As responsabilidades são, como é óbvio, dos diversos governos da República, quer o governo atual, quer os governos anteriores, que estiveram durante muito

mais tempo nesse exercício de funções. Portanto, não se pode vir agora atribuir responsabilidades a este Governo da República quando, no período anterior, esta obra já estava sinalizada, o Governo da República era do Partido Socialista e o Partido Socialista nada fez em relação a esta matéria.

Deputado Manuel Pereira (PS): Não houve alterações?

O Orador: Isto é o ponto número 1.

Deputado André Bradford (PS): O senhor também dizia isso em relação ao cabo de fibra ótica!

O Orador: Ponto número 2. O Governo Regional, nomeadamente o anterior Presidente do Governo Regional, assumiu um compromisso em relação a esta matéria. Isso é inegável! O que ele disse foi que se o Governo da República não o fizesse, o Governo Regional assumiria essa responsabilidade.

Deputado Luís Garcia (PSD): É verdade! Quer esquecê-la!

O Orador: E, portanto, a verdade é que o Partido Socialista, nos Açores, tem uma responsabilidade direta em relação a esta matéria, porque assumiu um compromisso e não o concretizou.

Terceiro ponto. Já aqui foi abordado pelo Sr. Deputado do PCP: a privatização da EDA.

Deputado Berto Messias (PS): Oh, Sr. Deputado!

O Orador: É evidente que o processo de privatização fragilizou a capacidade de decisão política, na medida em que obviamente as entidades públicas, nomeadamente o Governo da República, têm hoje muito menos capacidade de influenciar esta decisão, que é uma decisão sobretudo política.

E, portanto, nesse sentido, é óbvio que também este desenvolvimento, a privatização da EDA, prejudicou a capacidade de decisão política nesta matéria e eu devo dizer que, em relação a esta matéria, em relação à privatização da EDA, da ANA, peço desculpa, da ANA...

Deputado Berto Messias (PS): Da ANA, Sr. Deputado!

O Orador: Enganei-me!

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Pensei que o senhor não se enganava!

Deputado Berto Messias (PS): Quanto mais o senhor falar, melhor para o PS!

O Orador: Oh, Sr. Deputado Berto Messias, o senhor cada vez que fala engana-se. O senhor...

(Risos da câmara)

Oh, Sr. Deputado Berto Messias, o seu problema,...

Deputado Berto Messias (PS): Da ANA, Sr. Deputado!

O Orador: Se eu for a apontar os erros que o senhor, com as suas omissões, cada vez que o Sr. Deputado fala, não faço outra coisa aqui, neste Plenário. Não faço outra coisa aqui, neste Plenário, Sr. Deputado. Portanto, enganei-me. Enganei-me! É a ANA! É a ANA, como é óbvio. Enganei-me. Agora, Sr. Deputado, o senhor engana-se todos os dias; o Sr. Deputado nasceu enganado.

(Risos da câmara)

Agora, o que lhe devo dizer...

Presidente: Sr. Deputado!

O Orador: ... em relação a esta matéria, e para terminar, Sra. Presidente, é que é evidente que alguém aqui apoiou a privatização da ANA e esse processo e não foi o PPM. Não foi o PPM que teve a oportunidade de agir e de estar contra este processo de uma forma determinada. E, portanto, daqui, nós não temos nenhuma responsabilidade.

E em relação às responsabilidades que são do Governo da República, dos sucessivos governos da República, eu também quero dizer que, nesta matéria, nós temos sido absolutamente coerentes,...

Deputado André Bradford (PS): Mas não faz diferença o que o senhor disser sobre esta matéria!

O Orador: ... temos defendido a necessidade deste investimento e temos criticado os sucessivos governos da República, sejam eles dominados e de maioria, seja qual for o partido, ou PS ou PSD. Os governos que têm tido

maioria no Governo da República, em relação a essa decisão, evidentemente são responsabilidades nacionais desses partidos e esses partidos têm sido criticados sempre pelo PPM.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Por isso, termino, Sra. Presidente, dizendo que é necessário continuar a criticar a não realização deste investimento e é necessário que os diversos agentes políticos continuem a tentar influenciar este processo de decisão e é necessário que esta câmara continue, independentemente das responsabilidades que são de muitos, não do PPM,...

Deputado André Bradford (PS): Se for da responsabilidade do PPM, o PPM não tem responsabilidades de nada!

O Orador: ... mas que são de muitos, que esta câmara continue unida em relação a esta reivindicação.

E por isso o PPM não entra em jogos partidários.

(Risos dos deputados da bancada do PS)

Votámos a favor do anterior voto...

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: ... de protesto e vamos votar a favor também este voto de protesto.

Deputado André Bradford (PS): Os partidos com uma pessoa só não podem governar!

Deputado Berto Messias (PS): Eu percebo o seu papel!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos, então, passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de protesto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora para os votos de pesar.

O primeiro é apresentado pelo Partido Socialista, referente ao falecimento de João Afonso.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

Deputado Francisco Coelho (PS): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE PESAR

No passado dia 22 de Fevereiro, faleceu em Angra do Heroísmo João Dias Afonso, com 90 anos de idade.

João Afonso foi bibliotecário da então Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo. Mas distinguiu-se sobretudo como jornalista empenhado, investigador e Homem de Letras. E foi, antes de qualquer mister, um Cidadão que viveu empenhado e apaixonadamente o seu tempo e a defesa da sua Cidade e da sua Ilha.

Foi co-fundador e primeiro chefe de redação do “Diário Insular”; foi, entre 1959 e 1961, chefe de redação da ANI (Agência de Notícias de então) e, de volta aos Açores, foi correspondente do Diário de Notícias, da ANOP e primeiro Delegado da RTP nos Açores, nomeado em 1969 por Ramiro Valadão. Das muitas áreas que mereceram o seu interesse e o seu estudo, destaca-se a baleação, de que publicou em 1998 o livro “Mar de baleias e de baleeiros”. Foi aliás responsável pela conceção/instalação do Museu dos Baleeiros do Pico.

João Afonso procedeu à elaboração do “Inventário Bibliográfico dos Açores”, cujos primeiros três volumes se encontram publicados. Dedicou-se ainda à poesia, tendo ganho em 1960 o Prémio Nacional de Poesia do SNI, com o livro “Pássaro Pedinte e Ruas Dispersas”, prefaciado por Nemésio.

Sócio efetivo de diversas instituições científicas, nacionais e internacionais, de que se destaca a Academia Portuguesa de História, foi Comendador da Ordem do Infante D. Henrique e homenageado com a Medalha de Honra do Município Angrense.

Refira-se ainda que João Afonso, profundo conhecedor da nossa Diáspora, foi um dos grandes entusiastas do movimento das cidades irmãs entre Angra do Heroísmo e Tulare.

Face ao exposto, e nos termos regimentais aplicáveis, esta Assembleia constata a enorme perda para os Açores e manifesta o seu mais profundo pesar pelo falecimento de João Dias Afonso.

Do presente Voto deve ser dado conhecimento ao Jornal “Diário Insular” e à família enlutada.

Horta, 12 de março de 2014

Os Deputados: *Francisco Coelho, Berto Messias, António Parreira, Domingos Cunha e Paulo Borges*

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Não havendo, vamos, então, passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para a apresentação do último voto desta manhã, um voto de pesar também referente ao falecimento de João Afonso, tem a palavra a Sra. Deputada Judite Parreira.

Deputada Judite Parreira (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE PESAR

João Afonso

João Dias Afonso nasceu em Angra do Heroísmo a 27 de agosto de 1923 e foi na sua cidade que viria falecer no passado dia 22 de fevereiro, com noventa anos de idade.

Desde muito cedo revelou a sua paixão pelas letras, talvez por influência de sua mãe, professora do ensino primário. Assim, terminado o Curso Complementar

do Liceu, seguiu para Coimbra onde se matriculou no Curso de Direito, curso que viria a interromper por motivos de saúde.

Voltou à Terceira onde foi, durante largos anos, técnico da Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo, tendo exercido, por diversas vezes, o cargo de seu diretor. E foi no âmbito da sua profissão que se dedicou à realização de incessantes pesquisas sobre a história e a cultura Açoriana, produzindo trabalhos de investigação, alguns deles publicadas na série “Novos papéis velhos”.

As suas investigações sobre baleação e museologia levaram-no a realizar estágios em vários países da Europa, bem como nos Estados Unidos, país onde proferiu conferências nas mais prestigiadas universidades. O reconhecimento da sua competência e conhecimento nesta área é feito pelo Governo Regional dos Açores, ao encarregá-lo da conceção e instalação do museu dos Baleeiros da Ilha do Pico.

Paralelamente, João Afonso exerceu também uma longa carreira jornalística, tendo sido cofundador e chefe de redação do Diário Insular e coordenador da página de Artes e Letras do jornal A União, por mais de três décadas. Mas o reconhecimento da sua capacidade jornalística ultrapassou os limites geográficos da sua ilha, tendo exercido os cargos de: chefe de redação da antiga Agência Nacional de Informação de Lisboa entre 1958 e 1961, correspondente do Diário de Notícias de Lisboa, correspondente da ANOP, primeiro delegado da RTP nos Açores no final da década de sessenta e colaborador de órgãos de comunicação social da diáspora.

Senhor de reconhecidas capacidades para a escrita, surge como poeta em meados do século, integrando o movimento do modernismo insular, com uma poesia onde, segundo Eduíno de Jesus, “...se reconhece um pouco o torneio da frase nemesiana, mas cuja genuinidade o próprio Nemésio foi o primeiro a acentuar...”. Publicou alguns dos seus poemas na imprensa periódica com o pseudónimo de Álvaro de Orey.

Foi investigador, historiador, etnógrafo, conferencista, poeta, ensaísta, tradutor, tendo, segundo Jorge Forjaz, usado a pena como arma de combate. A sociedade

prestou-lhe homenagem e foi por isso condecorado com a comenda da Ordem do Infante D. Henrique em 1989 e com a medalha de Honra do Município de Angra do Heroísmo em 2003.

João Afonso deixa aos Açores e aos açorianos um vasto legado que o imortaliza e que muito nos orgulha, porém, não poderemos deixar de lamentar e demonstrar pesar pela perda mais um grande vulto das nossas letras.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento de João Dias Afonso, do qual deve ser dado conhecimento formal à sua família.

Horta, Sala das Sessões, 12 de março de 2014

Os Deputados Regionais: *Duarte Freitas, António Marinho, António Ventura, Bruno Belo, Judite Parreira, Luís Rendeiro e Luís Garcia*

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

Não havendo, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Vamos fazer agora um intervalo. Regressamos ao meio dia.

Eram 11 horas e 34 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares.

Eram 12 horas e 04 minutos.

(Pausa)

Vamos, então, recomeçar os nossos trabalhos.

Entramos agora nas declarações políticas, e, pelo PSD, tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores membros do Governo:

Muitos açorianos têm vindo a acompanhar com natural preocupação a recente polémica que se instalou nos Açores a propósito do cancelamento da construção do Cais de Cruzeiros em Angra do Heroísmo.

Responsáveis vários, instituições e articulistas da ilha Terceira e de S. Miguel têm manifestado as suas posições com uma virulência e um tipo de argumentação que, independentemente da questão de fundo, só vem provar quão frágil é ainda a nossa Autonomia e quão fortes são ainda os resquícios do divisionismo e do antagonismo que marcou os séculos em que as ilhas dos Açores foram administradas de costas voltadas umas para as outras.

A Autonomia dos Açores e da Madeira são filhas do 25 de Abril de 1974 e, desde logo, se assumiu como um projeto descentralizador, que assentava no princípio de que quem está mais perto da realidade e das populações, com meios adequados, é capaz de acudir melhor e com mais rapidez aos problemas do que o poder central, distante em Lisboa.

No nosso caso particular, a Autonomia assumiu ainda uma dimensão inovadora: a de pensar os Açores como uma Região única, composta de nove ilhas, com idênticas aspirações e direito ao desenvolvimento integral e harmonioso. Tentava-se, assim, quebrar o secular bairrismo e divisão entre ilhas que a separação em distritos (e não só!) havia fomentado. Também por isso, a nossa Autonomia foi tão bem recebida pela maioria das pessoas e nela os açorianos de todas as ilhas se implicaram e depositaram as mais lídimas esperanças.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores membros do Governo:

Não é, obviamente, em quatro décadas que se mudam mentalidades e práticas seculares. E não podemos, naturalmente, esquecer que nesse curto período de tempo a Autonomia mudou a face dos Açores e levou as nossas nove ilhas a conhecerem um progresso sem precedentes.

Em termos de exercício do poder, em termos de proximidade às populações, em termos de compreensão dos problemas, em termos de facilidade em se encontrarem as soluções mais rápidas e adequadas às situações concretas, é, de facto, um bem inestimável para os Açores os nossos órgãos próprios de governo.

Mas é igualmente insofismável que a construção da unidade político-administrativa dos Açores tem de se fazer com base na solidariedade partilhada no crescimento e nas dificuldades. Assegurar o desenvolvimento económico e social dos Açores, a concretização do crescimento integral e harmonioso de todas as ilhas, respeitar os seus ritmos próprios, assumir como objetivo da prática política a justiça e a equidade no direito ao desenvolvimento e ao progresso, tudo isto, mais do que reivindicações do tempo presente, são questões fulcrais para a sobrevivência da nossa Autonomia regional.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores membros do Governo:

A nossa Autonomia só terá futuro enquanto nela todas as ilhas se sentirem tratadas com justiça e equidade. Por isso, governar os Açores é olhar para todas as ilhas e definir estratégias de desenvolvimento para além de interesses eleitoralistas, de bairrismos e de visões tecnocráticas e economicistas.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos deputados da bancada do PSD)

O Orador: Governar os Açores é respeitar essa realidade única e inultrapassável de que a nossa riqueza reside também na nossa diversidade, que

cada ilha é um mundo de igual dignidade e que a harmonia se faz de investimento repartido, complementar e solidário.

Mas temos de ser suficientemente lúcidos para reconhecer que hoje, infelizmente, o distanciamento, a desilusão e o desencanto ameaçam os nobres e iniciais ideais da nossa Autonomia.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Os erros, as omissões e as opções políticas cada vez mais determinadas por interesses eleitoralistas (que, ironia das ironias, depois das vitórias eleitorais, são esquecidos!), corroeram a confiança dos cidadãos e ameaçam a unidade regional. A prática governativa dos últimos anos aprofundou as divergências de crescimento e de oportunidade de desenvolvimento entre as várias ilhas, acentuou clivagens, não resolveu nem amenizou (antes aprofundou) o esvaziamento populacional da maioria das ilhas e acabou no que seria de esperar: minou a confiança das pessoas na nossa Autonomia.

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores membros do Governo:

Exercer o honroso serviço de governar os povos devia ter no cumprimento da palavra dada aos eleitores o bem mais precioso dessa participação pública e o dever mais importante desse contributo político para o desenvolvimento de um país ou de uma Região. Mas, infelizmente, aquilo a que mais assistimos é, a coberto das mais diversas justificações e estratégias, se esquecerem ou se alterarem os compromissos eleitorais.

Hoje temos um governo que se especializou no marketing político e que, na falta de respostas para os problemas dos açorianos, ataca a oposição como se fosse culpa da oposição a inépcia governativa.

Deputado Berto Messias (PS): Já estragou a intervenção! Estava a ir tão bem!

O Orador: Já se chegou mesmo ao ponto do presidente do PSD/Açores referir num dia que existem 9 000 açorianos em lista de espera na Saúde, o secretário regional desmentir dizendo que o PSD/Açores não sabe fazer contas, para, na

semana seguinte, acabar por confirmar os números que tinham sido inicialmente apresentados.

E quando o PSD/Açores apresentou uma proposta para a criação de planos adicionais de produção cirúrgica nos hospitais? O que disse o governo regional? O habitual: que essa era uma proposta sem sentido. Pois bem, ainda na passada semana o secretário da tutela veio anunciar que vai implementar parte do Plano Integrado de Gestão das Listas de Espera que o PSD havia proposto.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quem diria!

O Orador: E disse-o com a mesma candura e convicção que há um ano havia dito que tal não fazia sentido!

Ainda no ano passado aqui trouxemos uma proposta para ajudar quem se encontra com salários em atraso a fazer face aos seus compromissos bancários. Na altura, o Partido Socialista disse que essa proposta não fazia sentido. Pois ainda recentemente o governo regional aprovou legislação nesse sentido.

O mais condenável nesta atitude é que quem ficou a perder foram os açorianos que esperam por uma cirurgia ou que se encontram com salários em atraso. Esses açorianos podiam ter sido ajudados há mais tempo e só não foram porque o governo regional não quis reconhecer o mérito das propostas da oposição.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Bruno Belo (PSD): Chama-se trabalho!

O Orador: Estes comportamentos e esta forma de fazer política minam a confiança dos cidadãos e se agora podem ajudar alguém a ganhar o presente político, a prazo, seguramente, estão a desacreditar sem remédio o nobre exercício da política, e, por extensão, a contribuir para fragilizar a Autonomia e a Democracia e isso irá levar os Açores a regredir muitas décadas e voltarão, certamente, os fantasmas dos tempos antigos do divisionismo e das ilhas de costas voltadas umas para as outras.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos deputados da bancada do PSD)

O Orador: Os termos em que decorreu a recente polémica acerca do abandono da construção do Cais de Cruzeiros em Angra é um sério aviso: no dia em que não formos capazes de conciliar a realidade “ilha” com a realidade “região”, o crescimento rápido de uns com o direito ao crescimento dos outros, as realidades demográficas e estatísticas com a dimensão humana e social do desenvolvimento, preservando a indispensável coesão social entre os Açorianos, nesse dia, a nossa Autonomia perderá a sua alma,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Já perdeu, Sr. Deputado!

O Orador: ... perderá as pessoas e deixará de ser um desígnio que une todos os Açorianos.

Disse.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Não havendo...

Sr. Deputado Francisco Coelho, tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Costa Pereira, começo por lhe dizer que apreciei, sinceramente, pelo menos $\frac{3}{4}$ da sua intervenção. Gostei do tom institucional, gostei da profundidade, do bom senso e da serenidade com que abordou esta questão. Não há dúvida que aqui, mais uma vez, percebemos que o diabo está nos pormenores.

Efetivamente, Sr. Deputado Costa Pereira, a autonomia e o governo de ilhas são, com certeza, um exercício difícil. É algo que também se aprende. Eu diria, e creio que concordará comigo, que, para as poucas décadas que temos desta terceira e aperfeiçoada autonomia, não há dúvida que temos feito grandes progressos. Basta pensar, quando se fala em regionalização do continente, do resultado do respetivo referendo, dos problemas que se levantam para percebermos que nós, apesar do mar, conseguimos unir, conseguimos ter órgãos de governo próprio e conseguimos ter uma identidade e uma solidariedade de região verdadeiramente notáveis.

Também é verdadeiramente notável, e é bom sublinhá-lo e lembrá-lo sempre, o progresso material e a qualidade de vida que conseguimos ao longo destas décadas.

Naturalmente, não estamos satisfeitos, mau seria que estivéssemos; naturalmente que também temos tido alguns reveses; e, naturalmente, que também, como não podia deixar de ser, não podemos fugir àquilo que são os ciclos maiores da economia, designadamente daquela a que, por direito, pertencemos. Mas é sempre bom acautelar a dificuldade, a delicadeza da autonomia e os problemas que ela levanta.

Concordo consigo quando lembrou que a unidade dos Açores é algo de delicado e que convém cuidar todos os dias e que os separatismos são um perigo e uma tentação sempre de evitar. Quaisquer resquícios ou renovações de pequenos centralismos são, naturalmente, condenáveis, não só porque não são justos, mas sobretudo porque não são politicamente inteligentes. Porque o argumento, obviamente, da dimensão, seja populacional, seja geográfica, é o argumento que acaba com a autonomia e que nos tira qualquer razão de defendermos, junto do país e da União Europeia, aquilo que temos e que justamente merecemos.

Agora, também não podemos deixar, por isso, de lutando contra quaisquer pequenas tentações centralistas, fazer sempre, junto de outros, porque esta autonomia, é bom não esquecer, é um projeto nacional, constitucionalmente reconhecido, constitucionalmente priorizado como um dos limites materiais da Constituição saída de 25 de Abril, é preciso fazer a pedagogia que esta autonomia é um projeto nacional e que esta autonomia só funciona quando os órgãos de soberania e as entidades nacionais cumprem os deveres que lhes cabem junto da nossa autonomia.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E os órgãos de governo próprio!

O Orador: É claro que sabem todos do que estou a falar,...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem lembrado!

O Orador: ... é claro que sabem que isso não tem acontecido em matérias fundamentais...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ainda ontem não aconteceu aqui!

O Orador: ... que se prendem com o serviço público aéreo de passageiros, com a saúde, com a Universidade dos Açores, com a RTP,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A democracia!

O Orador: ... com os tribunais, etc., etc.

Ser autonomista é também condenar, denunciar e não pactuar com o separatismo de Lisboa.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Nem com a ilegalidade!

O Orador: Também é preciso dizer que a autonomia pressupõe maturidade; é preciso dizer que a autonomia tem que resistir a pequenas tentações, mais ou menos espertas; é preciso dizer que as pequenas birras não podem justificar aos verdadeiros autonomistas quando não concordam, por exemplo, com decisões dos órgãos e do Plenário desta Assembleia ou que nos vamos pôr debaixo das saias do grande autonomista Cavaco Silva...

(Risos da Deputada Catarina Moniz Furtado)

... e que vamos fazer queixinhas ao Sr. Presidente da República ao estilo de “Oh, mãe, aquele moço bateu-me”.

(Risos dos deputados da bancada do PS)

Deputado Joaquim Machado (PSD): Tem uma grande dificuldade em manter o nível, é pena!

O Orador: Sras. e Srs. Deputados, isto não é mesmo nada autonomista. Foi mesmo uma maldita tentação.

E, portanto, se tivermos todos esta consciência, se tivermos todos estas balizas, se no papel que a cada um nos cabe, quer aos deputados, quer aos governantes, resistirmos aos centralismos, resistirmos a algum novo separatismo de Lisboa e formos capazes de dar maturidade, dar respeito e respeitar as nossas instituições de governo próprio, vamos, com certeza, prosseguir bem neste porfiado caminho de consolidação da nossa autonomia.

Muito obrigado.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

(Aplausos dos deputados do PS e dos membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu considero que esta intervenção do Partido Social Democrata é uma intervenção assertiva.

É preciso refletir sobre os logros que foram conquistados pela nossa autonomia e é preciso refletir também naquilo que é o presente da nossa autonomia e também o futuro. E nós, do ponto de vista autonómico, temos diversos desafios. Eu assinalei aqui três, não sei se vou ter tempo para os referenciar.

Mas eu começo por uma das áreas que considero mais fundamentais que é a área da democracia e da liberdade na Região Autónoma dos Açores. Um dos problemas que nós temos tido nas nossas regiões é a eternização dos partidos no poder, como esta fase em que nós estamos a observar. No final desta legislatura, o Partido Socialista terá somado 20 anos de poder...

Deputado Francisco César (PS): Isso é mau?

O Orador: ... na Região Autónoma dos Açores.

Deputado Joaquim Machado (PSD): É mau que seja o PS!

O Orador: E isto significa que há um grande desafio, que é permitir que sejam criadas as condições de liberdade e democracia que permitam a alternância política na Região Autónoma dos Açores, que os açorianos não escolham governos para 20, 30 anos, mas que tenham a oportunidade de alterar, de mudar as coisas e que o poder regional não seja tão forte, tão dominante na administração regional e em todos os aspetos da vida dos açorianos que impeçam que essa alternância política possa suceder.

O que nós temos são períodos longos, períodos muito longos...

Deputado André Bradford (PS): Mude-se o povo! Não é, Sr. Deputado?

O Orador: ... em que o partido que está no poder utiliza os mecanismos de autonomia para asfixiar a liberdade de opinião, para asfixiar a democracia, para impor, do ponto de vista político, à sociedade, a sua presença, a sua eternização no poder.

Ontem, nós podemos observar que este regime político está já na sua fase terminal de imposição das suas ações com uma única razão:...

Deputado André Bradford (PS): O senhor passa a vida a dizer isso!

O Orador: ... porque sim, porque sim e porque sim! E, fundamentalmente, utilizando a maioria absoluta para tudo (para tudo!), meus senhores, mesmo que não esteja no Regimento, mesmo que não esteja no Estatuto, mesmo que não esteja na Constituição. Por que é que se fazem as coisas desta forma? Porque nós temos a maioria absoluta e a nossa maioria absoluta significa o poder absoluto, significa o poder total.

Deputado José Contente (PS): Isso é na monarquia absoluta!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Qual monarquia?

O Orador: E isto significa que o senhor líder do Grupo Parlamentar do Partido Socialista já se arroga o direito de dizer aos presidentes das comissões parlamentares que decisões é que devem tomar, não na qualidade de deputados do Partido Socialista, mas enquanto presidentes das comissões parlamentares, também utilizando aqui, neste Plenário, e nesta instituição as mesmas formas de domínio que utilizam em relação à administração regional, impondo, também, a partidarização e o domínio absoluto do Partido Socialista sobre os órgãos,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é grave!

O Orador: ... que deveriam ser órgãos independentes do Parlamento dos Açores. Impondo! Eu só tenho pena que o Sr. Deputado Berto Messias também não tenha convocado a Presidente do Parlamento para impor as regras que serão impostas pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Deputado André Bradford (PS): Isto é esbornia total! O que é isso?!

Presidente: Sr. Deputado...

O Orador: E devo dizer, no âmbito da liberdade de opinião que me assiste, no âmbito da liberdade de expressão de que não abduco, devo dizer, para terminar, Sra. Presidente, que é isto que não se admite.

Deputado André Bradford (PS): Não se admite é isso!

O Orador: E é por isso que neste Plenário os senhores tiveram o vosso sonho de democracia,...

Deputado Rogério Veiros (PS): Estamos a ver o que é que é!

O Orador: ... ontem, em que os senhores ficaram a debater e a votar sozinhos uma ilegalidade,...

Deputado André Bradford (PS): Não foi sozinhos, foi acompanhados!

O Orador: ... uma irregularidade e esse é o vosso sonho,...

Presidente: Sr. Deputado, tem de terminar!

O Orador: ... é o poder absoluto que os senhores ambicionam, é este poder que os senhores estão a impor nesta região...

Presidente: Sr. Deputado!

O Orador: ... e é esta a fase terminal do vosso processo político.

Presidente: Sr. Deputado!

O Orador: Muito obrigado.

(Aparte inaudível do Deputado Francisco César)

Deputado André Bradford (PS): O senhor não se conforma que o povo escolha o PS! Mude-se o povo!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Berto Messias, pede a palavra para?

Deputado Berto Messias (PS): Para uma interpelação.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) Deputado Berto Messias (PS): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Membros do Governo:

Faço uma interpelação para solicitar a V. Ex.^a que possa entregar ao Sr. Deputado do PPM a norma do Estatuto Político-Administrativo que limita os mandatos de Presidente do Governo a três mandatos,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Oh, Sr. Deputado!

O Orador: ... proposta pelo Partido Socialista, que julgo ser um grande contributo para a alternância democrática na nossa região.

Peço-lhe também que entregue ao Sr. Deputado do PPM a Lei Eleitoral dos Açores,...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... proposta pelo Partido Socialista, que criou, felizmente, um Parlamento mais plural,....

Deputados José Ávila e André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... com muitos mais partidos, em nome de uma democracia regional, muito mais vigorosa e muito mais consistente.

Muito obrigado.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

(Aplausos dos deputados da bancada do PS e dos membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Está registado o seu pedido e será pedido aos serviços que me façam chegar esses documentos para entregar.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, pede a palavra para?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Para uma interpelação, Sra. Presidente.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Obrigado, Sra. Presidente.

Solicito que a Sra. Presidente me faça chegar a mim e aos diferentes grupos parlamentares a cópia do documento que dá ao Partido Socialista a capacidade de escolher e de definir aqueles que são os deputados e os partidos que estão representados nesta Assembleia.

Eu pensei que essa fosse uma escolha livre do povo dos Açores.

Deputado André Bradford (PS): Oh, senhor, o senhor é que não percebe isso!

Deputado Berto Messias (PS): Perdeu uma boa oportunidade para ficar calado!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Os senhores impõem a lei! Os senhores é que cometem ilegalidades e vêm aqui falar!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos continuar o nosso debate.

A Mesa não tem mais inscrições.

(Pausa)

Sras. e Srs. Deputados, não havendo mais inscrições para participação no debate, dou a palavra ao...

Sr. Vice-Presidente, tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para fazer uma observação em relação a um ponto da intervenção do Sr. Deputado Costa Pereira.

No final da sua intervenção, o Sr. Deputado referiu, e acusou-nos, que tínhamos dito que não tinha feito qualquer sentido a proposta apresentada pelo PSD em relação aos salários em atraso e que depois viemos a aplicar uma proposta que tínhamos dito que não fazia sentido. Isso não é verdade, Sr. Deputado. Não é verdade! Não é verdade e é lamentável que tenha dito algo que não corresponde à realidade. E provo.

Essa proposta de resolução foi aprovada pelo Partido Socialista...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... e foi aprovada por esta Assembleia. Aquilo que o senhor disse não é verdade.

E, em segundo lugar, vou ler-lhe, inclusive, o que foi dito na Sessão e que está no Diário das Sessões em relação a esta proposta, que diz claramente que neste contexto quer dizer, citando-me, “que o Governo aceita a proposta, mas tem, perante esta proposta, o desafio de ainda fazer mais e melhor”.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Foi isto o que o Governo disse, foi isto que o PS aprovou. Aquilo que o senhor disse...

Deputado Berto Messias (PS): Apresentada aqui pelo Deputado António Marinho!

O Orador: ... não é verdade e é lamentável que tenha faltado à verdade na sua intervenção.

Deputado Joaquim Machado (PSD): E o resto?

Vozes de alguns deputados do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Agora, sim, não havendo mais inscrições, eu vou dar a palavra ao Sr. Deputado Costa Pereira para encerrar o debate.

Dispõe apenas de três minutos, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Costa Pereira (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Francisco Coelho, agradeço, sinceramente, as suas palavras. Com elas também estou de acordo a $\frac{3}{4}$.

Deputado Francisco Coelho (PS): Pois claro!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ele não concorda com a parte da ilegalidade!

O Orador: Estamos de acordo que a autonomia é também um projeto nacional, por isso está vertida na Constituição, e é verdade que as ameaças do centralismo de Lisboa não são só de ontem, são de hoje e vão ser sempre, porque faz parte da dialética do relacionamento entre o centro e as periferias, esta tendência para o centralismo e para a relação dinâmica entre centro e periferia.

Mas, Sr. Deputado, permita-me que lhe diga que a minha maior preocupação (porque com o centralismo, nós, unidos, havemos sempre de lutar e de tentar vencer) é ver que talvez um grande, não digo o maior, inimigo da nossa autonomia se desenvolve crescentemente dentro de nós nos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: E esse inimigo é a arrogância e os tiques de arrogância que crescentemente vemos no exercício diário da governação.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: É a arrogância que impõe a instituições como este Parlamento que se atropelem as mais elementares regras regimentais...

Vozes dos deputados do PSD e dos Deputados Paulo Estêvão (PPM) e Artur Lima (CDS-PP): Muito bem! Muito bem!

O Orador: ... e legais para se cumprir ordens de quem é externo a esta casa.

(Aplausos dos deputados do PSD e dos Deputados Paulo Estêvão e Artur Lima)

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Parecem palmas de despedida!

O Orador: Sr. Deputado, um grande inimigo da autonomia é a arrogância de quem em eleições promete uma coisa e rapidamente a esquece ou cancela depois de ganhar essas eleições.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor andou a prometer na Terceira!

Deputado Berto Messias (PS): Isso é uma boa intervenção para fazer no congresso do PSD!

O Orador: É isso, Sr. Deputado, que nos mina, é isso que pode crescentemente consumir por dentro, nos fragiliza e começa por nos fragilizar cá dentro, quando os nossos cidadãos acreditam menos em cada um de nós que aqui está e, acreditando menos nos políticos que exercem este serviço à comunidade, traduzem isso numa diminuição crescente na participação eleitoral. E isso é que é o inimigo que temos que combater cá dentro.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: E para combatê-lo cá dentro temos que dar exemplos inequívocos de sobriedade, de humildade e de serviço às pessoas e às comunidades que nos elegem.

Deputado Berto Messias (PS): Abandonando a sala! Fugir ao debate no Parlamento é um exemplo de defesa da autonomia! E depois vão fazer queixinhas ao Presidente da República!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não são queixinhas! São queixas! É defender a lei!

(Aplausos dos deputados da bancada do PSD e do Deputado Paulo Estêvão)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Encerramos, assim, esta declaração política. Vamos passar para a próxima, que é do CDS.

Tem a palavra o Sr. Deputado Félix Rodrigues.

Deputado Félix Rodrigues (CDS-PP): Senhora Presidente; Senhoras e Senhores Deputados; Senhores membros do Governo;

A política pode ser considerada a arte ou a ciência da organização, da direção ou da administração de territórios, obviamente ocupados por pessoas.

Tal como dizia Aristóteles, a “*obra do poeta não é narrar as coisas que aconteceram, mas aquelas que poderiam ter acontecido e são possíveis segundo verossimilhança e necessidade*”. Por isso quando falar de história recente pode parecer que estou a falar de poesia contemporânea.

O que acontece é que quando falamos de poesia há um verso que de imediato aparece, que é o “Desenvolvimento Harmónico”, o segundo “Ilhas de Coesão” e aí por diante. Então contemos um pouco da sua história.

Coesão e harmonia são conceitos que nos Açores parecem inequivocamente ligados a uma estratégia de desenvolvimento que passaria por um sistema racional de transportes que permitiria a estruturação do território, das atividades económicas e a coesão social. Será isto que temos?

Em termos de governação compramos tudo em grande: aviões grandes para fazer viagens entre ilhas pequenas; barcos de 100 metros com capacidade para 650 passageiros e 150 viaturas, o que implica a modificação de todos os portos para que estes possam acostar, e que no Inverno se prevê, possam ser “encostados” por haver poucos passageiros e ainda menos viaturas para transportar.

Pensámos no Verão e esquecemos o Inverno. Isto é meio-pensamento, meia-realidade, duplo investimento.

Tudo isso seria aceitável se tivéssemos dinheiro para ampliar vários cais nas ilhas do Triângulo. Uma pergunta óbvia surge de imediato: Quanto é que tudo isto custa e quando se pagará? E como é que essa visão em grande se aplica à nossa pequena realidade?

Sonhar não custa,...

Deputado Francisco César (PS): Quando se estuda, é porque se estuda; quando não se estuda, é porque não se estuda!

O Orador: ... pagar é que é doloroso, como por exemplo pagar o mais caro preço que se conhece no mundo civilizado, por milha voada, mesmo sendo esse um serviço público subsidiado.

Senhora Presidente; Senhoras e Senhores Deputados; Srs. membros do Governo;

No passado, a harmonia era ter três grandes cais de cruzeiros nos Açores: Um em Ponta Delgada (que custou milhões), outro na Horta (que custou algo semelhante) e ainda um outro em Angra do Heroísmo. Mais uma vez tudo em grande.

O cais de cruzeiros de Angra do Heroísmo, segundo o Dr. Vasco Cordeiro, então Secretário da Economia, não era *“um acto de mimetismo em relação a outros investimentos ou de qualquer tipo de compensação por esses mesmos investimentos”*, mas resultava da constatação que Angra do Heroísmo possuía características únicas para o turismo de cruzeiros, nomeadamente *“por permitir um fácil acesso à malha urbana classificada, o que se afirma como uma inegável mais-valia para a valorização e aproveitamento”* da classificação atribuída pela UNESCO.

Então Angra do Heroísmo já não era Cidade Património Mundial antes da construção dos cais de cruzeiros de Ponta Delgada e da Horta?

E porque razão não se poderia promover as potencialidades turísticas de Angra do Heroísmo, Ponta Delgada ou Horta com cias de cruzeiros temáticos, com navios de porte mais pequeno que acostavam perfeitamente ao cais da Praia da Vitória, ao de Ponta Delgada e ao da Horta?

O financiamento do cais de cruzeiros de Ponta Delgada fez-se com recurso ao endividamento bancário (30%). Quando se pagará o cais de cruzeiros de Ponta Delgada? E pergunta-se o mesmo relativamente ao da Horta.

Já sabemos que, após os estudos de carácter técnico e de impacto ambiental, no Governo em que o Dr. Vasco Cordeiro era Secretário, o cais de cruzeiros de Angra do Heroísmo apenas estava atrasado. Quanto custou essa ideia de cais de cruzeiros em Angra do Heroísmo?

É que apesar desse projeto ter entrado numa fase de Alzheimer, mesmo assim custou dinheiro aos contribuintes e frustrou expectativas. Quanto custou? Ou melhor, quanto perdemos com essa ideia?

Sonhar não custa, o que custa é a obrigação de dizer a verdade, ou então de suportar uma mentira. Segundo Alexandre Pope *“Aquele que diz uma mentira desconhece a tarefa árdua que assumiu, porque será obrigado a inventar vinte outras mentiras para sustentar a certeza da primeira”*.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Os cais de cruzeiros de Ponta Delgada e de Angra do Heroísmo são semelhantes à harmonia grega dos opostos (Heráclito). Esses opostos coincidem com o princípio e com o fim.

Vamos voltar, então, a uma nova teoria dos opostos com o Porto da Praia da Vitória e com o seu Hub, que tem que ser acelerado?

Na Praia da Vitória o Governo Regional apostou nuns estaleiros, construíram-se as infraestruturas, deixou-se que as cabras e os cavalos por lá pastassem.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: E quase tudo a ressalga levou. Quanto custou esse investimento? Para que serviu?

Na teoria dos opostos, na Praia, estamos a começar pelo fim, será que chegaremos ao princípio, que é a verdadeira rentabilização das infra-estruturas da Região? Quem paga uma ideia que mal acaba de ser executada e é abandonada?

Senhora Presidente; Senhoras e Senhores Deputados; Srs. membros do Governo;

Falta estratégia no desenvolvimento harmónico. Todos perdemos, logo, todos pagamos os investimentos mal planeados e mal conduzidos.

De acordo com o Sr. Presidente do Governo Regional, para justificar a evaporação do cais de cruzeiros de Angra do Heroísmo, será feito um "*investimento menor*" no Porto das Pipas, que permitirá reforçar a infraestrutura, "*quer no âmbito do transporte marítimo de passageiros inter-ilhas, quer ao nível do papel que ele pode ter na atratividade de cruzeiros temáticos*". Esta última visão é mais realista e até já deveria ter sido implementada.

De acordo com o Presidente do Governo Regional, o Hub da Praia da Vitória "*É um projeto interessante, que exige muito trabalho e que exige mais rapidez na sua abordagem...*". Rapidez de quem? Afinal decisões desta natureza cabem aos empresários, ou ao Governo Regional?

É claro e evidente que os Terceirenses têm culpas nessas indecisões governamentais, mas não só.

No fundo, os culpados são todos os Açorianos que, já há muito tempo, deveriam ter dado corda aos sapatos se queriam um desenvolvimento verdadeiramente harmónico.

Na lógica de desenvolvimento harmónico e teoria da coesão, parece que há ilhas que passam a vida a reivindicar. Apenas parece, porque logo saltam epítetos de bairristas quando se pretende que algo funcione.

Por exemplo, foram os Terceirenses que reivindicaram para a Terceira um bunker para a radioterapia que custou milhões de euros?

Foram todos os outros Açorianos que reivindicaram para São Miguel a radioterapia?

Quem decidiu a sua construção na Terceira foi o Governo Regional, quem decidiu a nova localização da radioterapia nos Açores também foi o Governo Regional.

É que parece que há uns que tem que dar corda aos sapatos para que haja investimento e outros nasceram com a corda dada.

Planear é o oposto de decidir quando já foram feitos investimentos. Espero que o destino da radioterapia em São Miguel não seja um mimetismo da radioterapia na Terceira, porque se o for, nada contribui para o desenvolvimento regional, apenas para mais um prejuízo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Certamente também foi por mimetismo que se pretendeu construir, na ilha do Pico, uma maternidade, que, em seguida, passou a sala de partos e que terminou com a extinção dessa sala, e em catadupa, quase que terminava com a maternidade da Horta...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... e a maternidade de Angra do Heroísmo. Isto porquê?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E riem! Gozam com o povo!

O Orador: Porque se antes se vendiam sonhos, hoje vendem-se ilusões, quase todas elas fora de prazo, tudo por culpa do contexto económico, mas nunca por falta de planeamento.

É preciso planear privilegiando as proximidades mais óbvias entre ilhas e as vocações mais óbvias de cada ilha, de modo a que cada cêntimo gasto, venha ele de onde vier, sirva os Açores e os Açorianos.

Senhora Presidente; Senhoras e Senhores Deputados; Srs. membros do Governo;

Para um verdadeiro desenvolvimento harmónico dos Açores, é preciso verdade, uma ideia política que conduza a uma teoria da realidade e não apenas dividir e subdividir dinheiros...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... e investimentos à escala humana ou do território, cujos critérios raramente equacionam o benefício do todo, mas apenas os benefícios de algumas partes e mimetismos inconcebíveis associados a rebates de consciência.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Não havendo, pergunto ainda assim...

Sr. Deputado António Parreira, tem a palavra.

(*) **Deputado António Parreira (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Félix Rodrigues, antes de mais, dar-lhe as boas-vindas aqui ao Plenário da Assembleia Regional e dizer-lhe que fiquei na dúvida quanto ao cais de cruzeiros, se era a favor ou se era contra o cais de cruzeiros.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Onde! O Cais de Cruzeiros, onde!

O Orador: No entanto, daquilo que eu me lembro, e se a memória não me falha, aquando da discussão pública sobre o cais de cruzeiros, quer o CDS-PP, quer o PSD, que estão ali a rir daquele lado, eram categoricamente contra.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é falso!

O Orador: Contra o cais de cruzeiros. E colocavam alguns argumentos, que são os seguintes: o custo/ benefício da obra. Naquela altura, a preocupação, o que parece, era não fazer o cais de cruzeiros, e punha-se o custo da obra, o custo/ benefício. E naquela altura e presentemente nós sabemos que o custo/ benefício, no imediato, tínhamos um défice. Isso é claro. E para que não se fizesse o cais de cruzeiros, e agora como mudaram de opinião, naquela altura,...

Deputado Bruno Belo (PSD): Quem é que mudou de opinião?

O Orador: ... os senhores eram categoricamente contra.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor tem que dizer a verdade! Está a mentir!

O Orador: Aliás, numa sessão pública, na Santa Casa da Misericórdia, em Angra, quer o Sr. Deputado António Ventura, quer o Sr. ex-Deputado Clélio Meneses, falaram claramente contra e outros argumentos foram ter questionado quantos cruzeiros vamos ter na ilha Terceira. A preocupação era quantos cruzeiros vamos ter e o que ganhamos com estes cruzeiros.

Portanto, ficou demonstrado claramente que eram contra. Agora, por uma questão política, já estão a favor.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Esta é que é a verdade dos fatos: uma vez estão contra, outra vez estão a favor. É consoante a maré, é consoante dá mais jeito, mas nisto os açorianos já perceberam como é que os senhores funcionam e na altura certa tomarão a decisão certa.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso não é verdade!

O Orador: E, para mais, aliás, todas as obras que se veja do Governo Regional, nas obras feitas pelo Governo Regional, para o PSD, o que está feito está mal feito, e o que não está feito já deveria estar feito. Tem sido assim nos últimos tempos. Infelizmente, já estamos habituados a essa postura.

O que é certo é que eu também gostava que Angra tivesse um cais de cruzeiros e sou defensor de um cais de passageiros inter-ilhas em Angra, mas de acordo com as nossas capacidades...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Bem-vindo ao clube, Sr. Deputado!

O Orador: ... daquilo que nós necessitamos e daquilo que nós precisamos, sem entrar em excessos.

Relativamente ao cais de cruzeiros, no momento atual, acho que devemos ser coerentes e temos que pôr à frente as famílias e as pessoas, e isto é aquilo que este Governo tem feito, com as diversas medidas já implementadas, inclusivamente no alargamento do Complemento Regional de Pensão, provocado pelos cortes aos funcionários públicos, provocado pelo vosso Governo, pelo Governo da República do CDS-PP e do PSD.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O Carnaval já acabou! (*Risos*)

Deputado Manuel Pereira (PS): Quem é o ministro?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ministro? V. Ex.^a é de Braga?

O Orador: Esta é que é uma das verdades.

Portanto, em outras obras, em tantas outras obras, com atrasos ou sem atrasos, com mais dificuldades ou com menos dificuldades, do Governo Regional e da responsabilidade do Partido Socialista, os terceirenses e os açorianos sempre responderam com a mesma confiança e a prova disso mesmo está à vista de todos.

Portanto, meus amigos, nós damos a cara e não fugimos. Este Governo e o Partido Socialista dão a cara...

(Risos do Deputado António Ventura)

... e não fogem às suas responsabilidades.

O que é certo é que os senhores criticam, mas criticam mal. Criticam, pura e simplesmente, por demagogia política, mas quem nos avalia, felizmente, não são os senhores, neste caso particular, são os terceirenses e serão os açorianos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor é um exemplo vivo. É um exemplo vivo da coerência!

O Orador: Em 2017, com a mesma frontalidade, este Governo e o PS, felizmente, serão julgados pelos açorianos e não pelos senhores.

Relativamente àquilo que vem a público das notícias sobre o *Hub* da Praia da Vitória, do qual o senhor também diz que nada será feito, que tudo está mal, que não pode ser,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor guarde esse artigo!

O Orador: ... o senhor esquece-se de uma coisa, é que isso é uma proposta dos empresários da Terceira,...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... e aí o senhor não dignifica os nossos empresários.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Guarde o artigo!

O Orador: Esta é que é uma realidade. O senhor, neste caso, não dignifica o bom nome dos empresários da Terceira, porque é uma proposta dos empresários e não é do Governo Regional.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah, não é?!

O Orador: Mas o Governo Regional está pronto para trabalhar para fazer...

A proposta vem dos empresários da Terceira e o Governo está aqui para trabalhar, para apoiar e com o apoio do Partido Socialista.

Tenho dito.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos deputados do PS)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições. Sendo assim, eu vou dar a palavra ao Sr. Deputado Félix Rodrigues para encerrar o debate.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Félix Rodrigues (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu creio que o Sr. Deputado António Parreira não percebeu 10% da minha intervenção. Citou apenas 10% da intervenção,...

Deputado Bruno Belo (PSD): E já é muito!

Deputado José Ávila (PS): E nem era preciso citar!

O Orador: ... que é bem mais abrangente do que o cais de cruzeiros de Angra do Heroísmo.

É sabido, e se não sabe é uma questão de procurar nos jornais locais (e também todos nós conhecemos a defesa acérrima que fez do cais de cruzeiros, em Angra do Heroísmo), que a nossa alternativa sempre foi aproveitar as infraestruturas da Praia da Vitória, exatamente pela avaliação custo/ benefício que está pendente sobre uma infraestrutura desta natureza.

Ora, o cais de cruzeiros em Angra do Heroísmo, além de ter problemas de impacto visuais na baía de Angra do Heroísmo, tem também alguns problemas na conservação do património arqueológico subaquático. Defendíamos a rentabilização do investimento na Praia da Vitória. E, portanto, não eramos contra o cais de cruzeiros.

Deputado António Parreira (PS): Em Angra do Heroísmo!

O Orador: Por outro lado, há uma diferença muito grande relativamente ao cais de cruzeiros e ao que é que são cruzeiros.

Defendíamos cruzeiros temáticos, o mesmo que o Sr. Presidente do Governo Regional vem defender, neste momento, para Angra do Heroísmo, e que é realista. É resultado da oferta que existe no mercado e não cruzeiros que não têm sítio para atracar em portos dos Açores.

Por outro lado, há vários tipos de cruzeiros. Não são os cruzeiros com 30 restaurantes lá dentro, jacuzzis e outras coisas que tais, inclusivamente centros comerciais, que vão trazer dinheiro aos Açores. Isso implica que há que saber estudar, há que saber pensar e os estudos são extremamente importantes para se chegar a um investimento correto e fazer uma gestão correta dos dinheiros públicos.

Ora, o CDS não foge às suas responsabilidades e, portanto, as nossas responsabilidades têm a ver com uma avaliação correta, ou da realidade, olhar

para a nossa realidade e não defender para uma ilha só porque há que haver mimetismo entre as várias ilhas e reproduzirmos até à exaustão a mesma ideia para tudo quanto é sítio.

É verdade que a população nos julga,...

Deputado António Parreira (PS): Felizmente!

O Orador: ... mas o CDS é julgado...

Deputado António Parreira (PS): E tem julgado nos últimos anos!

O Orador: ... popularmente, sim senhor. É, sim senhor, julgado popularmente e tem os votos que tem, mas o primeiro julgamento, e aquele que é mais importante, é a nossa consciência e esse julgamento é aquele que nos faz dormir descansados,...

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): A gente, felizmente, dorme descansados!

O Orador: ... dizendo e vendo a realidade. E a realidade é exatamente aquilo que está à vista de todos, em que todos podemos contribuir e uma vez que há projetos que não acrescentam em nada na valorização económica do arquipélago, no desenvolvimento do arquipélago, não podemos ser a favor deles, porque eles não contribuem para o todo. São apenas subdivisões que levam a bairrismos e que levam a uma visão deturpada por ilhas quando a gente vive num território com especificidades claríssimas e afastamentos muito grandes entre as ilhas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Está, assim, encerrada esta declaração política e vamos também encerrar os nossos trabalhos.

Um bom almoço para todos. Regressamos às 15 horas.

Eram 12 horas e 56 minutos.

Presidente: Boa tarde, Sras. e Srs. Deputados.

(Após o intervalo, a Sra. Presidente da ALRAA foi substituída na Mesa pelo Sr. Vice-Presidente, Deputado Ricardo Cabral)

Eram 15 horas e 09 minutos.

Encarrega-me sua Excelência a Sra. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores de conduzir os trabalhos, por motivos de representação institucional. A Sra. Presidente retomará os trabalhos ainda hoje. Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

O ponto da Agenda que se segue é a **Proposta de Resolução n.º 4/X – “Conta da Região Autónoma dos Açores referente ao ano de 2012”**.

O debate e a votação seguem o disposto no artigo 168º do Regimento da ALRAA.

O debate foi organizado em Conferência de Líderes e decorre nos termos do artigo 132º do nosso Regimento.

Os tempos são os seguintes: Governo Regional, 25 minutos; PS, 25 minutos; PSD, 20 minutos; CDS-PP, 13 minutos; Bloco de Esquerda, 10 minutos; PCP, 10 minutos; e PPM 10 minutos.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Ávila, relator da Comissão de Economia, para apresentar, sinteticamente, o relatório e parecer final.

Deputado José Ávila (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

RELATÓRIO E PARECER

CONTA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES DO ANO DE
2012

TRABALHOS DA COMISSÃO

A Comissão Permanente de Economia reuniu no dia 28 de Fevereiro de 2014, na Delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade de Ponta Delgada, a fim de analisar e dar parecer sobre a Conta da Região Autónoma dos Açores do ano de 2012, tendo em consideração o respetivo parecer emitido pela Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas e das restantes Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Capítulo I - Enquadramento Jurídico

Compete à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos do n.º 1 do artigo n.º 232.º e da alínea p) do n.º 1 do artigo n.º 227.º da Constituição da República Portuguesa, bem como da alínea b) do n.º 1 do artigo 42.º do Estatuto Político – Administrativo da Região Autónoma dos Açores, aprovar as Contas da Região Autónoma dos Açores.

Capítulo II - Apreciação na Generalidade e na Especialidade

1. APRECIACÃO NA GENERALIDADE

- a. Encontra-se em apreciação a Proposta de Resolução n.º 4/2013 de 1 de Julho, apresentada à Assembleia Legislativa pelo Governo Regional relativa à Conta da Região Autónoma dos Açores referente ao ano de 2012;
- b. A referida Conta teve por base a execução do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2012 aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 3/2012/A, de 13 de Janeiro e posto em execução pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 6/2012/A de 17 de Fevereiro;
- c. A Conta da Região Autónoma dos Açores de 2012 foi aprovada em Conselho de Governo por Resolução de 26 de Junho de 2013, deu entrada na Assembleia no dia 1 de Julho de 2013, tendo sido

remetido à Comissão de Economia no dia 5 de Julho de 2013. O parecer do Tribunal de Contas foi enviado a esta Comissão em 25 de Novembro de 2013, assim como os pareceres das restantes Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, ficando assim reunidos os elementos necessários à elaboração do relatório e parecer.

2. APRECIACÃO NA ESPECIALIDADE

a) Receita

A Receita Total (excluindo Operações Extra-Orçamentais), em 2012, atingiu o valor de 1.029 milhões de euros (1.006,7 milhões euros em 2011) e uma execução de 84,3%.

Está incluído o saldo do ano anterior que foi de 289 mil euros.

Quadro I – Receita - Execução e Estrutura da Receita

Designação	Orçamentada		Executada	
	Valor	Estrutur	Valor	Estrutur
		a		a
Euros	%	Euros	%	

Receita Corrente (1)

Fiscal	526.989.000,00	43,2	426.883.784,60	41,5
Transferências	138.974.000,00	11,4	138.974.000,00	13,5
Outras	19.277.000,00	1,6	14.247.924,78	1,4
Sub-total	685.240.000,00	56,1	580.105.709,38	56,3

Receita Capital (2)

Transferências	375.975.925,00	30,8	305.696.608,43	29,7
Passivos Financeiros	142.300.000,00	11,7	141.980.000,00	13,8
Outras	17.716.408,00	1,5	1.696.299,29	0,2
Sub-total	535.992.333,00	43,9	449.372.907,71	43,7
Receita Própria	563.982.408,00	46,2	444.275.991,20	43,2
	1.221.232.333,0		1.029.478.617,0	
Receita Total (1+2)	0	100	9	100

A Receita Corrente, no valor de 580,1 milhões de euros (664,3 milhões de euros em 2011), atingiu uma taxa de execução de 84,7% (94,2% em 2011), esteve abaixo do previsto em 105,1 milhões de euros.

O peso dos Impostos voltou novamente, a superar o das Transferências, em 1,7% (3,9% em 2011).

As Receitas Próprias têm um peso de 43,2% no total das Receitas, enquanto em 2011 esse valor era de 51,7%.

A Receita de Capital, com 449,4 milhões de euros (342,4 milhões de euros em 2011) e uma execução de 83,8 % (83,1% em 2011), esteve acima do valor do ano transato em 106,9 milhões de euros.

As Transferências do Orçamento de Estado e o IVA, em conjunto, com 491,4 milhões de euros (544,8 milhões de euros em 2011), contribuíram com 47,7% (54,1% em 2011 e 51,8% em 2010) para o total da Receita.

A Receita apresentou a seguinte estrutura: Fiscal – 41,5% (49,8% em 2011), Transferências – 43,2% (45,9% em 2011), Passivos Financeiros – 13,8% (2,3% em 2011) e Outras Receitas – 1,5% (0,3% em 2011).

A Receita Fiscal, no valor de 426,9 milhões de euros (501,8 milhões de euros em 2011), inclui os Impostos Indiretos 62,4% (61,7% em 2011) e Impostos Diretos 37,6% (38,3% em 2011). O IRS e o IVA são a componente mais

significativa da Receita Fiscal, representando, no seu conjunto, 70,1% (67,6% em 2011) do total.

Quadro II – Receita Fiscal

CE	Designação	Orçamentada		Executada		Taxa de
		Valor Euros	Estrutura %	Valor Euros	Estrutura %	Execução %
1	Impostos Diretos					
1.01.01	IRS	146.919.000,00	27,88	133.995.777,71	31,39	91,20
1.01.02	IRC	44.950.000,00	8,53	26.615.872,45	6,23	59,21
1.02	Outros	100.000,00	0,02	11.809,39	- 0,00	- 11,81
	Sub-total Impostos Diretos (1)	191.969.000,00	36,43	160.599.840,77	37,62	83,66
2	Impostos Indiretos					
2.01.01	ISP	50.030.000,00	9,49	42.929.139,14	10,06	85,81
2.01.02	IVA	212.600.000,00	40,34	165.206.871,86	38,70	77,71
2.01.03	ISV	8.600.000,00	1,63	3.633.154,56	0,85	42,25
2.01.04	ICT	36.050.000,00	6,84	28.150.156,29	6,59	78,09
2.01.05	IABA					

		5.730.000,00	1,09	5.015.068,70	1,17	87,52
2.02.02	IS	19.410.000,00	3,68	18.134.629,58	4,25	93,43
2.02	Outros	2.600.000,00	0,49	3.214.923,70	0,75	123,65
	Sub-total Impostos Indiretos (2)	335.020.000,00	63,57	266.283.943,83	62,38	79,48

Receita Fiscal (1+2)	526.989.000,00	100,00	426.883.784,60	100,00	81,00
-----------------------------	-----------------------	---------------	-----------------------	---------------	--------------

Os Impostos Diretos, no valor de 160,6 milhões de euros, com uma taxa de execução de 83,7%, são constituídos, quase na totalidade, por IRS (83,4%) e IRC (16,6%), atingiram, respetivamente, as taxas de execução de 91,2% e 59,2%.

Os Impostos Indiretos, num total de 266,3 milhões de euros, atingiram uma execução de 79,5%, são constituídos, essencialmente pelo IVA (62%), o ISP (16,1%) e o ICT (10,6%), com taxas de execução de 77,7%, 85,8% e 78,1%, respetivamente.

As Transferências, num total de 444,7 milhões de euros (462,3 milhões de euros em 2011), com uma execução de 86,4%, tiveram origem no Orçamento do Estado (73,3%) e na União Europeia (26,3%).

Quadro III – Transferências

Designação	Orçamentada		Executada		Taxa de Execução
	Valor Euros	Estrutura %	Valor Euros	Estrutura %	

Orçamento do Estado				
Correntes	138.974.000,00	27,0	138.974.000,00	31,3 100,0
Capital	189.935.119,00	36,9	187.183.504,40	42,1 98,6
Sub-total	328.909.119,00	63,9	326.157.504,40	73,3 99,2
Custos de Insularidade e Desenvolvimento da RAA	-	0,0	289.563.737,00	
Fundo de Coesão	-	0,0	46.195.467,00	
IHRU/PROHABITA			398.300,40	
Transferências Sogeo SA	-	0,0	1.737.044,48	0,4
Transferências da U. Europeia	186.040.806,00	36,1	116.776.059,55	26,3 62,8
Total				
Transferências	514.949.925,00	100,0	444.670.608,43	100,0 86,4

As Transferências do Orçamento do Estado, no montante de 326,2 milhões de euros (351,8.milhões de euros em 2011), atingiram uma execução de 99,2%. As

Transferências da União Europeia, no montante de 116,8 milhões de euros (110,5 milhões de euros em 2011), atingiram um a execução de 62,8%.

Quadro IV – Transferências da União Europeia

CE	Designação	Orçamentada Valor Euros	Execução	
			Valor Euros	Taxa %
10.09.01	União Europeia - Instituições	186.040.806,00		
	<i>INTERREG IIIB</i>		2.675,87	
	<i>Proconvergência</i>		110.015.231,03	
	<i>PROPESCAS</i>		1.002.631,98	
	<i>POVT</i>		4.665.605,88	
	<i>PRORURAL POSEI</i>		635.433,10	
	<i>PCT-MAC</i>		384.700,69	
	<i>Outros Fundos</i>		50.288,00	
	<i>BALEIAÇOR</i>		19.493,00	
Total		186.040.806,00	116.776.059,55	62,8

Os Passivos Financeiros, no valor de 142 milhões de euros (23 milhões de euros em 2011 e 50 milhões de euros em 2010), têm como finalidade o financiamento de projetos com participação de fundos comunitários, regularização de dívidas vencidas da RAA e refinanciamento, adjudicados às seguintes entidades:

Quadro V – Passivos Financeiros

Financiamento de projetos com participação de fundos comunitários e regularização de dívidas vencidas			
Instituição	Montante	Maturidade	Taxa Fixa (%)
Banco Português de Gestão SA	1.980.000,00	13-02-2013	5,11
Caixa Económica da Misericórdia AH	5.000.000,00	21-06-2013	6,36
Refinanciamento			
Instituição	Montante	Maturidade	Taxa Fixa (%)
Governo da República	50.000.000,00	16-08-2022	2,66
Governo da República	77.313.674,00	16-08-2022	3,04
Governo da República	7.686.326,00	16-08-2022	2,26
Total			

141.980.000,00

As Outras Receitas, no valor de 15,7 milhões de euros (19,6 milhões de euros em 2011), são constituídas por:

- Taxas, Multas e Outras Penalidades – 7,5 milhões de euros;
- Contribuições para a Segurança Social, CGA e ADSE – 3,7 milhões de euros;
- Rendimentos de Propriedade – 2 milhões de euros;
- Reposições Não Abatidas nos Pagamentos – 0,9 milhões de euros;
- Outra – 1,6 milhões de euros.

A Receita Própria num total de 444,3 milhões de euros, atingiu uma execução orçamental de 78,8%, sendo responsável por 43,2% da Receita Total.

No gráfico abaixo inserido podemos ver a evolução dos principais agregados da receita entre 2008 e 2012:

Evolução da Receita

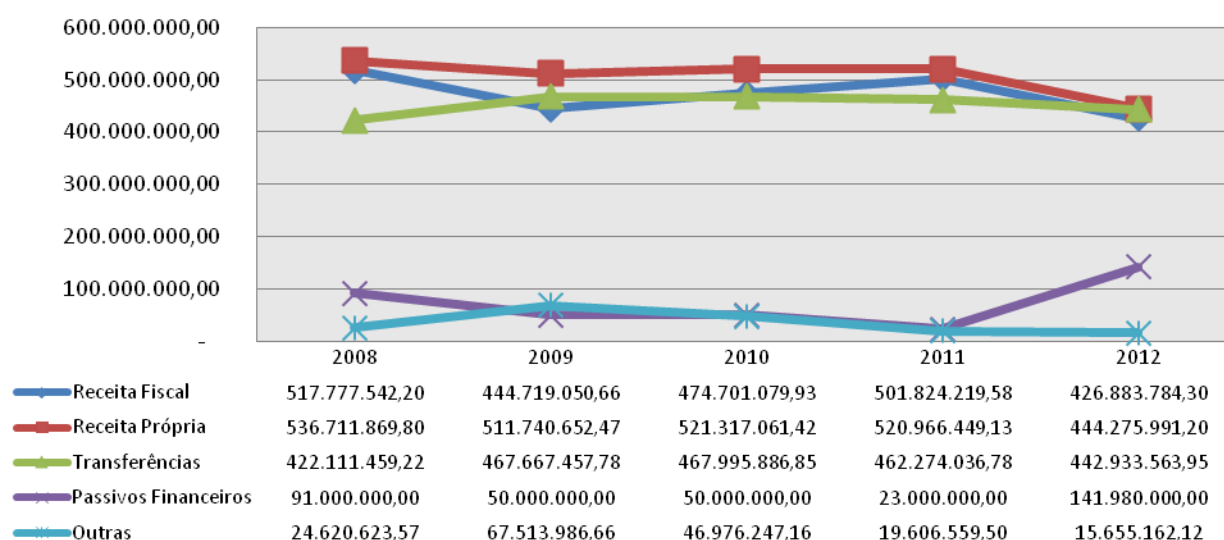


Gráfico 1 – Evolução da Receita

Nota: o valor de 1,7 milhões de euros da Sogeo está contabilizado como receita própria.

b) Despesa

A despesa global, no valor de 1.028,8 milhões de euros (1.006,4 milhões de euros em 2011), corresponde a uma execução de 84,2% do previsto, enquanto em 2011 essa taxa era de 90,1% e em 2010 de 91,7%.

Quadro VI – Despesa – Execução e Estrutura

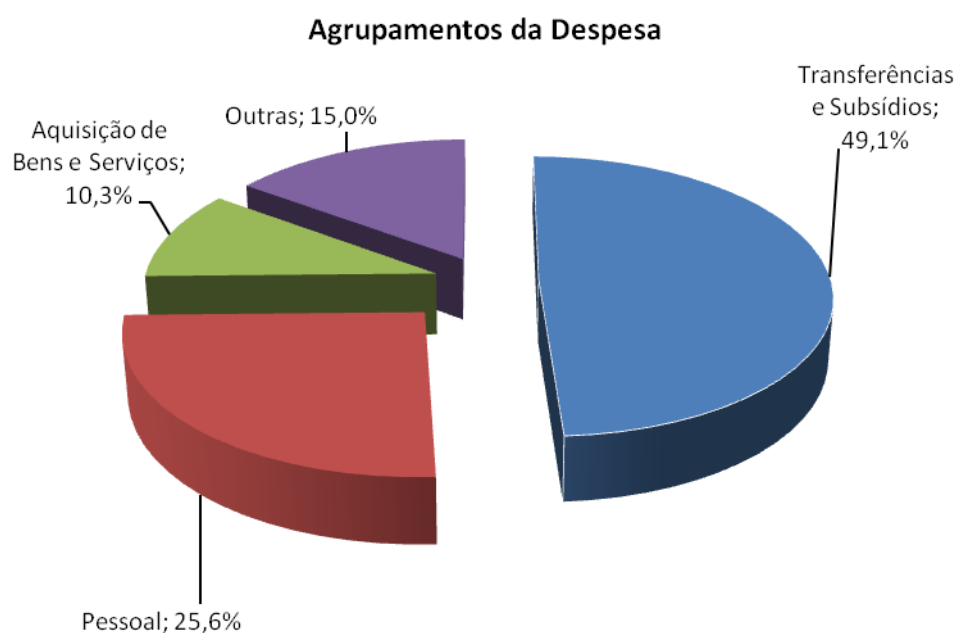
CE	Designação	Orçamentada		Executada		Taxa de
		Valor Euros	Estrutura %	Valor Euros	Estrutura %	Execução %
	TOTAL DA DESPESA	1.221.232.333,00	100,0	1.028.785.607,23	100,0	84,2
	Despesa Corrente (1)	810.302.959,00	66,4	728.306.254,74	70,8	89,9
	<i>Funcionamento</i>	<i>598.107.303,00</i>	49,0	<i>575.455.094,23</i>	55,9	96,2
01	Pessoal	275.657.875,00	22,6	261.830.844,22	25,5	95,0
02	Aquisição de bens e serviços	17.248.699,00	1,4	15.125.191,76	1,5	87,7
03	Juros e Outros Encargos	15.320.000,00	1,3	15.291.129,93	1,5	99,8
04	Transferências	273.239.976,00	22,4	272.772.745,86	26,5	99,8
05	Subsídios	-	0,0	-	0,0	-
06	Outras		1,4		1,0	

		16.640.753,00		10.435.182,46		62,7
	Plano de Investimento	212.195.656,00	17,4	152.851.160,51	14,9	72,0
01	Pessoal	2.263.363,00	0,2	1.728.084,16	0,2	76,4
02	Aquisição de bens e serviços	48.253.855,00	4,0	35.288.385,98	3,4	73,1
03	Juros e Outros Encargos	-	0,0	-	0,0	-
04	Transferências	131.040.812,00	10,7	96.376.853,95	9,4	73,5
05	Subsídios	30.345.472,00	2,5	19.304.147,46	1,9	63,6
06	Outras	292.154,00	0,0	153.688,96	0,0	52,6
	Despesa de Capital (2)	410.929.374,00	33,6	300.479.352,49	29,2	73,1
	Funcionamento	128.585.356,00	10,5	128.011.011,11	12,4	99,6
07	Aquisição de bens de Capital	889.882,00	0,1	315.537,11	0,0	35,5
08	Transferências	-	0,0	-	0,0	-
09	Ativos Financeiros	-	0,0	-	0,0	-
10	Passivos Financeiros	127.313.674,00	10,4	127.313.674,00	12,4	
11	Outras	381.800,00	0,0	381.800,00	0,0	100,0
	Plano de		23,1		16,8	

	Investimento	282.344.018,00		172.468.341,38		61,1
07	Aquisição de bens de Capital	106.043.628,00	8,7	55.700.781,79	5,4	52,5
08	Transferências	175.800.390,00	14,4	116.267.559,59	11,3	66,1
09	Ativos Financeiros	500.000,00	0,0	500.000,00	0,0	100,0
10	Passivos Financeiros	-	0,0	-	0,0	-
11	Outras	-	0,0	-	0,0	-

A análise da despesa desenvolve-se por quatro agrupamentos, conforme o gráfico:

Gráfico 2 – Agrupamentos da Despesa



CE	Designação	Funcionamento	Plano (Cap 40)	Valor	%
01	Pessoal	261.830.844,22	1.728.084,16	263.558.928,38	25,6
02+07	Aquisição de bens e serviços	15.440.728,87	90.989.167,77	106.429.896,64	10,3
04+05+08	Transferências e Subsídios	272.772.745,86	231.948.561,00	504.721.306,86	49,1
03+06+09+11	Outras	153.421.786,39	653.688,96	154.075.475,35	15,0
Total	Valor	703.466.105,34	325.319.501,89	1.028.785.607,23	100,0
	%	68,4	31,6	100,0	

O funcionamento dos serviços públicos representa a maior parcela das Despesas, com 68,4% (59,8% em 2011).

O Plano de Investimentos, com 325,3 milhões de euros (405,1 milhões de euros em 2011), representa 31,6% da Despesa.

Na execução do ORAA, as Transferências e Subsídios representam 49,1% (51,8% em 2011) e 25,6% de Despesas com o Pessoal (31,1% em 2011).

A Despesa Corrente Primária, com 560,2 milhões de euros (587,4 milhões de euros em 2011), corresponde a 54,5% (58,4% em 2011) da Despesa Total. Os gastos com Pessoal, no valor de 312,5 milhões de euros, representam menos

2,8% (9 milhões de euros) do que em 2010 e tiveram uma taxa de execução de 98,6%.

Quadro VIII – Despesas com Pessoal

CE	Designação	Valor (€)	%
	Titulares Órgão Soberania e Membros Órgão		
01.01.01	Autárquicos	534.382,24	0,2
01.01.03	Pessoal dos Quadros - Regime F. Pública	165.040.142,48	62,6
	Pessoal dos Quadros - Regime Contrato		
01.01.04	Individual Trabalho	652.713,10	0,2
01.01.05	Pessoal Além dos Quadros	2.335.249,75	0,9
01.01.06	Pessoal Contratado a Termo	12.731.607,42	4,8
01.01.07	Pessoal em Regime de Tarefa ou Avença	971.535,61	0,4
01.01.09	Pessoal em Qualquer Outra Situação	5.183.472,78	2,0
01.01.10	Gratificações	3.140.180,42	1,2
01.01.11	Representação	1.261.838,45	0,5
01.01.13	Subsídio de Refeição	10.845.666,09	4,1
01.01.14	Subsídio de Férias e de Natal	3.311.048,51	1,3
01.01.15	Rem. Doença e Maternidade/Paternidade	7.626.498,66	2,9

01.02.02	Horas Extraordinárias	1.120.022,84	0,4
01.02.04	Ajudas de custo	483.579,15	0,2
01.02.14	Outros Abonos Numerário ou Espécie	5.309.600,28	2,0
01.03.01	Encargos com a Saúde	3.292.776,87	1,2
01.03.02	Outros Encargos com a Saúde	2.765.014,56	1,0
01.03.03	Subsídio Familiar a Crianças e Jovens	815.785,32	0,3
01.03.05	Contribuições Segurança Social	33.192.861,63	12,6
01.03.10	Outras Despesas de Segurança Social	1.628.768,33	0,6
	Outras	1.316.183,89	0,5
TOTAL		263.558.928,38	100,0

A componente Pessoal dos Quadros – Regime da Função Pública, com 165 milhões de euros (136,9 milhões de euros em 2011), é a mais elevada, representado 62,6% (43,8% em 2011) do total.

A rubrica Pessoal Contratado a Termo, com 12,7 milhões de euros, 4,8% do total da Despesa com Pessoal, registou um crescimento de 11,5 milhões de euros relativamente a 2011.

Na rubrica Pessoal dos Quadros – Regime Contrato Individual de Trabalho houve um decréscimo de 97,6% relativamente a 2011 (menos 26,9 milhões de euros).

Na rubrica Pessoal Além dos Quadros verificou-se também uma redução de 85,8% relativamente a 2011 (menos 14,1 milhões de euros).

A rubrica Subsídio de Férias e de Natal também regista um decréscimo relativamente ao ano anterior (30,7 milhões de euros) decorrente das normas do Orçamento de Estado sobre essa matéria.

A Secretaria Regional da Educação e Formação é responsável por 66,7% das despesas com pessoal (175,8 milhões de euros).

Estas despesas com o Pessoal não integram as do Serviço Regional de Saúde.

Relativamente às Transferências e Subsídios para Outras Entidades, no valor de 504,7 milhões de euros (521,8 milhões de euros em 2011), tiveram uma taxa de execução na ordem dos 82,7% (92,2% em 2011), sendo o Plano de Investimento responsável por 52,4% dessas transferências.

Relativamente a 2011 houve um decréscimo de 17 milhões de euros.

Para as Empresas Privadas houve um aumento de 16,2 milhões de euros, para as Empresas Públicas foram transferidos mais 2,3 milhões de euros e para as Particulares mais 0,7 milhões de euros.

As restantes Transferências decresceram nomeadamente para Instituições Sem Fins Lucrativos, que baixaram 18,4 milhões de euros e Serviços e Fundos Autónomos cujas valores representaram menos 11,9 milhões de euros do que em 2011.

Quadro IX – Transferências e Subsídios

CE	Designação	Funcionamento	Plano	Valor (€)	%
04.01.01					-
08.01.01	Empresas Públicas				

240.545.982,00 73.099.941,55 313.645.923,55 62,1

05.01.01			-	-	
04.01.02			-	-	
08.01.02	Empresas Privadas	-	35.917.416,30	35.917.416,30	7,1
05.01.03			-	-	
04.02.00	Sociedades Financeiras				
08.02.01		-	5.095.512,53	5.095.512,53	1,0
04.03.01	Estado	-	2.716,59	2.716,59	0,0
04.03.05	Serviços e Fundos				
08.03.00	Autónomos	8.524.989,18	57.177.358,42	65.702.347,60	13,0
	Administração				
04.04.01	Regional	-	5.279,25	5.279,25	0,0
04.05.02					
08.05.02	Administração Local	-	7.175.429,24	7.175.429,24	1,4
05.05.03					
04.07.01	Instituições Sem Fins				
08.07.01	Lucrativos	25.532,82	40.610.942,11	40.636.474,93	8,1
05.07.00					
04.08.00	Particulares (Incluí				
08.08.00	ENI)	23.676.241,86	12.570.844,01	36.247.085,87	7,2
05.08.00					
04.09.00	Resto do Mundo	-	293.121,00	293.121,00	0,1

TOTAL

As Empresas Públicas beneficiaram de Transferências no valor de 313,6 milhões de euros (311,3 milhões de euros em 2011) representam 62,1% do total (59,7% do total em 2011), os Serviços e Fundos Autónomos receberam 65,7 milhões de euros (77,6 milhões de euros em 2011) e representa 13% do total (14,9% do total em 2011) e as Instituições Sem Fins Lucrativos receberam, por sua vez, 40,6 milhões de euros (59 milhões de euros em 2011), cerca de 8,1% do total (11,3% do total em 2011).

As transferências para a Saúde foram no valor de 259,2 milhões de euros (234,9 milhões de euros em 2011).

Cerca 94,8 milhões de euros (103,9 milhões de euros em 2011) destinou-se ao Centro de Oncologia dos Açores e Centros de Saúde, 131,7 milhões de euros (99,9 milhões de euros em 2011) destinaram-se aos Hospitais, enquanto 14,0 milhões de euros (31,1 milhões em 2011) foram para a Saudaçor.

A Aquisição de Bens e Serviços foi de 145,8 milhões de euros, menos 18,1% do que em 2010 e tiveram uma execução orçamental de 71%.

Quadro X – Aquisição de Bens e Serviços

CE	Descrição	Valor	%
02.01.00	Aquisição de Bens	9.522.363,98	8,9
02.02.00	Aquisição de Serviços	40.891.213,76	38,4
	Aquisição de Bens de		
07.00.00	Capital	56.016.318,90	52,6

Total	106.429.896,64 100,0
--------------	-----------------------------

A Aquisição de Bens e Serviços foi suportada em 85,5% (88,6% em 2011) pelo Plano de Investimentos.

A Aquisição de Bens de Capital representa 52,6% (54,9% em 2011) do total, destacando-se a rubrica Construções Diversas que, por si só, representa 20,3% (24,9% em 2011) do total.

As Outras Despesas, no valor de 154,1 milhões de euros (26,3 milhões de euros em 2011), teve uma execução de 96% (90,1% em 2011). A referida rubrica registou um aumento devido a Passivos Financeiros de 127,3 milhões de euros (em 2011 essa execução foi nula) e refere-se à amortização de dois empréstimos de médio e longo prazo.

Os Juros e Outros encargos também aumentaram relativamente a 2011 em 2,3 milhões de euros.

Quadro XI – Despesas – Outras Despesas

CE	Designação	Funcionamen to	Plano	Valor	%
03.00.0	Juros e outros	15.291.129,9		15.291.129,9	
0	encargos	3	-	3	9,9
06.00.0	Outras despesas	10.435.182,4		10.588.871,4	
0	correntes	6	153.688,96	2	6,9
09.00.0	Ativos				

0	Financeiros	-	500.000,00	500.000,00	0,3
10.00.0	Passivos	127.313.674,		127.313.674,	
0	Financeiros	00	-	00	82,6
11.00.0	Outras despesas				
0	de capital	381.800,00	-	381.800,00	0,2
		153.421.786,		154.075.475,	
	Total	39	653.688,96	35	100,0

As Outras Despesas Correntes importam em 153,7 mil euros (19,9 mil euros em 2011), repartidas por Outras (144,5 mil euros) e Ativos Incorpóreos (9,2 mil euros).

O Plano de Investimentos previa inicialmente uma despesa de 494,5 milhões de euros (506,7 milhões euros em 2011), mas teve uma execução no valor de 325,3 milhões de euros (405,1 milhões de euros em 2011), o que corresponde a uma taxa de cumprimento de 65,8% (79,9% em 2011).

Quadro XII – Plano de Investimentos (Capítulo 50)

CE	Designação	Orçamentada		Executada		Taxa de
		Valor Euros	Estrutura %	Valor Euros	Estrutura %	Execução %
	Executado Diretamente					
01	Pessoal	2.263.363,00	0,5	1.728.084,16	0,5	76,4

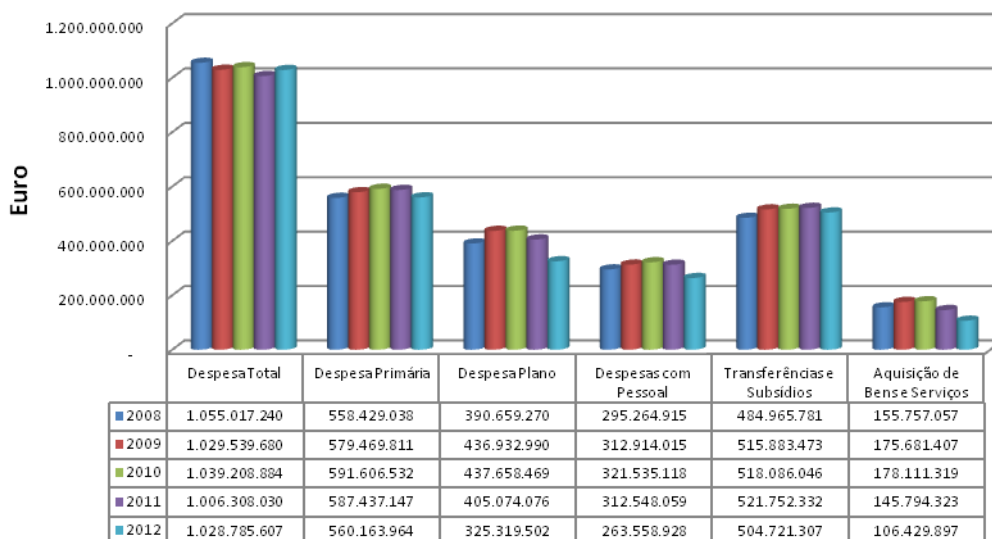
02	Aquisição de Bens e Serviços	48.253.855,00	9,8	35.288.385,98	10,8	73,1
07	Aquisição de Bens de Capital	106.043.628,00	21,4	55.700.781,79	17,1	52,5
06	Outras Despesas Correntes	292.154,00	0,1	153.688,96	0,0	52,6
	Sub-total	156.853.000,00	31,7	92.870.940,89	28,5	59,2
	Transferido					
	Transferências					
04	Correntes	131.040.812,00	26,5	96.376.853,95	29,6	73,5
08	Transferências de Capital	175.800.390,00	35,5	116.267.559,59	35,7	66,1
05	Subsídios	30.345.472,00	6,1	19.304.147,46	5,9	63,6
09	Ativos Financeiros	500.000,00	0,1	500.000,00	0,2	100,0
	Sub-total	337.686.674,00	68,3	232.448.561,00	71,5	68,8

Receita Fiscal	494.539.674,00	100,0	325.319.501,89	100,0	65,8
-----------------------	-----------------------	--------------	-----------------------	--------------	-------------

O Plano de Investimento previa uma despesa de 494,5 milhões de euros e teve uma execução de 65,8% (325,3 milhões de euros), o que corresponde a menos 79,8 milhões de euros do que em 2011.

Gráfico 3 – Evolução da Despesa

Evolução da Despesa



A Despesa Total registou um crescimento de 22,5 milhões de euros. Esse crescimento deveu-se aos Passivos Financeiros e Juros e Outros Encargos, já que as outras rubricas decresceram relativamente a 2011.

c) Operações Extra-Orçamentais

As Operações Extra-Orçamentais tiveram uma dotação de 229,2 milhões de euros (237,5 milhões de euros em 2011), com uma execução de 114,2% na Receita (261,6 milhões de euros) e 114,4% na Despesa (262,1 milhões de euros).

Quadro XIII - Operações Extra-Orçamentais – Execução

Designação	Orçamento		Receita		Despesa	
	Valor		Valor	Tx	Valor	Tx
				Exec		Exec
	€		€	%	€	%
Operações de Tesouraria						
Outras Operações de	24.131.005,00		24.769.637,30	102,6	24.764.310,91	102,6

Tesouraria		184.102.327,00	209.727.653,84	113,9	209.873.719,11	114,0
Contas de Ordem		20.972.646,00	27.148.874,99	129,4	27.478.295,09	131,0
Operações Orçamentais	Extra-	229.205.978,00	261.646.166,13	114,2	262.116.325,11	114,4

Nas Outras Operações de Tesouraria representam cerca de 80% da totalidade das Operações Extra-orçamentais, destacando-se 88,6 milhões de euros referente a Transferências do Orçamento do Estado para as Autarquias Locais relacionadas com o FEDER (57,6 milhões de euros) e FSE (45,4 milhões de euros).

d) Apoios financeiros

No decurso do ano de 2012 os apoios financeiros atribuídos pela Administração Regional ascenderam a 197,5 milhões de euros (241,4 milhões de euros em 2011), dos quais, 154,9 milhões (78%) foram concedidos por Departamentos Governamentais e 42,6 milhões (22%) por Fundos e Serviços Autónomos.

Dos Apoios Atribuídos destacam-se a Secretaria Regional da Economia, com 39 milhões de euros e a Secretaria Regional do Trabalho e Solidariedade Social com 25,4 milhões de euros.

Os valores atribuídos pelos Serviços e Fundos Autónomos perfazem 42,6 milhões de euros (13 entidades) destacando-se o Fundo Regional de Coesão, com 20,2 milhões de euros, e o IAMA, com 9,2 milhões de euros, representando, só por si, cerca de 80% dos apoios.

e) Plano de Investimentos

O valor global do Investimento Público previsto pela Administração Regional, em 2012, ascendia a 752,8 milhões de euros (801,3 milhões de euros em 2011),

com uma intervenção dos departamentos governamentais de 66% – 494,5 milhões de euros - e de outras entidades públicas 34% – 258,2 milhões de euros.

As fontes de financiamento do Plano tiveram como suporte as Transferências de Capital do OE (187,2 milhões de euros - 58%), Transferências Correntes do OE (6,7 milhões de euros - 2%), as Transferências da UE (116,8 milhões de euros – 36%), e, ainda, a utilização de um Passivo Financeiro (14,7 milhões de euros – 5%).

O Plano integrava, inicialmente, 22 Programas, 97 Projetos e 452 Ações, da responsabilidade dos diferentes departamentos governamentais.

No entanto foram introduzidas 11 novas Ações com uma dotação de 3,1 milhões de euros e anuladas 23 com uma dotação de 3,7 milhões de euros.

Das 440 Ações ajustadas ficaram por executar 35, com dotações revistas da ordem dos 3,8 milhões de euros.

Ficaram sem execução 2 projetos (15.5 Tecnologias de Informação na Saúde com 196 mil euros e 19.2 Infraestruturas e Equipamentos Portuários com 1,3 milhões de euros).

Quadro XIV – Execução dos Planos de 2006 a 2012

Anos	Dotação Orçamental	Execução	
	Aprovada	Plano	Tx. Exec
2006	325.680.425,00	306.128.051,00	94%
2007	377.679.214,00	361.883.765,00	96%
2008	439.539.572,00	390.659.270,00	89%
2009	533.885.349,00	436.932.990,00	82%
2010	516.924.161,00	437.658.469,00	85%
2011	506.675.107,00	405.074.076,42	80%
2012	494.539.674,00	325.319.502,00	66%

Total	2.700.383.828,00	2.338.336.621,42
--------------	-------------------------	-------------------------

f) Dívida Pública e outras responsabilidades

A Dívida da RAA, no final de 2012, é calculada pelo Tribunal de Contas (TC) integrando todas as componentes da Administração Regional Direta e da Administração Regional Indireta.

A **Dívida e os Compromissos Assumidos**, a 31 de Dezembro de 2012, perfazem **659,5 milhões de euros (642,5 milhões de euros em 2011), mais 12,7% do que em 2011.**

A Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas introduz pelo segundo ano consecutivo o conceito de obrigações contratualizadas, (responsabilidades decorrentes de contratos, acordos e negociações que ainda não constituíram obrigação de pagamento, por não se encontrarem concluídos), cujo valor da soma ascende a 1.436,1 milhões de euros (1.937,5 milhões de euros em 2011).

As obrigações contratualizadas, a vencer depois de 2012, são as seguintes:

- Contratos celebrados com o SPER – € 267.517.453,90 -, componente em execução;
- Scut's – Ilha de São Miguel – € 846.156,480,00 - empreitada em regime de PPP, com pagamentos previstos iniciar em 2012, durante 30 anos – contrato visado pelo Tribunal de Contas, em 9 de março de 2007 – processo n.º 2/2007;
- Hospital da Ilha Terceira – € 322.400.000,00 - empreitada em regime de PPP, com pagamentos a iniciar em 2012 e durante 30 anos – contrato visado pelo Tribunal de Contas, em 30 de novembro de 2009 – processo n.º 113/2009.

Quadro XV – Dívida e Outros Compromissos da Região em 31-12-2012 (€)

	Executado e Exigível			Contratos em Execução
	2012	Anos Futuros	Total	

1 - Dívida Bancária	- 412.280.000,00	412.280.000,00	
2 - Compromissos Assumidos	93.496.072,21	153.749.760,91	247.245.833,12
2.1 - Total Setor Público Empresarial	55.976.050,68	123.330.622,98	179.306.673,66
<i>Administração Direta</i>	<i>55.976.050,68</i>	<i>123.330.622,98</i>	<i>179.306.673,66</i>
2.2 - Forn. E Credores Diversos	37.520.021,53	-	37.520.021,53
<i>Administração Direta</i>	<i>19.220.517,44</i>	<i>-</i>	<i>19.220.517,44</i>
<i>Serviços de Saúde</i>	<i>6.575.794,49</i>	<i>-</i>	<i>6.575.794,49</i>
<i>SFA</i>	<i>11.723.709,60</i>	<i>-</i>	<i>11.723.709,60</i>
2.3 - Contratos ARAAL	-	30.419.137,93	30.419.137,93
Total (1+2)	93.496.072,21	566.029.760,91	659.525.833,12

4 - Obrigações Contratualizadas	-	-	- 1.436.073.933,90
4.1 - Setor Público Empresarial			267.517.453,90
4.2 - SCUT's - Ilha S.			

Miguel		846.156.480,00
4.3 - Hospital da Ilha Terceira		322.400.000,00
5 – Avals	458.224.204,02	

Em sede de contraditório, o Governo Regional referiu o seguinte:

“Tal como já referido em anos anteriores, o Governo Regional considera que a informação contida no quadro IX.1 é passível de interpretações incorretas, dado contemplar realidades tão diferentes, como seja, dívida bancária, avals e encargos assumidos, independentemente de serem exigíveis no ano em análise ou em anos futuros. Assim, dado as diferentes situações serem objeto de análises separadas por parte do SRATC, não são visíveis quaisquer razões para a sua integração num único quadro, uma vez que as mesmas não podem ser somadas.

O quadro inclui, à semelhança do que ocorreu nos últimos dois anos, um conjunto de encargos com a designação de obrigações contratualizadas, especialmente dedicadas às duas parcerias publico-privadas realizadas pelo Governo Regional, constatando-se, como se refere de seguida, que os valores se encontram desatualizados, no caso da SCUT, face aos ajustamentos decorrentes das contagens de tráfego entretanto ocorridas.”

O limite para a concessão de avals, fixado no ORAA para 2012, foi de 60 milhões de euros (45 milhões de euros em 2011). A RAA concedeu oito avals no valor de 56,9 milhões de euros, respeitando-se o limite anual.

A dívida pública regional, de acordo com a metodologia SEC 95, em 2012, é de 723 milhões de euros (690,9 milhões de euros em 2011).

No ano de 2012, a Região diminuiu o seu endividamento líquido em 87,8 milhões de euros (em 2011 essa diminuição foi de 9,1 milhões de euros).

Os encargos decorrentes do serviço da dívida aproximaram-se dos 81,6 milhões de euros em 2012, cumprindo o limite de 25% das Receitas Correntes do ano transato.

g) Património

No final do ano de 2011, o património físico inventariável apresentava um valor atualizado de 730,3 milhões de euros (734,9 milhões de euros em 2011). Esta variação de 4,6 milhões de euros está relacionada com as alienações e cedências de bens imóveis no valor de 8,6 milhões de euros.

A afetação daquele património, constituído pelos bens móveis, imóveis e semoventes, estava distribuída pelos diferentes serviços da Administração Regional.

Quadro XVI – Bens Patrimoniais em 2012

Bens	Valores Apresentados na Conta					
	Em 1/Jan. 2011 (1)	Abates (2)	Aquisições (3)	Ajustamento (4)	Inv. Extr. (5)	Em 31/Dez/.20 11 (5) =(1) +(2) +(3) +(4)
Móveis	55.393.507, 62	- 10.870.62 2,91	8.055.221, 86			52.578.106, 57
Imóveis	674.790.84 2,83		7.123.447, 32	- 8.566.552 ,19		673.347.73 7,96

Semove ntes	4.810.831,2 2	-18.708,49	102.702,3 0	- 472.946,4 6	4.421.878,5 7
Totais	734.995.18 1,67	- 10.889.33 1,40	15.281.37 1,48	- 9.039.498 ,65	730.347.72 3,10

As participações da Região Autónoma dos Açores em 63 entidades, ascendiam a 323 milhões de euros, sendo a HDES-PDL (81 milhões de euros), a PA (40,2 milhões), a EDA (35,1 milhões), a HSE (33,7 milhões), a HH (33,3 milhões), a SATA SGPS (18 milhões), a SATA AIR AÇORES (16,8 milhões), o Teatro Micaelense (12,2 milhões), Ilhas de Valor (9 milhões), a SOGEO (8,9 milhões), e a SPRHI (8,2 milhões), as mais significativas.

De salientar o aumento do capital social da LOTAÇOR, em 0,5 milhões de euros e ainda da AZORINA em 50 mil euros.

g) Fluxos Financeiros entre ORAA e o SPER

Os fluxos financeiros para as entidades societárias e não societárias, participadas pela RAA, ascenderam a 314,4 milhões de euros (313 milhões de euros em 2011), mais 0,5% do que em 2011, transferidos por conta da ORAA (314,2 milhões) e dos SFA (195 mil de euros).

As transferências do ORAA para o SPER correspondem a 30,5% da Despesa Total sem Operações Extraorçamentais (31% em 2011).

A Secretaria Regional da Saúde foi a entidade responsável pelo maior fluxo de transferências financeiras para o SPER, 82,5% (259,2 milhões de euros), enquanto em 2011 esse esforço era de 75,2% (234,7 milhões de euros) do total.

Dos fluxos com origem no ORAA cerca de 73,7 milhões de euros foram executados pelo Plano de Investimentos e 240,5 milhões de euros pelas Despesas de Funcionamento.

h) Fluxos Financeiros do SPER para o ORAA

As Transferências do SPER para o ORAA foram de 3,7 milhões de euros e resultaram de Rendimentos de Propriedade no valor de 1,4 milhões de euros (dividendos da EDA), Transferência de Capital no valor de 1,7 milhões de euros (Contrato de Concessão de Exploração de Recursos Geotérmicos e Multas, Outras Penalidades e Juros de Mora no valor de 0,5 milhões de euros e Venda de Bens de Investimento no valor de 5,1 mil euros.

i) Fluxos Financeiros com a União Europeia

Os Fundos Comunitários transferidos para a Região Autónoma dos Açores, em 2012, totalizaram 371 milhões de euros (311,5 milhões de euros em 2011) e os pagamentos de participações comunitárias ascenderam a 356,5 milhões de euros (332,9 milhões de euros em 2011).

Os fluxos comunitários refletidos na CRAA resultam da execução de projetos de investimento, por parte da administração direta e indireta da Região, pela administração e por entidades privadas.

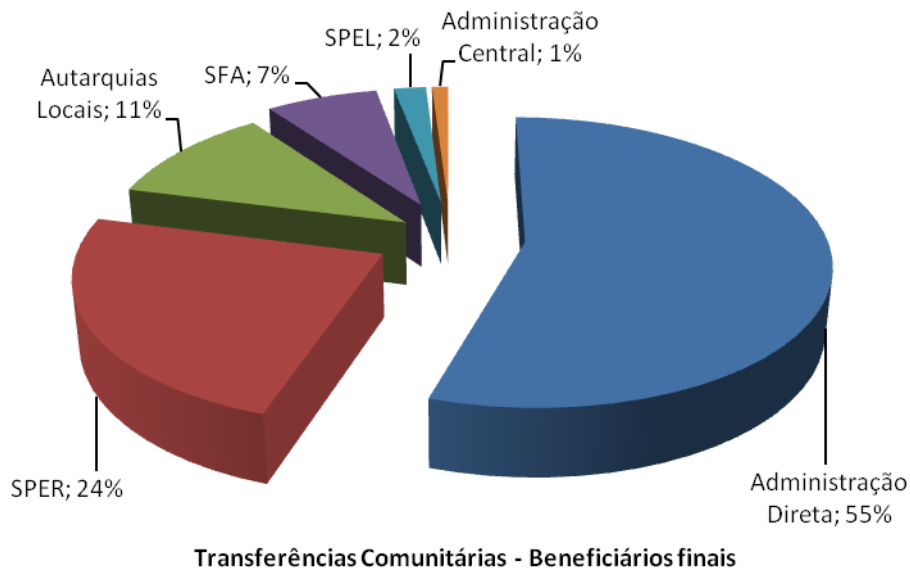
Foram transferidas as verbas abaixo discriminadas tendo a seguinte origem:

✓ FEDER	173,0 milhões de euros;
✓ FSE	45,4 milhões de euros;
✓ FEADER	45,2 milhões de euros;
✓ FEAGA	81,4 milhões de euros;
✓ FEP	7,5 milhões de euros;
✓ FCOES	18,0 milhões de euros;
✓ Outros	480,5 mil euros.

Os Fundos da UE foram oriundos, por Programa, na sua maioria, do PROCONVERGÊNCIA (172,7 milhões de euros), POSEI (80,8 milhões de euros), PRORURAL (45,2 milhões de euros) e PROEMPREGO (44,8 milhões de euros), representando 47%, 22%, 12% e 12%, respetivamente. Os

beneficiários finais das transferências das participações, a entidades públicas e participadas com 51% e a entidades privadas com 49%.

Gráfico 4 – Transferências para os beneficiários finais



j) Segurança Social

Na Região, o sistema de Segurança Social é descentralizado, mas não regionalizado na sua vertente financeira, pelo que os descontos efetuados na Região não são receita desta, mas sim do Estado.

3. Conclusões e Recomendações

Tendo em vista a correção de alguns procedimentos considerados pelo Tribunal de Contas como menos corretos, o referido organismo emite as seguintes conclusões, que se passa a citar:

1. A Proposta de Orçamento não apresenta os critérios de atribuição de subsídios, a justificação económica e social da sua concessão e as transferências para as autarquias locais e empresas públicas, de harmonia com o artigo 13.º da LEORAA. (*cf. I.2*);

2. O valor global do Orçamento Inicial (€ 1 450,4 milhões), considerando as Operações extraorçamentais (€ 229,2 milhões), aumentou 7,1%, comparativamente a 2011.

As dotações da receita e despesa de capital cresceram significativamente, devido ao aumento dos passivos financeiros;

O ORAA aprovado não respeitou a regra do equilíbrio orçamental, enunciada no n.º 2 do artigo 4º da LEORAA (*cf. I.4 e I.4.2*);

3. A Receita, € 1.029,5 milhões (mais € 22,8 milhões - 2,3%, do que em 2011), integra a componente fiscal (41,5%), Transferências (43,2%), Passivos Financeiros (13,8%) e Outras (1,5%).

A descida generalizada nas diferentes componentes da receita foi compensada pelos Passivos Financeiros, 6 vezes superiores (€ 119 milhões) aos de 2011.

Na gerência de 2012, foram contabilizados € 58,8 milhões, recebidos em janeiro de 2013, com base no n.º 6 do artigo 8.º do decreto de execução orçamental.

Foi possível confirmar, através de entidades externas, 98,5% da Receita (€ 1 014,1 milhões) (em 2011 foram 99,9%). Por esclarecer ficaram, ainda, cerca de € 3 milhões (*cfr.II.1 e II.2*);

4. A receita de Transferências, € 444,7 milhões (menos € 17,6 milhões - 3,8% do que em 2011), é proveniente do OE, € 326,2 milhões (menos € 25,6 milhões - 7,3%), e da União Europeia, € 116,8 milhões (mais € 6,3 milhões - 5,7%).

Integram, ainda, a rubrica de Transferências, € 1,7 milhões provenientes da SOGEO, como contrapartida pela concessão da exploração económica dos recursos geotérmicos. Contudo, na realidade, este valor, deveria ser considerado como receita própria, integrado em taxas ou rendimentos de propriedade. (*cfr.II.2.2*);

5. A Receita Própria, € 444,3 milhões, apresenta um decréscimo, na ordem dos € 78 milhões (menos 14,7% do que em 2011), tendo contribuído com 43,2% para a Receita Total (51,7% em 2011). Aquela percentagem é a mais baixa

verificada nos últimos anos, tornando, assim, a Região mais dependente de outras receitas.

A Receita Própria suporta 63,2% (86,6% em 2011) dos encargos de funcionamento da Administração Regional (€ 703,5 milhões) (*cf. II.3 e 4*);

6. A Despesa, € 1.028,8 milhões (mais € 22,4 milhões - 2,2% do que em 2011), reparte-se por Funcionamento, € 703,5 milhões (68,4%), e Plano de Investimentos [Capítulo 50], € 325,3 milhões (31,6%).

Com exceção dos juros e outros encargos, que aumentaram € 3,3 milhões, a generalidade das componentes da despesa, quer de funcionamento, quer do Plano, diminuíram face a 2011, em especial a de Pessoal (menos € 49 milhões) e a de Aquisição de bens e serviços (menos € 39,4 milhões).

Os meios libertos foram canalizados para a amortização de dívida (mais € 127 milhões) (*cf. III.2*);

7. A Despesa Corrente Primária, € 560,2 milhões (menos € 27,3 milhões - 4,6% do que em 2011), corresponde a 54,5% da Despesa Total (58,4% em 2011) (*cf. III.2*);

8. Os gastos com Pessoal, € 263,6 milhões (menos € 49 milhões - 15,7% do que em 2011), não integram os do Serviço Regional de Saúde (cerca de € 41,2 milhões, segundo as respetivas Contas de Gerência), que são pagos com verbas decorrentes de Transferências.

A Remuneração Compensatória atribuída, € 1,9 milhões, ao contrário do que acontecia em 2011, não se encontra prevista nos diplomas que aprovam e executam o ORAA, não tendo, por isso, enquadramento legal (*cf. III.2.1*);

9. Cerca de metade da despesa, € 504,7 milhões (menos € 17 milhões - 3,3% do que em 2011), foi executada por transferência para Outras Entidades.

O funcionamento dos serviços públicos absorveu € 272,8 milhões.

No Plano, 71,5% (€ 232,4 milhões) dos recursos foram transferidos para outras entidades públicas ou privadas (*cf. III.2*).

10. Os Investimentos do Plano [Capítulo 40/50], integrados nas projeções das OMP 2009-2012 apontam para um grau de execução global de 76% (estimados € 2 103,7 milhões e concretizados € 1 605 milhões) (cf. VII.6);

11. Em 2012, a execução financeira do Plano [Capítulo 50] atingiu os € 325,3 milhões (menos € 79,8 milhões do que em 2011), sendo a taxa de execução de 66% (80% em 2011), a mais baixa dos últimos anos.

Continua a desconhecer-se a execução da componente *Outros Fundos*, prevista e aprovada como Investimento Público (programados € 258 milhões) (cf. VII.4 e VII.6);

12. Mais de dois terços (71,5% - € 232,4 milhões) do Plano foram transferidos para outras entidades. Os restantes 28,5% (€ 92,9 milhões), foram executados diretamente pelos departamentos governamentais.

Todos os departamentos efetuaram transferências para entidades públicas e privadas (cf. VII.4 e VII.6);

13. As fontes de financiamento do Plano tiveram como suporte fundos nacionais (OE – 60% - € 193,9 milhões), fundos comunitários (OUE – 36% - € 116,8 milhões) e o recurso ao endividamento (5% - € 14,7 milhões), estrutura idêntica à de 2011.

A parcela das transferências correntes (OE), utilizada no financiamento do Plano, registou um decréscimo de cerca de 90% face a 2011 (cf. VII.4 e VII.6);

14. A contabilização da Despesa Pública nem sempre evidencia uma correta separação entre as despesas que integram os orçamentos próprios de cada departamento governamental (despesas correntes e de capital de funcionamento) e as que integram o capítulo especial de “Despesas do Plano” [Capítulo 50] (despesas de investimento).

Existem Projetos e Ações com designações e conteúdos materiais que não evidenciam constituir atividades de investimento e de desenvolvimento no quadro dos objetivos e finalidades do SIRPA, empolando o valor global e absorvendo recursos financeiros que deveriam estar exclusivamente afetos ao investimento.

Em determinadas rubricas de classificação económica, designadamente *Pessoal e Aquisição de Bens e Serviços Correntes*, quando abordadas numa perspetiva de investimento (corpóreo e incorpóreo) e de desenvolvimento, não permitem conhecer a sua efetiva integração (*cf. VII.3 e VII.4*);

15. O PRA e o respetivo Relatório Anual de Execução e Avaliação Material e Financeira, bem como o ORAA e a CRAA, cumprindo, na generalidade, os normativos legais aplicáveis, continuam omissos relativamente às seguintes informações (*cf. VII.5*):

- O PRA não apresenta as entidades envolvidas na concretização do Investimento Público, identificadas por *Outros Fundos*; as Intervenções e Programas Comunitários que o materializam; e a respetiva desagregação espacial especificada por *Plano e Outros Fundos*;
- O ORAA não indica o objeto/finalidade prevista para os empréstimos contraídos anualmente;
- O Relatório Anual de Execução não apresenta a totalidade do Investimento Público; a componente comunitária da despesa realizada, por Intervenção e Programa Comunitário; as fontes de financiamento comunitário do investimento realizado, por programa, projeto e ação, com identificação do Fundo Comunitário envolvido e, bem assim, a especificação dos Projetos com participação comunitária e com recurso ao financiamento bancário; a dotação orçamental dos Investimentos, por desagregação espacial; o grau de execução material das ações; as verbas efetivamente aplicadas pelas entidades a quem foram concedidas a título de *Transferências e Subsídios*; e os encargos plurianuais assumidos em anos anteriores e pagos no ano; assim como, os assumidos e pagos no ano;
- A CRAA não identifica as entidades públicas e os fundos e organismos autónomos a quem são entregues as verbas do Plano [Capítulo 50], bem como as efetivamente aplicadas; os compromissos financeiros assumidos

e não concretizados, por programa, projeto e ação; os encargos assumidos e não pagos, em dívida, por programa, projeto e ação; e ainda, os encargos plurianuais assumidos em anos anteriores e pagos no ano;

16. Os apoios financeiros, pagos pela Administração Regional, € 197,5 milhões (menos € 43,9 milhões - 18% do que em 2011), foram da responsabilidade dos Departamentos Governamentais (78% - € 154,9 milhões) e dos SFA (22% - € 42,6 milhões) (*cf. VIII.2*);

17. A CRAA não evidencia, de forma agregada e harmonizada, informação que possibilite conhecer a distribuição dos apoios por beneficiário, setor económico, enquadramento legal e finalidade.

A forma de apresentação da informação impede a criação de uma base de dados com os apoios pagos, dificultando, por exemplo, o conhecimento de eventuais duplicações de apoios a uma mesma entidade.

Também não quantifica os apoios atribuídos e não pagos, nem reflete sobre os resultados e benefícios públicos da política de apoios (*cf. VIII.1*);

18. Os apoios sem enquadramento legal, € 13,1 milhões (6,6%), registaram um decréscimo no valor (menos € 2,7 milhões), mantendo, contudo, praticamente o mesmo peso relativo verificado em 2011 (6,5%).

Persistem situações em que o enquadramento legal se fundamenta, erradamente, no EPARAA, no ORAA, no Plano de Investimentos, nas Orgânicas dos Serviços, nos Programas do Governo e, inclusivamente, nas Portarias definidoras do pagamento, apesar das sucessivas recomendações formuladas pelo Tribunal, para que a atribuição de apoios seja fundamentada em legislação própria (*cf. VIII.4*);

19. A DRAIC, como entidade responsável pelo acompanhamento de projetos apoiados pelo SIDEPE (Subsistema de Prémios), informou o Tribunal de que tinha desencadeado diversas diligências para a restituição do apoio (€ 1.228.130,97 mais juros), na sequência da rescisão do contrato de concessão de incentivo: “o prazo para a restituição voluntária do incentivo terminou no dia 20

de junho [de 2013], estando a ser ultimado o seu envio para a DROT para efeito de execução fiscal” (cf. VIII.6).

20. A dívida apurada pelo SREA, segundo a metodologia do SEC 95, totaliza € 722,998 milhões (mais € 32,1 milhões do que em 2011).

Aquele valor considera a dívida directa da RAA (€ 412,28 milhões) e de 6 empresas pertencentes ao SPER (€ 310,72 milhões): *Saudaçor, S.A.; Ilhas de Valor, S.A.; Atlanticoline, S.A.; IROA, S.A.; Teatro Micaelense, S.A.; e APIA, S.A.*.

Em 2012, a dívida bancária da Região (€ 412,28 milhões), aumentou € 14,7 milhões (cf. IX.3 e IX.8);

21. O endividamento líquido diminuiu € 87,8 milhões, cumprindo-se o disposto no artigo 107.º do OE para 2012.

O limite estabelecido no n.º 3 do artigo 30.º da LFRA foi respeitado, uma vez que o serviço da dívida (€ 81,6 milhões) não excedeu os 25% das receitas correntes do ano anterior, deduzidas das Transferências e participações do Estado para a RAA (€ 129,6 milhões) (cf. IX.3 e IX.4);

22. Os compromissos assumidos, € 247,2 milhões (mais € 2,3 milhões do que em 2011), integram créditos do SPER (€ 179,3 milhões - 72,5%), de contratos ARAAL (€ 30,4 milhões - 12,3%), e de fornecedores e credores diversos (€ 37,5 milhões - 15,2%).

A CRAA só expressa os compromissos para com fornecedores e credores diversos, sendo omissa quanto aos restantes (cf. IX.5);

23. As obrigações contratualizadas, a vencer depois de 2012, totalizam € 1 436,1 milhões, com pagamentos escalonados até 2039.

A parte mais significativa está associada às *SCUT de São Miguel*, responsável por 58,9% daquele valor, seguindo-se o *Hospital da Ilha Terceira*, 22,5%, e os créditos do *Setor Público Empresarial Regional*, 18,6%.

Os custos anuais das PPP apresentam um crescimento nominal progressivo, atingindo o seu auge no ano de 2036, com uma previsão de, aproximadamente, € 67 milhões, para aquele ano (cf. IX.6);

24. A responsabilidade por avales somava € 458,2 milhões (mais € 38,5 milhões do que em 2011). Em 2012, foram concedidos oito avales, num total de € 56,95 milhões, respeitando-se o limite de € 60 milhões estabelecido no ORAA, para aquele ano.

Continua a não existir uma regra que defina o limite máximo acumulado de avales a conceder, apesar das recomendações formuladas pelo Tribunal nesse sentido (cf. IX.7);

25. O SPER recebeu da Administração Regional € 314,4 milhões, com origem no ORAA (€ 314,2 milhões) e nos orçamentos privativos dos SFA (€ 195 mil).

O Plano de Investimentos foi responsável por € 73,7 milhões e o orçamento de *Funcionamento* por € 240,5 milhões. A execução de vários Projetos, no âmbito do Plano de Investimentos, foi entregue, quase na totalidade, a título de Transferências e Subsídios, a entidades do SPER (cf. VI.2);

26. O ORAA recebeu € 3,7 milhões do SPER, provenientes de dividendos da EDA, relativos a 2011, da venda de habitações da SPRHI, de compensações e juros de mora referentes ao Contrato de Concessão de Exploração de Recursos Geotérmicos, celebrado entre a RAA e a SOGEO,S.A (cf. VI.4);

27. Na CRAA, são contabilizados os fluxos financeiros da União Europeia para cofinanciamento de projetos por parte da Administração Regional assim como os movimentos de alguns fundos destinados a outras entidades. [€ 231,5 milhões].

Apesar da melhoria na informação complementar sobre aqueles fluxos, continua a não ser possível obter, de forma sistemática e consolidada, o volume global transferido para a RAA, destinado ao financiamento dos vários setores económicos [€ 371 milhões, apurados pelo Tribunal] (pontos X.1; X.2.1 e X.3);

28. O registo de algumas transferências não está em conformidade com as disposições do Classificador Económico.

O registo no volume II da CRAA, dos fundos comunitários movimentados por Operações extraorçamentais, evidencia ausência de critérios uniformes (*cf. X.2.1, X.2.2 e X.2.3*);

29. A Região não dispõe, ainda, de uma completa avaliação e inventariação do Património, que permita elaborar o Balanço Patrimonial.

No final de 2012, o património inventariável da Região atingiu o valor de € 730,3 milhões, tendo-se desvalorizado em € 4,6 milhões (*cf. V.1 e V.2*);

30. As participações financeiras da Região, no final de 2012, ascendiam a € 323 milhões, repartidos por 50 entidades, sendo 20 detidas a 100%. O setor dos Transportes predomina, com 9 empresas a 100% do capital social. Em 2012, a Região investiu na carteira de participações € 428 mil.

O número de colaboradores do SPER – 6.271 -, aumentou em 77 indivíduos (em 2011 o aumento foi de 182) (*cf. V.3 e V.3.2*);

31. A generalidade das empresas que compõem o SPER, continuou a caracterizar-se pelos Resultados Líquidos negativos apresentados, com destaque para aquelas que exercem uma atividade industrial.

Salientam-se, pelo volume de resultados negativos e agravamento, relativamente a 2011, as empresas Espada Pescas, Lotaçor, PA, St.^a Catarina, Companhia, Sinaga e Ilhas de Valor (*cf. V.3.2*);

32. O setor da Saúde – constituído pelos hospitais HH, HSEAH e HDESPD – mantêm um desempenho deficitário, apresentando Resultados Líquidos consolidados negativos sucessivos: em 2007 - € 83 milhões; em 2008 - € 51 milhões; em 2009 - € 63 milhões; em 2010 - € 52 milhões; em 2011 - € 87 milhões; e em 2012 - € 61 milhões.

Após o saneamento financeiro levado a cabo pela Região em 2007, os três hospitais continuam em situação de falência técnica, apresentando, em 2012, Capitais Próprios negativos consolidados, na ordem dos € 256 milhões (em 2011 era de € 194 milhões).

A Saudaçor e os três hospitais apresentaram um endividamento da ordem dos € 614 milhões (€ 591 milhões em 2011), o equivalente a 45% do SPER (*cf. V.3.2 e V.4*);

33. O endividamento do SPER ascendia a € 1 366 milhões, no final de 2012, e foi, essencialmente, absorvido pelo setor da Saúde (€ 614 milhões), da Energia (€ 342 milhões), da Habitação e Obras Públicas (€ 167 milhões) e dos Transportes (€ 125 milhões).

A empresa ILHAS DE VALOR, em 2012, empolou os Resultados Líquidos em, pelo menos, € 10 milhões, ao contabilizar como proveito próprio uma verba destinada a terceiros (*cf.* V.3.2 e V.4);

34. As empresas que estão fora do perímetro de consolidação, para efeitos do *Procedimento dos Défices Excessivos / Dívida da RAA*, tiveram um aumento do endividamento mais acentuado - a partir do ano de 2008 –, passando de € 366 milhões, em 2005, para € 1 055 milhões, em 2012 (*cf.* V.3.2 e V.4);

35. A aplicação da receita de € 21 580 734,00, proveniente da privatização de parte do capital social da EDA, realizada no ano de 2005, deverá respeitar o determinado na Constituição da República Portuguesa e na Lei-Quadro das Privatizações, devendo o Governo Regional providenciar no sentido da aplicação daquela receita na amortização da dívida pública regional e/ou em novas aplicações de capital no setor produtivo regional (destinos previstos na Lei). (*cf.* V.5);

36. As Contas de Gerência dos SFA, entregues no Tribunal de Contas, confirmam a execução orçamental daqueles organismos evidenciada na CRAA, com exceção dos integrados no Serviço Regional de Saúde.

No setor da Saúde, o *Mapa Resumo das Receitas e Despesas, executadas pelos Organismos Autónomos Referenciados*, evidencia as receitas e despesas globais, por classificação económica, sem desagregar por organismo. Comparando os valores do referido mapa com os evidenciados nas Contas de Gerência dos organismos do Serviço Regional de Saúde, resultam divergências em, praticamente, todos os agregados de receita e despesa.

A CRAA não disponibiliza os mapas relativos ao Serviço Regional de Saúde individualizados por organismo, impedindo que se conheçam as entidades que estão na origem das divergências (*cf.* IV.2.1.2).

37. Verificou-se o cumprimento do equilíbrio orçamental, definido no n.º 2 do artigo 4.º da LEORAA, conjugado com o artigo 9.º da LEO. De facto, as receitas efetivas (€ 887,5 milhões) superam as despesas efetivas (€ 886,2 milhões), em cerca de € 1,3 milhões (*cf. ponto 4*);

38. A CRAA, apesar de melhorias, não disponibiliza, ainda, os elementos necessários que confirmem a Conta Consolidada. As divergências encontradas residem nos agrupamentos *Transferências*.

A falta de explicitação das parcelas, que conduziram ao cálculo apresentado na CRAA, não permite determinar as razões daquelas divergências (*ponto 5*).

Finalmente, cumpre a esta Comissão elencar as recomendações feitas pelo Tribunal de Contas e acolhidas, quer na íntegra quer parcelarmente, pela Administração Regional:

1. O ORAA deverá apresentar os Investimentos do Plano numa perspetiva plurianual (*cf. VII.3*) – 2008-2011 - *Acatada*;

2. O ORAA deverá indicar a finalidade prevista para os empréstimos contraídos anualmente, do mesmo modo que a CRAA deverá mencionar a respetiva aplicação (*cf. VII.5*) – *Nova*;

3. Cumprir o prazo estabelecido no n.º 2 do artigo 15.º do SIRPA, para a apresentação do Relatório de Execução e Avaliação Material e Financeira do PRA à Assembleia Legislativa (*cf. VII.1*) – *Renovada*;

4. Aprovação de legislação que regule a totalidade da atribuição de subsídios, tornando os sistemas mais transparentes, de forma a potenciar uma melhor aplicação dos dinheiros públicos (*cf. VIII.4*) - 1991-2013 – *Melhorias*;

5. Remeter ao Tribunal a informação, logo que atualizada, sobre os procedimentos desencadeados no âmbito da restituição do incentivo SIDEPA, concedido à *Azores Internacional Tourism Club, SA*, no valor de € 1 228 130,97 (*cf. VIII.6*) – 2013 – *Nova*;

6. O Relatório da CRAA deverá expressar, de forma objetiva e quantificada, o volume financeiro que, tendo origem no orçamento comunitário, se destina a

apoiar a atividade económica regional, nas suas várias frentes (cf.X.1; X.2.1 e X.3) - 2004-2012 – Melhorias;

7. A Inventariação e avaliação da situação patrimonial, permitindo a apresentação do Balanço do Património da Região (cf. V.1)- 2007-2013 – *Acatada Parcialmente*;

8. A Conta Consolidada deve ser suficientemente explícita, permitindo a sua efetiva verificação e conferência. As Transferências deverão ser explicitadas, tanto na origem como na aplicação (cf. IV.2) - 2009/2013 – Melhorias;

9. Na contabilização das Despesas Públicas, a CRAA deverá respeitar a Classificação Económica das Receitas e das Despesas – Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro, (cf. VII.4; VII.5 e X.2.2) – 2005-2013- *Melhorias*.

CAPITULO III – CONCLUSÃO E PARECER

A Comissão de Economia após a análise da Conta da Região Autónoma dos Açores do ano de 2012, dos pareceres das restantes Comissões permanentes da ALRAA e do parecer da Secção Regional do Tribunal de Contas, **entendeu por maioria, com os votos a favor do PS, abstenção do PSD e abstenção com reserva de posição para Plenário do CDS-PP, que a Conta da Região de 2012, está em condições de ser aprovada pela ALRAA.**

Ao presente relatório são anexos os relatórios e pareceres das restantes Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores relativos à Conta de 2012.

Ponta Delgada, 28 de Fevereiro de 2014.

O Relator: José Ávila.

O presente relatório foi aprovado, por unanimidade.

O Presidente: *Francisco César*.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado José Ávila.

Antes de abrir as inscrições, queria dizer ao Sr. Deputado José Ávila que a Sra. Presidente vem logo, agora é um senhor de bigode que está aqui.

(Risos da Câmara)

Estão abertas as inscrições.

Sr. Vice-Presidente do Governo Regional, tem a palavra.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Hoje, estamos aqui a analisar a Conta da Região 2012. A minha primeira palavra é no sentido de assinalar a evolução extremamente positiva que todos fizemos no *timing* de abordagem destas matérias. Eu ainda sou do tempo de, tendo entrado para estas funções, ter debatido a conta de quatro anos antes. Nós fizemos, nos últimos anos, uma grande evolução no sentido de aproximar a análise da Conta da Região em relação ao seu período de execução. Para isso também contribuiu decisivamente uma redução em seis meses da entrega e de fecho da Conta da Região, aliás, uma proposta aprovada por unanimidade e uma proposta do PSD.

Neste contexto, também é importante salientar este facto e o esforço que todos temos feito para aproximar esta análise ao tempo real da sua execução.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

O Orador: Segunda questão. Lembrar que 2012 foi o primeiro ano, um ano de extrema complexidade. Foi o primeiro ano de pleno enquadramento orçamental e do país com a Troika e o grande desafio que estava colocado ao país de cumprimento de um compromisso internacional assumido e nesse sentido de redução do desequilíbrio orçamental e financeiro que o país tinha.

Mas também foi um ano onde se esclareceram todas as dúvidas, todas as incertezas, todas as diferentes abordagens em termos de números e de valores. Foi também o ano, depois de todas as avaliações, de todas as auditorias, de todas as verificações, que os Açores ganharam, efetivamente, credibilidade no contexto nacional e internacional.

Essa realidade foi comprovada por todas as entidades, desde o Governo da República, ao FMI, ao Banco Central Europeu, à Comissão Europeia, ao

Instituto Nacional de Estatística, ao Banco de Portugal, ao Tribunal de Contas, e é, sem dúvida, neste momento, o principal património que a região tem em termos de defesa da sua autonomia, o facto de podermos assumir todos que não contribuímos para o problema do país e que os Açores nunca foram parte do problema nem contribuíram para a situação que o país viveu e que vive.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: O ano de 2012 confirma, pois, e valida integralmente, ao cêntimo, os valores apresentados pelo Governo dos Açores em termos de contas públicas.

Os Açores, em 2012, cumpriram integralmente os compromissos orçamentais com que se tinham comprometido. Até apresentaram, e de acordo com aquilo que foi registado por todas as entidades, melhores resultados do que aqueles a que se tinham comprometido. Os Açores, em 2012, não contribuíram para qualquer derrapagem ou desvio das contas públicas do país.

Mas o dado mais importante da Conta da Região de 2012 é que 2012 foi o ano que marcou decisivamente o contexto orçamental da região. A partir de 2012 e em 2012, os Açores deixaram de ter qualquer impacto percentual nas contas do país. Os Açores já não têm, a partir de 2012, qualquer défice que tenha impacto percentual na consolidação das contas nacionais. Os Açores já não são, desde 2012, um peso para o país; os Açores são, pois, um contributo positivo para o esforço de consolidação das contas nacionais, como foram assinalados devidamente por todas as entidades nacionais e internacionais.

Esta realidade, aliás, tem sido sistematicamente comprovada por todas essas entidades e é, como referi, um aspeto essencial para a defesa da nossa região.

Apesar deste contexto desfavorável que se vivia nessa altura, os Açores conseguiram apresentar e fechar o ano com contas públicas, de acordo com o sistema contabilístico europeu usado por todos os países e por todas as regiões, em 2012, refiro, e permitam-me salientar este aspeto essencial, reduzir o seu défice orçamental em 81% face a 2009, em 70% face a 2010 e, mais importante, neste ano de 2012, conseguimos ainda reduzir o nosso défice para metade do verificado no ano anterior.

As contas dos Açores, já validadas e verificadas por todas as entidades, referem que, no ano de 2012, as necessidades líquidas de financiamento da região foram de apenas 15 milhões de euros quando no país foram de 10.641 milhões de euros e na Madeira de 175 milhões de euros. Ou seja, quando comparando com o nosso nível de produção de riqueza, podemos dizer que a execução orçamental dos Açores face ao seu PIB foi 16 vezes melhor do que aquela verificada no país, onde se registou um défice de 6,4%.

Mas mais relevante ainda é que o défice da região representa apenas 0,0001 do PIB nacional, ou seja, a partir de 2012, deixou de ter qualquer impacto nas contas nacionais.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: A dívida direta e indireta, de acordo com os princípios contabilísticos europeus e adotados por todos os países e por todas as regiões, e é, aliás, o critério único usado por todos os partidos na avaliação desta matéria a nível nacional, foi, no final de 2012, também confirmado por todas estas entidades, de 723 milhões de euros, ou seja, o que é um dado extremamente relevante tendo em conta que a dívida pública dos Açores representa apenas 19% do nosso Produto Interno Bruto quando no país, no final de 2012, era 124% do PIB e na Madeira atingia já os 78%. Por isso, a dívida pública regional é, de acordo com os dados de todos as entidades nacionais e internacionais, por açoriano, cinco vezes inferior ao verificado na Madeira, por madeirense, e sete vezes inferior àquele que se regista em Portugal, por cada português residente no continente.

Estes resultados são, inclusive, melhores do que os que estavam previstos no Orçamento da Região para 2012. São melhores do que aqueles que foram autorizados pelo Ministério das Finanças e são melhores do que aqueles que a região se tinha comprometido com a Troika.

E também lembrar que 2012 foi o primeiro ano de execução (uma parte do ano) do memorando de entendimento que assinámos com a República. Muito se falou nessa altura sobre as suas consequências; passados dois anos, estamos aqui para provar que aquilo que foi dito por alguns não corresponde à realidade

e que naquilo que nós assumimos e afirmámos tínhamos razão e temos razão e continuaremos a ter razão.

Mas também gostaria de salientar que o ano de 2012 foi o ano onde foi cumprido integralmente o princípio do equilíbrio orçamental, onde o endividamento líquido total da região reduziu em 87,8 milhões de euros e onde as obrigações contratualizadas registaram uma redução de 501 milhões de euros face àquilo que estava inscrito no ano anterior, apesar de ter sido um ano também com dificuldades acrescidas para a região.

É bom lembrar que as transferências do Orçamento de Estado foram reduzidas em 25 milhões de euros; é bom lembrar que houve, entre o que estava previsto receber de receitas fiscais e aquilo que foi, efetivamente, transferido em 2012, menos 63 milhões de euros, dos quais 47 do IVA e 15 do imposto sobre o lucro das empresas.

Curiosamente, esta diferença correspondeu e teve como impacto que a taxa de execução da receita da região tenha sido mais baixa do que o previsto, de que as receitas próprias da região tenham descido o seu peso no total do orçamento e que o investimento efetivamente executado tenha sido mais baixo do que o previsto e mais baixo do que a taxa de execução média. Essas três realidades derivam, exclusivamente, deste facto de ter havido uma transferência de receitas em sede de IVA e de IRC em 63 milhões mais baixas do que aconteceu. Mas o que também revela, com os dados de 2013, é que, efetivamente, o valor que nós tínhamos inscrito no Orçamento de 2012 corresponderia, afinal, ao valor efetivamente gerado em 2012. Houve uma décalage de transferência dessas receitas geradas pela região para a região, em 2012, que só foram transferidas em 2013.

E quero aqui fazer um parêntesis para dizer que, evidentemente, não atribuo ao facto das receitas só terem sido transferidas para a região em 2013 a qualquer facto de nesse ano ter havido eleições regionais. Não foi por essa razão, não quero, de maneira nenhuma, atribuir essa razão, resulta, efetivamente, da forma como são calculadas e transferidas pela República para a região, mas, efetivamente, essa matéria refletiu-se negativamente na execução do Orçamento

de 2012, mas refletiu-se, em contrapartida, positivamente na execução de 2013, aliás, como tivemos já a oportunidade de debater aquando da discussão da alteração ao Orçamento Retificativo de 2013, onde aumentámos a receita em relação ao que estava previsto, precisamente para incluir essas transferências que foram geradas, parte, em 2012, mas que só foram transferidas em 2013.

Gostaria também de vos dizer que em relação a esta realidade aquilo que é o conteúdo da avaliação publicada recentemente pela Comissão Europeia no âmbito da Troika à realidade regional. E passo a ler, citando o relatório da Troika no âmbito das 8ª e 9ª avaliações a Portugal: “Na avaliação da Comissão Europeia sobre as contas da Região Autónoma dos Açores destaca-se que a previsão do défice regional em 2013 é também melhor do que o esperado e deve situar-se em 0,7% do PIB. Devido ao bom controlo da despesa e fortes receitas [estou a citar a Comissão Europeia], haverá, em 2013, um pequeno défice orçamental de 27 milhões, que é o esperado no final de 2013, apesar das menores transferências do Estado. As empresas públicas dos Açores passaram por um processo de consolidação e estão, de forma geral, em equilíbrio em 2013”, indica a Comissão Europeia.

Era esta a previsão para 2013 que a Troika fez, através deste relatório, no âmbito das 8ª e 9ª avaliações. Mas gostaria de anunciar aqui, em primeira mão, a este Parlamento, que, em relação a 2013, apesar desta excelente avaliação que a Comissão Europeia fez, nós estamos agora em condições de anunciar que fechamos o ano de 2013 ainda com melhores resultados do que aqueles que estavam aqui previstos e que tinham sido elogiados pela Comissão Europeia.

De um défice de 0,7, vamos conseguir fechar o ano, em todo o perímetro consolidado da Administração Pública, com um défice de apenas 0,2% do PIB, o que é um resultado verdadeiramente extraordinário.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

(Aplausos dos membros do Governo e dos deputados do PS)

O Orador: Aliás, quando vinha para aqui, assisti a um debate que está agora a ocorrer na Assembleia da República, onde o PSD e o PP salientavam...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): CDS!

O Orador: ... o grande resultado do país, porque tinha conseguido fechar o ano de 2013 com um défice de 5,2%. Ora bem, os resultados que a região apresentará e que contribuirão para esse resultado são 26 vezes melhores em relação ao nível do PIB do que aqueles que são elogiados na república.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Cinquenta vezes melhor que o Sócrates!

O Orador: Portanto, nós não esperamos elogios, mas esperamos, efetivamente, mais este contributo dos Açores para o esforço de consolidação das contas públicas,...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... tão elogiado pelos partidos da maioria na Assembleia da República.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: E este valor ainda é mais relevante quando é quatro vezes menos do que aquilo que tínhamos orçamentado; quando é metade daquilo que aconteceu o ano passado e é dez vezes inferior àquele que se registou em 2009.

Gostaria também de deixar ficar aqui um segundo anúncio, que tem a ver com o facto de, face também a esta evolução positiva das contas da região em 2013, de acordo com a avaliação feita pela Troika, os Açores foram dispensados das 10^a e 11^a avaliações que a Troika fez ao nosso país, considerando também que os Açores não tinham qualquer problema que carecesse uma atenção pelos credores internacionais do nosso país.

Sei que também o PSD e o PP valorizam as avaliações que a Troika faz à evolução das contas do nosso país. Tenho a certeza que também terão o mesmo critério de valorização em relação a esta realidade da nossa região, porque nesta matéria podemos debater tudo, mas acho que há uma coisa que é essencial e que se consolida a cada passo, é que este é um património dos Açores, é um

património dos açorianos e que deve ser sempre usado para defender os Açores e para defender os açorianos.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

(Aplausos dos membros do Governo e dos deputados do PS)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Tem a palavra o Sr. Deputado do PSD, António Marinho.

Deputado André Bradford (PS): Vai congratular-se!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Vai, vai! Com as dívidas!

(*) Deputado António Marinho (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Até agora ouvimos falar daquilo que...

Seguramente que entre as coisas que o Sr. Vice-Presidente acabou de referir há coisas que são positivas, naturalmente, não as negamos, não temos por hábito negá-las, mas parece que vivemos no melhor dos mundos, parece que estamos numa região que, do ponto de vista financeiro, tem um comportamento irrepreensível. E, aliás, referiu até um conjunto de entidades que já se pronunciaram relativamente à gestão das finanças públicas regionais e que todas elas são unânimes em aplaudir o oásis, do ponto de vista de gestão das finanças públicas, que se vive na Região Autónoma dos Açores.

Deputado José San-Bento (PS): O termo é seu!

O Orador: E, portanto, aquilo que gostaria de referir é que, para já, esta Conta da Região, em nosso entender, e penso que no entender de toda a gente, caracteriza-se por não ter muita novidade. Não é uma Conta que traga grandes novidades face àquilo que existiu em anos anteriores.

Deputado Francisco César (PS): Ah, tem, tem!

Deputado André Bradford (PS): Continua boa!

O Orador: E isso até podia ser positivo, porque poderia significar que existia alguma estabilidade, que existia um não agravamento num conjunto de indicadores. Podia revelar uma evolução das finanças públicas que não

colocaria em causa a sustentabilidade das próprias finanças regionais e a sustentabilidade da própria região, do próprio desenvolvimento da região. Só que não é o que pensa, designadamente, o Tribunal de Contas, que fez desta Conta uma apreciação ao pormenor, uma apreciação criteriosa e também não é o que pensa o PSD-Açores.

Nós tomámos nota das preocupações evidenciadas por parte do Tribunal de Contas e naturalmente que nos associamos a elas. Aliás, é para elas que vimos alertando há diversos anos.

A falta de novidade, portanto, desta Conta não significa uma melhoria e essa é seguramente a conclusão que tiramos e que devemos tirar se fizermos uma análise isenta, designadamente através do parecer do Tribunal de Contas relativamente à Conta da Região. Porque a falta de novidades significa que há manutenção de indicadores fortemente preocupantes e significa que em alguns indicadores há, inclusivamente, um agravamento. Portanto, a falta, neste caso concreto relativamente à Conta da Região, é sinónimo de que os problemas se mantêm inalterados ou que alguns desses problemas, inclusivamente, sofrem um agravamento. E podemos ver isso a diversos níveis e é o que faremos de seguida.

Esta, para nós, é uma Conta de continuidade. É uma Conta de continuidade dos problemas e é uma Conta de continuidade das preocupações.

Vejamos, portanto, a alguns níveis, o que é que se passa com esta Conta, e socorramo-nos do que diz o Tribunal de Contas.

É uma Conta que evidencia otimismo, um otimismo que é manifestado em diversas circunstâncias no parecer do Tribunal de Contas. Duas pequenas citações relativamente a quando faz a apreciação da atividade financeira, diz o Tribunal de Contas: “Tendo em consideração este facto, e tomando como referência a execução orçamental de 2011, verifica-se que a elaboração do Orçamento para 2012 foi efetuada ainda numa perspetiva otimista”. Isto, por acaso, está a cor de laranja, a marca que eu fiz aqui, mas não é uma apreciação do PSD, é uma apreciação do Tribunal de Contas, entidade isenta, órgão de soberania absolutamente isento.

Mas repete, relativamente à questão do otimismo, “face à perspectiva otimista com que foi elaborado o Orçamento de 2012”, portanto, a primeira referência não é por acaso, “a taxa de execução global cai significativamente, atingindo os 84%”. Não é exatamente a mesma explicação dada pelo Sr. Vice-Presidente, pelo menos o Tribunal de Contas pensa diferente e o PSD também assim pensa. Aliás, no ano anterior, tinha sido de 90%.

Mas não falamos só da questão do otimismo. Vejamos outra vertente, que é a vertente das irregularidades, porque parecia que nesse cenário idílico, construído por parte do Sr. Vice-Presidente, não havia absolutamente nenhuma questão que ensombriava a execução orçamental deste ano. Não é o que pensa o Tribunal de Contas e aponta irregularidades, aponta ilegalidades.

Duas ou três são referidas por parte do Tribunal de Contas.

“Ausência de referência aos critérios de atribuição de subsídios regionais”, uma peça que já vem de há anos e anos e anos e que ensombra, que eu acho que não é sequer positiva para a região. É pena que aqui venha isto. Não dá uma nota positiva da gestão das finanças públicas regionais.

“Ausência de fundamentação legal para o pagamento da Remuneração Compensatória.” Provavelmente o Sr. Vice-Presidente vai ter oportunidade de explicar isto, mas é o que o Tribunal de Contas diz, não sabemos se bem, se mal, o senhor nos dirá.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Já caiu! Caiu agora!

O Orador: E, depois, há o incumprimento das disposições, que é uma situação perfeitamente vergonhosa, é a única forma como pode ser classificada, e que ocorre desde 2005, que é a célebre questão da aplicação do produto da privatização da EDA, dos 21,5 milhões de euros, que a determinada altura, perante o cansaço, o Tribunal de Contas, que a refere desde 2005, estamos a falar na conta de 2012, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, pelo oitavo ano consecutivo, o Tribunal de Contas chama a atenção para uma irregularidade, apelou, colocou recomendações nos sucessivos pareceres que elaborou e agora diz-se já cansado e diz assim: “A afirmação do Governo Regional é exatamente idêntica à proferida em sede de contraditório do parecer

de 2010 e 2011”. Sobre esta matéria, o Tribunal nada mais tem a acrescentar, considerando-a como não acatada.

Sr. Vice-Presidente, quando é que vai resolver esta situação? Quando é que ultrapassa a situação de ilegalidade e aplica da forma que está prevista na Lei-quadro das privatizações os 21,5 milhões de euros que corresponderam à privatização da SATA, à privatização de parte do capital da EDA, em 2005? Quando é que cumpre isto e deixa de estar numa situação ilegal?

Outros aspetos são os aspetos relativos à transparência. E relativos à transparência, o que é que nós temos aqui? “Impossibilidade [diz o Tribunal de Contas] em conferir o valor global da receita e da despesa e de garantir a sua integração total no processo orçamental.” Onde é que está a transparência? “Impossibilidade em confirmar os valores dos saldos.” O Tribunal de Contas manifesta-se incapaz disso, não tem informação suficiente para o fazer. “Incapacidade em aferir o volume de compromissos assumidos e não pagos no final do ano, sobre o volume de pagamentos realizados respeitante a encaixes transitados em dívida dos anos anteriores, bem como sobre responsabilidades contratuais plurianuais assumidas, incorreções na contabilização de receitas e despesas.” Onde é que está o cenário idílico de que falava o Sr. Vice-Presidente e que diz que o Tribunal de Contas também o confirmava?

Mas, sobre transparência, existem mais, infelizmente, existem muitas e muitas referências a questões em relação a esta matéria.

Quanto ao investimento público, não se conhecem as entidades envolvidas na concretização do investimento público identificadas por outros fundos. Fundos comunitários. “As receitas provenientes dos fundos comunitários mantiveram-se por discriminar, desconhecendo-se a sua efetiva aplicação por programa, projeto e ação de investimento.” Falta de transparência.

Quanto à dívida direta. “A finalidade dos empréstimos bancários contraídos pela região continua omissa, desconhecendo-se projetos de investimento que, realizados com o recurso a fundos comunitários, foram também executados com financiamento bancário.” Por que é que o Tribunal de Contas se manifesta incapaz de conhecer estes movimentos? Porquê esta falta de transparência?

Porquê todos estes elementos não serem do conhecimento do Tribunal de Contas e, já agora, do conhecimento de todos os açorianos, porque os senhores estão a gerir é o dinheiro dos açorianos?

Avaliação da despesa pública. Uma questão importante. “Os relatórios que integram os documentos de prestação de contas da região mantêm-se omissos quanto às avaliações aos recursos financeiros aplicados tendo em consideração os objetivos preconizados.” Os senhores estão a gerir é com o dinheiro de todos nós e, portanto, toda a gente quer saber se o dinheiro, o nosso dinheiro, a quem foi dada a responsabilidade por eleições ao Governo de o gerir da forma mais eficiente, querem saber se está efetivamente a ser gerido de forma correta, eficiente, querem transparência neste processo, que não existe.

Há aqui ainda uma questão relativamente à transparência, que também é uma questão transversal a todas as contas ao longo dos últimos anos.

Continua-se sem saber qual é que é, ao nível do Plano, o que é que corresponde, no fundo, a verdadeiras despesas de funcionamento. É também uma recorrente referência por parte do Tribunal de Contas dizer que há despesas de funcionamento que estão a ser pagas por despesas do Plano. Ou seja, os senhores arvoram-se em defensores de grande investimento público e, no fundo, grande parte daquele investimento público destina-se a pagar pessoal, destina-se a pagar despesa corrente e, por isso, os elevados volumes de investimento público são, no fundo, uma perfeita falácia.

Já para não falarmos relativamente às questões dos subsídios sem enquadramento legal, que foram referidas, aliás, como irregularidades também e que são manifestamente falta de transparência. Há inúmeros subsídios, inúmeros apoios que são dados a entidades e não se sabe muito bem qual é que é o enquadramento legal que têm e, portanto, não se sabe qual é que é o fundamento. E, portanto, é lícito que se duvide que exista legalidade relativamente a esses subsídios atribuídos, a quem é que foram atribuídos, por que é que foram atribuídos e quais são os valores respetivos.

Mas há também, num terceiro nível, questões perfeitamente inócuas.

O Governo Regional tem referido que tem procedido a uma reestruturação grande do Setor Público Empresarial Regional. É uma questão recorrentemente referida. O Tribunal de Contas e nós próprios consideramos que aquilo que se passa é, pura e simplesmente, e até ao momento, uma situação de “faz de conta”. Vejamos o que se passou relativamente ao ano de 2012.

Relativamente ao ano de 2012 (vou ter que acelerar um bocadinho porque isto está a demorar um bocado mais),...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está, está!

Deputado Francisco Coelho (PS): Ainda bem que acha!

O Orador: ... passaram de 58 para 50 entidades no Setor Público Empresarial. Parece muito, reduziu de 58 para 50, reduziu oito. O que é que reduziu? Houve uma que foi a SPRA, que foi incorporada na Azorina por fusão, portanto, não desapareceu. Depois, houve duas que foram extintas, a SITURFLOR e a Empresa de Transportes Coletivos de Santa Maria, e alienaram-se cinco participações da EDA. Vejamos só aqui algumas, estas cinco participações da EDA.

A região detinha na BANIF Açores Pensões 4,05%. Uma coisa extraordinária! Destas oito, uma foi a alienação de 4% do capital da BANIF Açores Pensões. Na DTS, foi 1,25%. Um facto extraordinário. Na IATH, foi 0,06%.

Deputado André Bradford (PS): O que é que o senhor quer provar com isso?

O Orador: Na Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, vou dizer um número que o Sr. Vice-Presidente habitualmente refere relativamente a outra questão, foi 0,0005%.

Deputado José San-Bento (PS): Mas não é preciso berrar!

O Orador: O que é que é isto? É perfeitamente inócuo aquilo que se refere. E não é por acaso que o Tribunal de Contas diz, a este propósito, que “o plano de reestruturação do SPER, iniciado em 2011, os procedimentos entretanto efetivados não evidenciaram repercussões na redução global das participações sociais detidas pela região”.

Bom, não vou falar das questões do desrespeito, porque essas também são recorrentes.

Deputado André Bradford (PS): Fale à vontade!

O Orador: Há um conjunto de 21 recomendações não acatadas. Há uma única acatada ao longo do ano. Algumas delas são desde 2000. Desde 2000, se andam a fazer determinadas recomendações e, portanto, há orelhas mocas permanentes por parte do Governo Regional.

Finalmente, a última questão, a questão da sustentabilidade. Esta é a questão mais importante, porque esta é que é a determinante. Em termos futuros, é aquela que, seguramente, nos merece maior preocupação.

Bom, o Sr. Vice-Presidente já falou relativamente à receita, uma descida generalizada na receita, que foi compensada porquê? Por aumento dos empréstimos, por aumento de dívida, por passivos financeiros, seis vezes superiores aos de 2011. A percentagem de receita própria é a mais baixa verificada nos últimos anos, tornando, assim, a região mais dependente de outras receitas. Os investimentos do Plano baixaram para 76%, estamos quase nos 75%, que deram origem, aqui há uns anos, aos $\frac{3}{4}$. O investimento é programado para um determinado valor e depois fica-se por $\frac{3}{4}$ daquilo que aparentemente existia como grande intenção por parte do Governo Regional.

E, depois, a questão do Setor Público Empresarial. Em termos de sustentabilidade, temos um Setor Público Empresarial que cada vez mais, em termos de colaboradores, aumenta aqui para 6271 pessoas, continua a caracterizar-se por resultados líquidos negativos. O caso do setor da saúde, só para dar uma ideia, mais uma vez é negativo e está, neste momento, com capitais próprios negativos consolidados de 256 milhões de euros (eram 194, no ano anterior).

O endividamento do SPER, que é a questão mais referida por parte do Tribunal de Contas, é de 1366 milhões de euros, no final de 2012, e sobe, relativamente ao ano anterior, em mais de 100 milhões de euros. Portanto, a situação agrava-se e leva a uma preocupação grande por parte do Tribunal de Contas.

E, portanto, certamente que existem coisas que melhoram. Não temos dúvidas em o afirmar e em o reconhecer. Muito mau seria, aliás, se isso não acontecesse, se não houvesse melhorias. Muito mau seria se o Governo andasse

um ano a gerir as finanças regionais sem evidenciar uma única melhoria. No mínimo aquela única recomendação que foi acatada entre as dezenas que são feitas por parte do Tribunal de Contas. Só que estas melhorias não têm, conforme se vê e conforme refere o Tribunal de Contas, um significado expressivo. Algumas, como vimos, são perfeitamente inócuas; o que é expressivo, bom, o que é expressivo não melhora. Aquilo que se destaca, aquilo que é expressivo é fator de ainda maior preocupação, e cria, acima de tudo, problemas de sustentabilidade, sustentabilidade essa que consideramos, como todos devemos considerar, que é um fator fundamental para os Açores e para os açorianos, para o seu futuro.

Neste sentido, e designadamente em função das questões de sustentabilidade (pensamos serem as mais importantes), naturalmente, não vamos votar a favor desta Conta, aliás, já demos o nosso voto de abstenção na comissão. Porque, tal como evidencia a própria Conta e evidencia a própria apresentação por parte do Tribunal de Contas, o Tribunal de Contas está apreensivo, está preocupado e obviamente o PSD-Açores comunga dessa preocupação. E, por isso, em termos gerais, muito gostaríamos, certamente, de ter uma perspetiva diferente e de fazer aqui uma apreciação diferente das contas de 2012, mas, certamente esta Conta de 2012, naquilo que ela tem de bom,...

Deputado Francisco César (PS): Mas tem alguma coisa de bom?!

O Orador: ... seguramente não é relevante e aquilo que é relevante, não sendo novo, não é manifestamente bom, é mau, conduz a preocupação e condiciona a sustentabilidade da região.

(Aplausos dos deputados da bancada do PSD)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Antes de dar a palavra ao Deputado inscrito a seguir, queria dar uma informação de última hora aos Srs. e às Sras. Deputadas e à Sra. e Srs. Membros do Governo.

Está presente na galeria o curso técnico de Desenho Digital 3D, da Escola Profissional da Horta, o qual saudamos a sua presença.

(Aplausos da câmara)

Já de seguida dou a palavra à Sra. Deputada do Bloco de Esquerda, Zuraída Soares.

(*) Deputada Zuraída Soares (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Vice-Presidente, como em tudo na vida, há sempre um reverso da medalha, ou seja, há boas notícias, e eu ouvi-o com atenção, li a Conta, li o relatório do Tribunal de Contas, há boas notícias? Há! Inegavelmente. Há factos de que nos podemos orgulhar? Há! Inegavelmente, mas também há a continuação de problemas e de falhas e de algumas reincidências que permanecem e que nós consideramos que urge acabar com elas.

Por isso, na apreciação da Conta da Região de 2012 e do respetivo parecer do Tribunal Contas, queremos destacar alguns pontos.

Assinala o Tribunal de Contas a continuação do pouco claro e mesmo obscuro critério de apoios e subsídios. Esta matéria, ao longo dos anos, tem sido por nós e demais forças políticas representadas neste Parlamento denunciada como perniciosa à boa transparência das contas públicas, mas mais grave ainda, são uma prática atentatória da democracia por serem potencialmente geradoras de compadrios e favores eleitorais.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Quando é que esta mancha é banida dos relatórios do Tribunal de Contas? É esta a pergunta que se impõe.

Mas ainda quanto à área da transparência, palavra muito em voga na governança da região, continua a não haver coerência entre as palavras e a prática, porque diz o Tribunal de Contas, e passo a citar: “Não se conhecem as entidades envolvidas na concretização do investimento público identificadas

por outros fundos, bem como as verbas por elas executadas numa perspetiva material e financeira”, fim de citação.

Ora, se o Tribunal de Contas, com todas as prerrogativas legais e meios ao seu dispor, tira uma conclusão destas, Sr. Vice-Presidente, como será possível a uma representação parlamentar estar apta a exercer a fiscalização que lhe cumpre fazer dos atos do Governo Regional?

Fica claro, com a pronúncia do Tribunal de Contas, que o demérito quanto a esta incapacidade não é desta nem de outra representação parlamentar; o demérito reside na prática política do Governo Regional, o qual foge da transparência, na gestão pública, para ter aquilo a que normalmente se costuma chamar de sacos azuis, para a gestão política,...

Deputado André Bradford (PS): Não apoiado!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Cor-de-rosa!

A Oradora: ... ou seja, para gerir interesses partidários.

E, de novo, se coloca a questão: quando é que esta mancha deixa de ser prática corrente?

Reflete também, a Conta da Região, que os Açores cumprem não só a Lei do Orçamento, mas também as imposições europeias quanto à dívida e ao défice orçamental. Entre outras condicionantes, estas acrescentam à retórica do Governo Regional e do Partido Socialista as excelentes condições financeiras da Região Autónoma dos Açores, facto que lhe permite, segundo o discurso oficial, fazer, e cito, “diferente e melhor” tendo em vista os açorianos e as açorianas.

Contudo, as contas e o discurso, mais uma vez, não coincidem com a prática. Num período de profunda crise e angústia vivida em milhares de lares açorianos, as sucessivas notícias sobre o setor da saúde são alarmantes e agravam essa mesma angústia, porque o que as pessoas sentem é a incerteza sobre o seu direito ao acesso aos cuidados de saúde essenciais e mais elementares.

Se a região tem um quadro financeiro brilhante, como se explicam as dívidas aos fornecedores de medicamentos e outros materiais médicos, dívidas que vêm

a público com ultimatos da quebra dos respetivos fornecimentos? Que segurança é que esta situação dá aos cidadãos e às cidadãs desta região?

Promessas de que tudo se vai resolver são em catadupa, mas os problemas, infelizmente, aparecem todos os dias e a gravidade dos mesmos tende a aumentar.

Também é inexplicável que hoje haja trabalhadores e trabalhadoras do setor da saúde em instituições privadas com meses de salários em atraso por causa da falta de pagamentos atempados de entidades tuteladas pelo Governo Regional. Não se percebe, pois, que com tão boa situação financeira, que nós, Bloco de Esquerda, não questionamos, estas situações continuem a acontecer. Qual é, de facto, a verdadeira razão para que seja o próprio Governo Regional a lançar mais apreensão e dificuldades sobre as pessoas que diz defender?

Outra área afluída no relatório do Tribunal de Contas e que preocupa sobremaneira esta bancada são as receitas futuras da região. Temos para nós que o Governo Regional não tem uma visão do futuro dos Açores capaz de ultrapassar um paradigma económico assente em baixos salários e produtos de pouco valor acrescentado. É certo que tem muitas medidas, muitas apresentações, muita propaganda, mas em nossa opinião quase tudo se resume a “muita parra e pouca uva”.

Mesmo que tivesse caminhos certos, estas transformações, como todos sabemos, não se dão em 24 horas.

Ora, a carga fiscal aviltante a que a população está sujeita e que tem sido o contraponto da diminuição das receitas e das transferências do Estado é não só um estrangulamento do desenvolvimento da economia açoriana, como uma carga insustentável para a população.

Neste quadro, e a bem da transparência e racionalidade da despesa pública, o Bloco de Esquerda volta a perguntar e a propor implicitamente por que é que o Governo Regional não avança com a renegociação das rentabilidades das parcerias público-privadas?

Deputado Francisco César (PS): Ai meu Deus!

A Oradora: E, finalmente, num processo mais vasto...

Quem dera que Deus pudesse resolver o assunto, Sr. Deputado Francisco César.

Deputado Francisco César (PS): A senhora não leu o relatório do Tribunal de Contas!

A Oradora: Até eu o chamava! Mas pelos vistos nem ele.

E, finalmente, num processo mais vasto, fica outra pergunta: está o Governo Regional (a última) disponível, assim como o Partido Socialista, para iniciar a luta que se impõe pela revisão da Lei de Finanças Regionais? Falo de uma luta a sério e não como mera propaganda eleitoral.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Passo a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:

Nesta análise à Conta, longe de mim retirar o mérito ao Sr. Vice-Presidente, com a sua habilidade e mestria para apresentar, discorrer sobre números e, digamos assim, se me permite a expressão, brincar com os números, no bom sentido, de os puxar para aquilo que dá jeito e que dá jeito ao Governo.

Agora, eu acho que há que ter um sentido prático nestas coisas, Sr. Vice-Presidente. E isto é assim e vamos lá a ver se nos entendemos.

Sr. Vice-Presidente, eu vou dar-lhe um exemplo que as pessoas também entendam.

Há um determinado comerciante que montou um negócio e, no primeiro mês, faturou, extraordinariamente, receitas maravilhosas, ficou muito contente com o seu negócio. No segundo mês, boas receitas, boas vendas, muito satisfeito com o seu negócio. No terceiro mês, a mesma coisa. Aquilo era só lucro. No quarto mês, os fornecedores bateram-lhe à porta a dizer, “Oh, amigo, é preciso pagar!” e o comerciante aí começou a fazer contas. Dez para ali, vinte para aqui, quarenta para acolá. “É pá! Afinal só me sobra dez! Afinal já não tenho esse lucro que julgava ter e afinal isto já não é o oásis que era.”

Sr. Vice-Presidente, a região é a mesma coisa. O senhor tem dinheiro e 0,2 de défice porque não paga as dívidas que tem!

Vamos lá a ver.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Paciência! Tanta ignorância!

O Orador: Saudaço, 2004.

Oh, Sr. Vice-Presidente!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Eu já lhe explico!

O Orador: Ignorância e atrevimento é a sua petulância de vir aqui disfarçar o que é indisfarçável. Isso talvez seja, Sr. Vice-Presidente.

(Burburinho geral)

O Orador: Mas, Saudaço: empréstimo contraído de 80 milhões de euros, em 2004. Quanto é que o senhor amortizou até hoje?

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Faça as contas!

O Orador: Não, estou a perguntar-lhe! Quanto amortizou até hoje?

Depois, Sr. Vice-Presidente, 2005, Saudaço, mais um empréstimo de 80 milhões de euros. Quanto é que o senhor amortizou até hoje?

SPRHI, 2005, 30 milhões de euros. Quanto amortizou até hoje? SPRHI, 2006, 36 milhões de euros. Quanto amortizou até hoje? SPRHI, 2007, 26 milhões de euros. Quanto amortizou até hoje?

E poderia continuar por aqui abaixo, Sr. Vice-Presidente. Quanto amortizou, até hoje, nestes empréstimos?

E, portanto, se o senhor não amortiza, tem dinheiro, não paga dívidas. Refaz dívidas, reformula dívida, faz engenharia financeira e vem dizer-me que as finanças estão saudáveis?! Estariam saudáveis se o senhor tivesse transparência nas contas públicas, se não tivesse apoios sem enquadramento legal de mais de 13 milhões de euros dados a quem os senhores entendem e à clientela do Partido Socialista. Isto é que era transparência. Eram contas equilibradas, se os senhores pagassem a tempo e a horas. Eram contas equilibradas, se os senhores pagassem o que devem aos fornecedores, não só de medicamentos, de vários fornecedores da região, dos hospitais, dos serviços públicos, das empresas

públicas. Era, se não tivesse as empresas públicas altamente endividadas e aquelas que o senhor nacionalizou. Estamos na sovietação da economia dos Açores.

Deputado Berto Messias (PS): O senhor é contra?

O Orador: A economia dos Açores não gera nem cria riqueza, Sr. Vice-Presidente, e é isso assim que o senhor tinha de explicar, como é que o senhor sustenta isso. Sustenta com subsídios para aqui e para acolá. E são vários os exemplos.

A economia dos Açores não cria empregos, não gera riqueza, Sr. Vice-Presidente, e isso é que eram os números que o senhor devia aqui trazer. Zero vírgula dois, que é 50 vezes menor que não sei aonde, que é sete vezes menor do que a Madeira. O senhor próprio uma vez disse aqui, relativamente às denúncias que fiz sobre a saúde, que o universo era mais pequenino e, portanto, que a estatística, cuidado! É exatamente o que se aplica às suas contas, Sr. Vice-Presidente. A estatística também, pelo universo mais pequeno, é diferente.

E agora, Sr. Vice-Presidente, já vi que passamos do oásis, do seu tão proclamado e querido oásis, para “melhor do que o esperado”. É agora a nova frase do Sr. Vice-Presidente: é melhor do que o esperado!

Não é a maneira de os fornecedores chegarem à fase do “melhor do que o esperado”, de em vez de esperarem um ano, dois anos, três anos e mais anos, receberem a tempo e horas, melhor do que os 60 dias que eles esperavam receber, melhor do que os 29 dias que o senhor já anunciou aí que pagava. Isso é que não há maneira dos fornecedores receberem a tempo e horas o seu dinheiro para gerarem economia. O que os senhores estão a fazer é ainda destruir o pouco que resta da economia privada, como ainda recentemente aconteceu ao anunciar que o Sr. Secretário da Saúde, ao destruir as convenções, que o privado presta melhor serviço e mais barato do que no Serviço Público de Saúde.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Dou a palavra ao Sr. Vice-Presidente do Governo e queria informar-lhe que gastou 15, por isso tem 10 minutos.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, gostaria de saudar a intervenção do Sr. Deputado António Marinho por ter confirmado na íntegra os valores, os números e todos os indicadores que apresentei.

Em segundo lugar, queria dizer ao Sr. Deputado Artur Lima que não são as minhas contas,...

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Ah, não!

O Orador: ... são as contas oficiais determinadas pelas entidades estatísticas e com competências de supervisão no país e na Europa,...

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): E o Tribunal de Contas!

O Orador: ... que confirmam ao cêntimo os valores apresentados. E não só não são as minhas contas, como não são os meus critérios, são os critérios do seu partido. Ainda hoje, há uma hora, era o PP, que na Assembleia da República,...

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): CDS!

O Orador: ... e com exatamente os mesmos critérios, com o único sistema contabilístico europeu que existe de avaliação das contas, fazia referência a essas contas e a esses valores.

Portanto, não se trata das contas do Governo dos Açores, não se trata dos indicadores do Governo dos Açores, não se trata de nada dos Açores. É o sistema contabilístico europeu, adotado em toda a Europa, verificado e auditado por todas as entidades. E é esse mesmo que determinou que em 2012 o défice da região era substancialmente inferior ao do país, substancialmente inferior ao da Madeira e que também, em 2013, assim se verificou. E esses critérios incluem, de acordo com o sistema contabilístico europeu, tudo aquilo que o senhor referiu. Tudo aquilo que o senhor referiu está englobado. Portanto, estamos a falar da mesma realidade de acordo com os critérios não nossos, mas europeus, e quando o PP...

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): CDS!

O Orador: ... diz que conseguiu, em 2013, fechar o ano com 5,2% de défice, é exatamente com as mesmas contas que a região diz que fechou o ano com 0,2. Portanto, o senhor não pode ter um critério na República e chegar aqui e dizer que o único...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não tenho! É igual!

O Orador: ... critério que existe na Europa não serve nos Açores. Serve para toda a Europa, serve para o PP, serve para o PSD na República, mas nos Açores não serve, vamos fazer outras contas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Eu não disse isso!

O Orador: Estas contas são as contas oficiais e públicas e têm em conta todas as envolventes que o senhor referiu.

Só um aparte para referir. Sr. Deputado António Marinho, fez-me uma pergunta, mas, com certeza, por distração.

Deputado António Marinho (PSD): Eu disse para explicar!

O Orador: Então, o Tribunal de Contas fez uma referência sobre a forma da remuneração compensatória. Como é que vamos resolver esse problema? Oh, Sr. Deputado António Marinho...

Deputado António Marinho (PSD): Não disse como é que vai resolver! Disse para explicar!

O Orador: Para explicar? O Sr. Deputado António Marinho votou no Orçamento da Região para 2014 a forma como se explicou isso com o seu apoio.

Deputado António Marinho (PSD): Não, não!

O Orador: O senhor quer que eu explique uma coisa que o senhor votou e que apoiou? Pode é não ter reparado no artigo que votou favoravelmente, mas no Orçamento da Região votou o artigo que explica exatamente essa resposta. Portanto, essa resposta também é sua.

Deputado António Marinho (PSD): O ano 2012 não tinha essa norma. Diga a verdade às pessoas!

O Orador: Tinha em 2012 e 2013.

Deputado António Marinho (PSD): Isto é a Conta de 2012! Está a falar da conta de 2014!

O Orador: Não sabe qual é o artigo que votou no Orçamento de 2014? Que diz claramente que a Remuneração Compensatória se aplica até ao início de 2014, ou seja, incluindo 2012 e 2013. Não percebeu o que é que aprovou no Orçamento da Região? Bem, isso aí eu não lhe vou explicar.

Deputado António Marinho (PSD): Sr. Vice-Presidente, isso não é a Conta da Região de 2014, é de 2012. E não tinha essa norma no Orçamento. Diga a verdade às pessoas!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah!

O Orador: Tinha, tinha! Tinha, tinha!

Portanto, a resposta está dada sobre essa matéria.

Última questão, só para concluir, em relação às previsões que foram referidas.

O tempo revelou também que as nossas previsões orçamentais que implicavam o valor referenciado para o investimento, para a receita própria da região e para o total da receita estavam corretas, porque, como referi, provou-se e foi já aprovado em sede de Orçamento Retificativo de 2013 que o valor efetivamente gerado, em 2012, correspondia ao orçamentado, como tive a oportunidade de explicar na altura e como o Sr. Deputado António Marinho confirmou.

Portanto, a matéria foi que as transferências de IVA e de IRC geradas em 2012 foram feitas em 2013. Como disse há pouco, não quero atribuir isso ao facto de em 2012 ter sido antes das eleições e a transferência só ter sido feita no ano seguinte. Mas foi o facto que veio confirmar, também, nesta matéria, as nossas previsões.

Agora, o essencial sobre todas estas matérias é que nós estamos aqui perante uma Conta confirmada por todas as entidades nacionais e internacionais, onde os Açores dão um contributo muito positivo, sem desvio e sem derrapagem para a consolidação orçamental do país. E, neste contexto, acho que isto é uma matéria em que podemos discutir as imperfeições, sem dúvida. Nada é perfeito. Podemos discutir que é sempre possível fazer melhor, sem dúvida. Há sempre aspetos a melhorar, mas quando uma região tem, de acordo com os sistemas

internacionais e que o único critério existente e que é adotado e discutido a nível nacional os resultados que tem, acho que é um momento para todos valorizarmos este aspeto, porque este aspeto não é um benefício nem um mérito para o Governo, isto é, sem dúvida, um património de defesa dos Açores e dos açorianos. E isto é que é o mais importante e isto é que é, sem dúvida, aquilo que devemos todos valorizar a bem dos Açores.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

(Aplausos dos membros do Governo e dos deputados do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires do Partido Comunista Português.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Vice-Presidente, eu quero começar por reconhecer que, efetivamente, ao longo do histórico da nossa autonomia e, designadamente, no que concerne a apresentação e a apreciação da Conta da Região, mas também relativamente ao Orçamento e ao Plano, que, de facto, houve evoluções positivas e que são de registar, aliás, com o contributo dos partidos da oposição, designadamente dos partidos que, a partir de determinada altura, estiveram aqui presentes. E, portanto, tem havido esses contributos que têm sido aceites e que foram aceites no tempo do PSD e que foram posteriormente aceites pelo Governo e pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, e isso tem vindo a melhorar, digamos, alguns aspetos da Conta da Região e da apresentação da Conta da Região.

E, portanto, posso até, Sr. Vice-Presidente, reconhecer que tem alguns aspetos positivos, a Conta que agora estamos a apreciar, mas, e porque este ano não quero utilizar e reiterar algumas das questões que o Tribunal de Contas tem vindo a insistir nelas e a reiterar, como seja a questão do setor da saúde, como seja a questão dos encargos de longo prazo, como seja a questão do incumprimento relativamente à privatização da EDA e outros, queria aproveitar o pouco tempo de que disponho para colocar aqui outras questões que me

parece serem importantes, não só para a apreciação que estamos a fazer, mas também para o futuro, e que têm a ver com o seguinte.

Há aqui, de facto, alguns aspetos que eu gostaria de ver, por um lado, esclarecidos e, em minha opinião, julgo que deveriam ser corrigidos. E quando olhamos para a Conta da Região, para o relatório de execução, aquilo que se verifica são centenas e centenas de alterações orçamentais. Está certo, Sr. Vice-Presidente? Essas centenas e centenas de alterações orçamentais que são feitas põem, em minha opinião, em causa o documento que leva aqui três dias a ser discutido e aprovado, quer as propostas do Governo, quer as propostas que, entretanto, os partidos da oposição propõem e que são depois aprovadas. Põem em causa porquê? Porque aquilo que resulta da execução não corresponde ao documento que aqui foi aprovado.

E, portanto, eu julgo que, sendo que o Governo Regional tem essa capacidade (capacidade para fazer as alterações orçamentais), a verdade é que este Parlamento fica à margem, porque não temos nenhuma possibilidade, a não ser quando analisamos o relatório de execução e a própria Conta é que damos conta das centenas e centenas de alterações orçamentais que, entretanto, foram feitas, e isso não deve acontecer assim (não deve acontecer assim!), sob pena de aqueles três dias que passamos aqui a discutir e a aprovar o Plano e o Orçamento serem, não direi um desperdício, mas aquilo que resulta no fim da execução do Plano e do Orçamento é uma coisa substantivamente diferente daquilo que aqui aprovámos.

Mas não é a primeira vez que chamamos a atenção para isso. Aliás, este ano, em sede de discussão do Orçamento, na proposta de Orçamento que veio a ser aprovada, algumas alterações ao decreto do Orçamento ainda atribuem mais competências ao Governo Regional, designadamente a possibilidade de criar rubricas novas. Ora bem, o que pode acontecer é que, no limite, no fim da execução do Plano, podemos ter um documento completamente diferente daquele que aqui foi aprovado e, na nossa opinião, na opinião da Representação Parlamentar do PCP, isto não pode acontecer (não pode acontecer!), porque se a execução do Plano é da responsabilidade do Governo, certamente, ninguém

quer retirar ao Governo Regional essa prerrogativa, mas a verdade é esta: a execução do Plano e do Orçamento não pode, de maneira nenhuma, desvirtuar o documento que aqui é aprovado.

E, portanto, há que encontrar aqui mecanismos para que o Parlamento não fique à margem das alterações orçamentais. É porque não são poucas, são centenas, centenas de alterações orçamentais e sem que o Parlamento tenha nenhuma possibilidade de poder controlar isso.

E, portanto, temos de encontrar aqui, todos, em nome da transparência, forma de melhorar este aspeto, sob pena de que aquilo que aprovamos não seja efetivamente aquilo que é executado e que é isso que tem vindo a acontecer. E eu gostaria que o Sr. Vice-Presidente me desse alguma indicação, não só a mim, mas à câmara, porque julgo que este é um assunto que interessa a toda a câmara, que disponibilidade é que há para se encontrarem mecanismos de que as alterações orçamentais ou, eventualmente, a criação de novas rubricas que ficaram consagradas agora no Orçamento de 2014, se, de facto, há alguma disponibilidade para encontrarmos aqui mecanismos de fiscalização da execução orçamental, porque nós não os temos neste momento.

E, portanto, acho que isto é fundamental, Sr. Vice-Presidente, e desafio aqui todas as outras bancadas para se encontrar uma solução em nome da valorização do papel deste Parlamento, porque esse poder deve ser um poder do Parlamento e não pode ser um poder do Governo, sob pena de aquilo que aqui aprovamos, quando fazemos a análise da Conta, ser uma coisa substantivamente diferente.

Eu gostaria que o Sr. Vice-Presidente pudesse responder a esta última questão e a esta preocupação do PCP.

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ele já sabe a resposta, porque já sabia a pergunta!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Passo de imediato a palavra para o Sr. Deputado do Partido Socialista, Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César** (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. Secretária Regional:

Nós discutimos hoje a Conta da Região e análise ao Setor Público Empresarial. Como já foi referido, 2012 foi, provavelmente, um dos anos mais complicados dos últimos anos. Nós tivemos talvez o auge da crise a atingir o país e a atingir os Açores.

Deputados Artur Lima (*CDS-PP*) e **Paulo Estêvão** (*PPM*): O auge? Está cada vez pior!

O Orador: Importa, portanto, analisar a forma como o Orçamento da Região e o comportamento do Setor Público Empresarial Regional puderam ajudar os Açores a tentar ultrapassar estas dificuldades.

Nós temos dois ativos. O primeiro tem a ver com a credibilidade dos Açores perante as entidades nacionais e internacionais. É um ativo precioso. Essa credibilidade dos Açores permite à Região Autónoma exigir perante as instituições nacionais e internacionais um conjunto de condições e um conjunto de um tratamento que permitam aos Açores ter meios para ultrapassar as dificuldades, mas também muito importante é a forma como o Orçamento e o Setor Público Empresarial providenciam meios para nós podermos combater a crise, para nós termos uma agenda contra cíclica, uma agenda que permita ajudar os mais desfavorecidos, que permita ajudar as empresas, que permita ajudar as pessoas, aquilo que nós dissemos, a Via Açoriana, uma Via Açoriana que é difícil, que demora o seu tempo a implementar, mas que nos permite, perante as dificuldades que estão a vir do continente e do estrangeiro, ultrapassar esta crise com menos dificuldades.

E assim nós temos que verificar o que é que aconteceu durante este período, durante o período de 2012.

Habitualmente, nós temos o comportamento já esperado da nossa oposição à direita. Eles vêm criticar nos Açores aquilo que defendem no continente. Eles no continente dizem que as contas públicas com cinco vírgula tal por cento são excelentes contas públicas,...

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Para quem herdou 10!

O Orador: ... mas nos Açores, quando elas estão nos 0,2%,...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... são já um mau resultado.

Deputado José San-Bento (PS): Que vergonha!

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Quando olham para as nossas contas públicas, verificam e dizem: as contas públicas açorianas estão em grandes dificuldades, devem tudo a todos, a fornecedores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah, isso devem!

O Orador: Mas quando aquelas que são para eles, digamos, as entidades que regulamentam e que devem ser tidas em conta para avaliar as contas nacionais, avaliam a Região Autónoma dos Açores, dizem que quando os pagamentos em atraso desceram 3,7 milhões de euros (diz a Comissão Europeia), os senhores dizem que a Comissão Europeia não tem qualquer tipo de importância. Quando a Comissão Europeia diz que devido ao bom controlo da despesa e fortes receitas, após uma boa temporada do turismo e na agricultura, isto é importante, os Srs. Deputados dizem que isto não é importante. Os senhores vêm aqui dizer que o Setor Público Empresarial atravessa enormes dificuldades e que está (vamos tentar entender aquilo que os senhores dizem) à beira da rutura. O que é que nós verificamos? A entidade internacional em que os senhores se apoiam para validar as vossas contas públicas nacionais o que diz é que as empresas públicas passaram por um processo de consolidação e estão, de forma geral, em equilíbrio. Diz a Comissão Europeia.

São estas entidades, que os senhores tanto confiam, que dizem dos Açores algo que os senhores quando é para o continente validam.

Mais! Estas contas públicas revelam que, apesar das dificuldades, os Açores têm conseguido dar bons passos. O endividamento líquido da região diminuiu 87,7 milhões de euros. Houve equilíbrio orçamental. As receitas superaram as despesas em 1,3 milhões de euros e o Setor Público Empresarial, que os senhores dizem que teve um problema e cujo seu endividamento aumentou, não cento e tal milhões, como disse o Sr. Deputado António Marinho, mas sim

dezassete milhões de euros... Se nós fizéssemos as contas ao valor que o Governo da República deve ao Setor Público Empresarial da Região, aquilo que se verificava era que não havia nenhum crescimento de endividamento. Não, Sras. e Srs. Deputados! O endividamento do Setor Público Empresarial tinha descido e tinha descido de uma forma substancial.

Sra. Deputada Zuraída Soares, a senhora veio aqui referir que os Açores deveriam ter a necessidade ou deviam investir no sentido de renegociar as parcerias público-privadas. Não faça essa cara, porque foi isso que a Sra. Deputada, de facto, disse.

Deputada Zuraída Soares (BE): Não. É que estava à espera de uma resposta do Sr. Vice-Presidente. Já me inscrevi, como não tive resposta! Não estava à espera de uma resposta da direita!

O Orador: Mas permita-me que lhe dê uma posição sobre esta matéria.

A Sra. Deputada vem falar das parcerias público-privadas.

Deputada Zuraída Soares (BE): Venho!

O Orador: Para meu espanto, a Sra. Deputada foi a única deputada neste Parlamento que aqui referiu a questão das parcerias público-privadas. Referiu porque a Sra. Deputada considera que elas têm um peso muito grande naquilo que são os compromissos futuros, calculo eu, nas finanças regionais. Nenhum dos restantes partidos aqui referiu a questão das obrigações contratualizadas e do peso das parcerias público-privadas. Eu também achei estranho. E aquilo que se verificou é que o Tribunal de Contas, em 2011, referia que as obrigações contratualizadas referentes às SCUT's estariam na ordem dos 1358 milhões de euros. Curiosamente, no ano de 2012, o que diz o Tribunal de Contas sobre essa matéria é que elas valem cerca de 846 milhões de euros, ou seja, como nós sempre dizemos, o valor é substancialmente melhor. O Tribunal de Contas reconhece que se enganou...

Deputada Zuraída Soares (BE): Escreva ao Tribunal de Contas! Não fale comigo!

Deputado André Bradford (PS): O Tribunal de Contas também se engana!

O Orador: ... e que o valor apurado em relação às parcerias público-privadas é inferior em cerca de 506 milhões de euros, como nós sempre o dissemos.

É curioso que alguns partidos foram tão rápidos em acusar o Governo Regional e as suas contas públicas de terem problemas que quando o Tribunal de Contas vem reconhecer o que nós sempre dissemos, os Srs. Deputados tenham tido uma postura de silêncio.

Com isso, Sras. e Srs. Deputados, não nos vêm aqui dizer que nós vivemos num mar de rosas e que não há dificuldades.

(Apartes inaudíveis da câmara)

Presidente: Sr. Deputado Francisco César, está com a palavra. Agradecia que continuasse a sua exposição e que os...

O Orador: Estou a tentar, Sr. Presidente, mas calculo...

Presidente: Sr. Deputado, ainda estou a falar.

O Orador: ... que a minha intervenção esteja a perturbar as conversas...

Presidente: Sr. Deputado, ainda estou a falar. Quando acabar o Sr. Deputado fala.

Agradecia que me respeitasse um pouco. Eu estava a falar e depois o senhor fala.

Eu estou a chamar a atenção à câmara para a sua intervenção. Agora, peço encarecidamente a todos os Srs. Deputados para terem atenção à sua exposição.

Agradecia que continuasse.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem, Sr. Presidente!

O Orador: Parece que a câmara não está a ouvir.

Sras. e Srs. Deputados, com isso não quero dizer que nós vivemos num mar de rosas; nós vivemos muitas dificuldades; nós vivemos com uma economia com problemas, com uma austeridade que estrangula o nosso setor económico, que perturba imenso a criação de emprego. Mas aquilo que esses dados revelam é que apesar das dificuldades nós conseguimos, através da gestão das nossas

contas públicas, criar recursos, ter meios para conseguir agir e ajudar quem mais interessa: as pessoas e as empresas.

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos membros do Governo e dos deputados do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Deputada Zuraída Soares (BE): E Deputadas!

(Risos do Vice-Presidente do Governo Regional)

O Orador: Sra. Deputada, para responder ao seu aparte. Eu tenho pouco tempo e utilizo o género universal. Portanto, eu, em relação a essa matéria, Sra. Deputada, não me deixo condicionar. Sr. Presidente, eu estou dentro do assunto.

Deputada Zuraída Soares (BE): Não há género universal!

O Orador: Mantenho os velhos hábitos.

Eu quero começar por referenciar que faço sempre uma análise desta questão com a maior responsabilidade.

Deputado Aníbal Pires (PCP): E profundidade!

O Orador: Não faço, não adoto a metodologia de quem só diz mal ou de quem só diz bem, porque evidentemente que quem adota uma postura desse tipo não é credível, porque é um discurso artificial. Nem tudo o que está a ocorrer do ponto de vista orçamental na nossa região é negativo e, obviamente, nem tudo é positivo.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Como tudo na vida!

O Orador: E, por isso, nesse sentido, o que é necessário que se faça aqui é uma análise equilibrada.

O que eu devo dizer é que a análise que foi feita pelo Governo Regional e também pelo Sr. Deputado Francisco César foi tudo menos uma análise equilibrada.

Deputado Francisco César (PS): Porquê?

O Orador: Para já, por uma questão metodológica, porque comparam o que não é comparável: a República com a região.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem comparado!

O Orador: E dizem: “Bom, nós temos um problema completamente diferente,...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não é comparável?! Porquê?

O Orador: ... e nós temos resultados comparativamente muito melhores, mas esquecem-se que os Açores são uma região fortemente dependente. A República não recebe 50% da sua capacidade orçamental...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Recebe, recebe!

O Orador: ... do ponto de vista das receitas do exterior, não recebe 50% das suas receitas do exterior e é evidente que se recebesse os seus resultados seriam muito, muito melhores.

Deputado Francisco César (PS): Oh, Sr. Deputado, também não recebemos 50% do exterior!

O Orador: Portanto, é absolutamente artificial esta metodologia. Veja o que se passa na República, veja o que se passa nos Açores.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Isso é uma cassete!

O Orador: Esquecendo que esta comparação não é séria, esta metodologia não é séria. Estamos a comparar com uma região fortemente dependente que já tem, à partida, 50% do seu trabalho realizado do ponto de vista orçamental, porque recebe essas receitas. E mais do que isso. O Estado também assume aqui uma parte das responsabilidades. E, portanto, é evidente que esta comparação entre resultados que nós podemos obter no âmbito de um Estado soberano como é Portugal ou resultados que se obtêm do ponto de vista económico de uma região fortemente financiada pelo exterior não é uma metodologia aceitável.

Esta é a primeira observação. Esta primeira observação é importante que seja referenciada, e eu tenho referenciado todos os anos.

Nós continuamos sem ter nos Açores um verdadeiro arranque económico. Nós continuamos a ser uma região dependente, fortemente dependente, das receitas do exterior. E o que é que isto significa e o que é que isto projeta em termos do futuro dos Açores? É muito simples. Dizem-me: “Isto deve-se à crise nacional. A situação que vivemos deve-se à crise internacional, deve-se ao contexto internacional”. É evidente que se deve, porque a região é muito dependente na medida em que não conseguiu ganhar uma verdadeira autonomia económica. Temos autonomia política, mas não temos uma autonomia económica porque a região não cresce economicamente,...

Deputado Francisco César (PS): Oh, Sr. Deputado, as transferências foram menores do que as receitas!

O Orador: ... porque a região continua sem ter a capacidade de sozinha se transformar numa região próspera e com verdadeiro crescimento económico.

Depois, temos outros problemas que são problemas graves, na minha perspetiva.

Por exemplo, a taxa de execução no âmbito da Conta da Região de 2012 foi de apenas 66%. A taxa de execução foi baixíssima em comparação até com os anos anteriores. É um indicador da maior importância. A taxa de execução é um indicador da maior importância e é um indicador que se está a degradar.

Depois, existe uma rigidez, além da dependência financeira, entre a dependência face ao exterior, temos uma rigidez orçamental muito grande, que se pode calcular através deste valor. As despesas de funcionamento representam 68% do total.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Assim não tem tempo para as partes boas, só as más!

O Orador: Isto significa que nós temos um Orçamento muito rígido, nós temos pouca capacidade para investir, nós temos pouca capacidade para criar a tal Via Açoriana de que o Sr. Deputado Francisco César, de forma um pouco alucinada,

digamos, do ponto de vista económico, evidentemente, aqui está a falar. Portanto, este é outro problema grave.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): E as partes positivas?

O Orador: Depois (o Tribunal de Contas refere), os nossos três hospitais estão em falência técnica. Volta a ser referenciado este valor. No âmbito da saúde, somamos os tais 614 milhões de euros de dívida.

Depois, continuamos a ter um problema gravíssimo no âmbito do Setor Público Empresarial Regional, em que os resultados económicos continuam a agravar-se e que, neste momento, a dívida total é de 1366 milhões de euros, o que significa uma situação absolutamente incomportável.

E temos, depois, obrigações diversas sempre a aumentar a dívida (sempre a aumentar!) e, neste momento, está previsto até em termos de obrigações contratualizadas, a vencer depois de 2012, o Tribunal de Contas refere nada menos nada mais do que 1435 milhões de euros até 2039, o que significa que as novas gerações estão completamente hipotecadas...

Deputado Francisco César (*PS*): São menos 500 milhões de euros!

O Orador: ... e que, neste momento, esta política económica desastrosa que tem sido seguida pela região hipotecou o futuro dos nossos filhos, das novas gerações de açorianos. E, por isso, o que eu quero dizer é que eu vejo com grande preocupação os resultados que esta Conta da Região de 2012 indiciam. São resultados péssimos, uma região dependente economicamente, uma região cada vez mais endividada, uma região com uma forte rigidez no âmbito da sua despesa, que não lhe permite agir no sentido do crescimento económico e, portanto, nós temos uma situação que se agrava de ano para ano.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Vou dar de imediato a palavra à Sra. Deputada do Bloco de Esquerda, Zuraída Soares. Informo que tem três minutos.

(*) **Deputada Zuraída Soares** (*BE*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu ia só lembrar ao Sr. Vice-Presidente que tinha feito duas questões que não tiveram resposta, uma delas sobre a renegociação das rentabilidades das parcerias público-privadas.

Desde logo, e do seu conhecimento, como bem sabe, foi uma proposta feita aqui em sede de Plano e Orçamento que o Partido Socialista reprovou. Seria bom, era um sinal de transparência, sabermos quais são as taxas de rentabilidade e se podem e devem ser renegociadas. É uma pergunta a que o Sr. Vice-Presidente não respondeu.

A outra é: até que ponto é que o Governo Regional está disponível para iniciar uma luta séria, consequente, eficiente para a revisão da Lei de Finanças Regionais e para a reposição dos direitos que esta nova lei retirou à região?

Foram duas perguntas que, por esquecimento, o senhor Vice-Presidente não respondeu.

Obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Eu não tenho mais inscrições.

(Pausa)

Não havendo mais inscrições...

Já tenho aqui uma. Duas.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Prescindo.

Presidente: Passo, de imediato, a palavra ao Sr. Deputado António Marinho.

Deputado António Marinho (PSD): O Sr. Vice-Presidente inscreveu-se primeiro.

Presidente: Prescindi.

Deputado António Marinho (PSD): Prescindo.

Presidente: Pronto. Sim, senhor. Ambos prescindem.

Não tenho mais inscrições.

Não havendo mais inscrições...

Vou dar 10 segundos para pensarem e se ao fim desses 10 segundos não houver ninguém inscrito...

Vou dar a palavra ao Sr. Deputado do PSD, António Marinho, e informo que tem 2 minutos para a sua intervenção.

Faz favor, tem a palavra.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Vice-Presidente, já se pode inscrever.

Só tenho dois minutos, de maneira que não lhe posso responder, tenho que aproveitar.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Gosto de ouvir sempre o que diz!

O Orador: Quero só referir aqui duas ou três questões, porque acho que, relativamente àquilo que o Sr. Vice-Presidente, na sequência da minha intervenção, referiu, quer relativamente às receitas fiscais de 2013 e depois disse que eram os acertos relativamente a 2012, em 2012 já existiam os acertos relativamente a 2011 e por aí adiante.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Uns são positivos e outros são negativos!

O Orador: Portanto, tem que comparar aquilo que é comparável e tem que dizer para o exterior, porque isto às vezes pode tornar-se complexo para alguns, mas temos que falar a verdade.

Tem que falar a verdade também quando fala relativamente à remuneração compensatória. A determinada altura fez uma finta, começou a mandar para o Orçamento de 2014 aquela que foi a falha relativamente ao Orçamento de 2012 e por isso é que é a situação de ilegalidade e o senhor podia ter também falado verdade nessa altura.

Mas não é isso que propriamente preocupa os açorianos. Sabe o que é que preocupa aos açorianos? É o seu discurso das sete maravilhas, chamemos-lhe as sete maravilhas do Dr. Sérgio Ávila, permanentemente a embandeirar em arco e, em simultâneo, tem os açorianos e, designadamente, muitas empresas nos

Açores que estão à espera que lhes seja pago aquilo que lhes é devido. E isto seguramente é muito mais angustiante para estas pessoas, para estas empresas, angústia que já é muito adicional relativamente à angústia que eles próprios sentem quando têm vontade e têm necessidade de dizer para o exterior os problemas que têm nos pagamentos do Governo, mas, curiosamente, nem sequer têm coragem (coragem tê-la-iam), mas não lhes deixam sequer dar a cara.

Portanto, é esse o paradoxo das finanças regionais: as maravilhas do Dr. Sérgio Ávila e permanentemente “embadeiramente” em arco por parte do Sr. Vice-Presidente do Governo Regional e a angústia daqueles que estão à espera que lhes seja pago aquilo que lhes é devido.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos deputados do PSD)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Passo a palavra ao Sr. Vice-Presidente e informo que lhe faltam 3 minutos e 55 segundos.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, começava por responder ao Sr. Deputado Aníbal Pires. Em relação às questões das alterações orçamentais, efetivamente, Sr. Deputado, há centenas de alterações orçamentais, mas há também que lembrar e distinguir o que são alterações orçamentais decorrentes da alteração de classificação económica e isso não é aprovado pela Assembleia. Ou seja, o Plano quando é aprovado é aprovada a dotação por ação, não é aprovada a distribuição da ação por rubricas de classificação económica. Uma parte substancial, a esmagadora maioria das alterações são alterações de classificação económica dentro da mesma ação. Ou seja, é uma matéria que não sendo competência da Assembleia aprovar, das alterações não resultará, evidentemente, a vinda à Assembleia de algo que não é competência da Assembleia.

Portanto, quando se fala de centenas, o grande número é este.

Evidentemente que existe aqui uma limitação clara. O valor não pode ser alterado por programa.

Segundo aspeto essencial que gostaria de dizer em relação às parcerias público-privadas.

Deputado Aníbal Pires (PCP): E as rubricas?

O Orador: Sra. Deputada Zuraída Soares, eu penso que constitui uma boa notícia para si, para os Açores e também para si, que, em relação à Conta de 2011, o Tribunal de Contas, na página 154,...

Deputada Zuraída Soares (BE): Claro que sim!

O Orador: ... diga que as obrigações contratuais são 1 milhão 937 mil euros e, em 2012, são menos 500 milhões de euros.

Deputada Zuraída Soares (BE): Com certeza! Mas não responde à minha pergunta!

O Orador: Menos 500 milhões de euros! Ou seja, quando perante isto, de acordo com este quadro, temos um valor de menos 500 milhões de euros, penso que estamos falados sobre isso.

Deputada Zuraída Soares (BE): Não estamos! Lei de Finanças Regionais!

O Orador: Em relação...

Deputado António Marinho (PSD): Já estamos a falar a mesma linguagem! Bem-vindo!

O Orador: ... àquilo que disse o Sr. Deputado António Marinho, vou ser muito claro.

Primeira questão. Eu não classifiquei nada com cor nenhuma, nem fiz nenhuma avaliação em relação aos dados. Factos são factos. São os dados que o senhor não contestou e que confirmou; são os valores e os dados de acordo com os critérios europeus; são os valores e os dados e os mesmos critérios que o Governo do seu partido na República usa, exatamente o mesmo, ponderando toda a realidade de acordo com as regras europeias, e tudo aquilo que referiu está refletido nestes dados e os valores correspondentes estão confirmados. É esta a nossa realidade...

Deputado António Marinho (PSD): Não é a realidade. A realidade é que o Tribunal de Contas diz o contrário de si!

O Orador: ... e é a comparação desta realidade com a realidade do país, com a realidade da Madeira que eu fiz. E, comparativamente os mesmos dados, os mesmos critérios e a mesma realidade, os resultados são estes e são claramente comparativamente substancialmente melhores. São os ideais? Não são!

Deputado António Marinho (PSD): Não há nada como ter lata!

O Orador: Nunca serão os ideais, mas serão...

Não são os ideais, mas são sempre, sempre, sempre aqueles que resultam nesta matéria de um património que a região tem, que os açorianos têm, não é o Governo dos Açores, que os açorianos têm de dizer claramente que não contribuíram para o problema orçamental do país e cumprem integralmente de acordo com as regras definidas com os critérios de execução orçamental e tem conseguido não só atingir as metas contratualizadas, como superado os resultados a que se tinham proposto e que se tinham comprometido com a República e com as entidades europeias. E isso é reconhecido por todos, e isso é um património dos Açores, é um património dos açorianos que deve ser valorizado e utilizado por todos na defesa dos Açores.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Em relação a rubricas do Orçamento, não falou!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente.

Posso informar que não tem mais tempo e acabou mesmo em cima.

Dou, de imediato, a palavra à Sra. Deputada Zuraida Soares e tem dois minutos e quinze segundos.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu não sei se o Sr. Vice-Presidente fez de propósito em esgotar o tempo sem me responder, mas eu vou insistir e vou pedir-lhe para escrever no seu caderninho para, numa próxima oportunidade, me responder às duas perguntas

que eu lhe fiz diretamente, três vezes, e o Sr. Vice-Presidente fez o favor de não me responder.

Primeiro. O Sr. Vice-Presidente quer que eu fique contente com as notícias sobre as parcerias público-privadas? Eu estou contentíssima, Sr. Vice-Presidente, mas ficava muito mais contente se o Sr. Vice-Presidente me dissesse: primeiro, qual é a taxa de rentabilidade destas parcerias; segundo, o que é que impede que elas sejam renegociadas. Fazia de mim uma mulher feliz. Eu ficava muito mais contente. Por três vezes perguntei, por três vezes não respondeu.

A seguir, perguntei três vezes: estão ou não estão o Governo Regional e o Partido Socialista disponíveis para iniciarem uma luta séria, consequente e com eficácia pela revisão da atual Lei de Finanças Regionais? Fiquei sem resposta.

Aponte no seu caderninho...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não tenho tempo!

O Orador: Eu sei, eu sei que agora não tem tempo.

Mas aponte no seu caderninho, porque eu não me vou esquecer de lhe voltar a fazer as perguntas.

Muito obrigada.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Com prazer!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Não tenho mais inscrições.

Srs. Deputados, se não querem fazer mais nenhuma intervenção, fim do debate.

Vamos proceder à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam a favor agradeceia que se mantivessem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

(Risos da câmara)

Agradeceia que a Sra. Secretária anunciasse o resultado da votação.

Secretária: A proposta de resolução apresentada foi aprovada com 28 votos a favor do PS; 20 abstenções do PSD; 3 do CDS-PP; 1 do BE; 1 do PCP; 1 do PPM.

Presidente: Muito obrigada.

Sra. Deputada, tem a palavra para uma interpelação à Mesa. É o artigo (convém fazer aqui...).

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é preciso!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A gente sabe! Diga só quando é que recomeçamos!

Presidente: ... 86º e faça o favor de fazer a interpelação à Mesa.

Deputada Zuraída Soares (BE): Pedir um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: Está concedido.

Deputada Zuraída Soares (BE): Muito obrigada.

Presidente: É regimental e o intervalo também, informo a V. Ex.^{as} que é o artigo 67º.

Vamos voltar, são vinte para as cinco, meia hora, quinze minutos, às cinco horas, para a Sra. Presidente também chegar.

Bom intervalo para todos.

Eram 16 horas e 44 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos entrar no ponto 6 da nossa Agenda.

Eram 17 horas e 34 minutos.

(Após o intervalo, a Sra. Presidente da ALRAA voltou a ocupar o seu lugar na Mesa)

Petição n.º 9/X – “Encerramento da Estação dos Correios da Maia”, apresentada por Maria Angelina Pereira Pacheco, na qualidade de subscritora.

Como sabem, cada grupo ou representação parlamentar dispõe do máximo de 10 minutos, por uma única vez, para intervir no debate.

Para a apresentação do relatório, tem a palavra o Sr. Deputado José Ávila, relator da Comissão de Economia.

Deputado José Ávila (*PS*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

RELATÓRIO E PARECER

RELATÓRIO E PARECER SOBRE A PETIÇÃO “ENCERRAMENTO DA ESTAÇÃO DOS CORREIOS DA MAIA”

TRABALHOS DA COMISSÃO

A Comissão Permanente de Economia reuniu no dia 28 de Janeiro de 2014, na Delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade de Ponta Delgada e por videoconferência, a fim de analisar e dar parecer sobre a Petição “Encerramento da Estação dos Correios da Maia”.

1º. Capítulo – introdução

Em 13 de Junho de 2013, deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, uma Petição intitulada “Encerramento da Estação dos Correios da Maia”, cujo 1.º subscritor é a Senhora Maria Angelina Pereira Pacheco.

A autora da Petição apresenta, genericamente, a respetiva pretensão considerando os seguintes pressupostos:

1. A existência de informações que apontavam para o propósito de encerramento da Estação dos Correios da freguesia da Maia, Ilha de S. Miguel;
2. Aquela instituição tem prestado um inestimável serviço às populações das freguesias da Maia, Porto Formoso, São Brás, Lomba da Maia, Fenais da Ajuda e Lomba de S. Pedro;

Justifica ainda que os eventuais fatores de ordem económica e financeira não se lhes afiguram concebíveis e aceitáveis.

Concluindo a autora refere que esta Petição expressa uma vontade coletiva mobilizada ao abrigo do exercício de uma cidadania empenhada e participada.

2º. Capítulo – enquadramento jurídico

O direito de Petição enquadra-se no âmbito do artigo 52.º da Constituição da República Portuguesa e é regulado e garantido pela Lei n.º 43/90, de 19 de Agosto, com as alterações introduzidas pelas leis n.º 63/93, de 1 de Março e n.º 15/2003, de 14 de Junho.

A apreciação na Comissão Permanente de Economia, exerce-se no âmbito do n.º 4 do artigo 73.º do Estatuto Administrativo da Região Autónoma dos Açores e nos termos dos artigos 189.º a 193.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

3º. CAPÍTULO – APRECIACÃO na generalidade e na ESPECIALIDADE

A Petição em análise tem como justificação, da parte dos seus proponentes, em termos genéricos, evitar o encerramento da Estação dos Correios da Maia, ilha de S. Miguel, que serve aquela freguesia e as freguesias limítrofes (Porto Formoso, São Brás, Lomba da Maia, Fenais da Ajuda e Lomba de S. Pedro).

Nestes termos, a presente petição propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores interceda no sentido de impedir que tal encerramento aconteça.

A Comissão de Economia deliberou ouvir a primeira subscritora da petição, Sra. Maria Angelina Pereira Pacheco, visitar a RIAC e as antigas instalações dos CTT na Maia e ainda ouvir os dirigentes dos CTT:

No dia 30 de Outubro de 2013 a Comissão ouviu a primeira subscritora que veio acompanhada pelo Sr. Jaime Rita, Presidente da Junta de Freguesia da Maia e Presidente da Casa do Povo da mesma freguesia.

O Presidente da Comissão, no início do debate da Petição, e os (as) Deputados (as), aquando das suas intervenções na discussão e pedidos de esclarecimentos, enaltecera a iniciativa e consideraram que esta era uma contribuição importante para a participação dos cidadãos nas decisões políticas nos Açores.

A Peticionária Maria Angelina Pacheco, na apresentação dos motivos que levaram a esta iniciativa, começou por afirmar que os CTT encerraram a sua Estação na Maia que servia as populações desde o Porto Formoso à Lomba da Maia e transferiram os seus serviços para o rés-do-chão da Casa do Povo onde funcionava o posto da RIAC, espaço que, para além de muito exíguo, se situa numa estrada quase sem passeio, com muito movimento e que, por isso, cria situações de algum perigo para as pessoas que, muitas vezes, têm de esperar pela sua vez no exterior do edifício.

Para além disso a Peticionária referiu que o serviço prestado baixou de qualidade nomeadamente no fornecimento de dinheiro para os pagamentos que agora era menos eficiente, o que deixava muitos cidadãos à espera para receberem as suas pensões.

O Presidente da Junta corroborou aquilo que tinha sido dito e informou a Comissão que a transferência para o posto da RIAC foi um recurso e que era visível a falta de qualidade do serviço prestado aos cidadãos destas

freguesias, referindo ainda a questão das dificuldades nos transportes que implicava a perda de um dia para quem necessitar daquele serviço.

Ressalvou que esta Petição tinha a ver, como objeto central, com uma questão eminentemente social pela importância que aquela estação com mais de 120 anos e que prestava um serviço a cerca de sete mil habitantes.

O Deputado Jorge Macedo constatou que os serviços de distribuição de cartas e encomendas postais eram resolvidos de forma satisfatória e perguntou qual a justificação para não acontecer o mesmo com o pagamento das pensões e se não seria bom sugerir ao Governo dos Açores instalar o posto da RIAC noutra espaço mais amplo e a contratação de mais um elemento para reforçar a equipa.

O Presidente da Junta afirmou que o funcionário daquela estação tinha sido transferido para o Nordeste e que os dois carteiros foram para o posto da RIAC a partir de onde prestam o serviço e que não tinha ideia se isso teria como efeito a redução de custos.

Reafirmou que o serviço público tinha de ter uma função social e não apenas uma visão economicista, pois naquele caso estavam em causa sete mil pessoas e seis freguesias. “A alternativa fica na Ribeira Grande ou nas Furnas”, disse ainda o autarca.

A Deputada Marta Couto começou por afirmar que a possibilidade de instalar a RIAC noutra espaço nada tinha a ver com esta situação, referindo que o encerramento da Estação dos Correios da Maia era uma decisão e uma competência do Governo da República e que, por conseguinte, a realocização daqueles serviços não deveria ser colocada ao Governo dos Açores. Por fim perguntou aos participantes se era possível aferir do número de pessoas que recorriam à RIAC e aos CTT.

A Peticionaria afirmou que não sabia dar essa resposta, mas tinha a certeza que o tempo de espera tinha aumentado substancialmente, mas que o principal problema residia na falta de liquidez da tesouraria para satisfazer todos os pagamentos.

O Presidente da Junta, em complemento, afirmou que antes da transferência para a RIAC tinham sido contabilizados 9300 atendimentos/mês e que o tempo de espera nessa altura não era de 2 horas, mas, voltou a salientar, o maior problema residia no reduzido fundo de maneio, já que os CTT tinham uma conta própria que era gerida por eles próprios e que não originava ruturas.

O Deputado Aníbal Pires começou por afirmar que o caso dos CTT da Maia não era único, pois situações idênticas estavam a acontecer com outras organizações públicas ou privadas e que esta estratégia estava inserida na privatização dos CTT. Depois reforçou a ideia que esta opção de transferir os serviços daquela empresa para a RIAC era apenas um recurso até porque aquela rede não tinha sido concebida para este tipo de prestação de serviço. Esta solução apenas subcarregava os funcionários que têm de ultrapassar as suas competências.

Referiu ainda que a estratégia devia passar pela exigência da reabertura da Estação dos CTT da Maia e não pela desculpabilização dos CTT.

Perante estas observações a Peticionário afirmou que o essencial era mesmo reabrir a Estação dos CTT da Maia, mas era importante, caso isso não fosse possível, encontrar outro espaço com maior dimensão.

A Deputada Graça Silveira depois de concordar que esta era uma competência do Governo da República quis saber dos presentes se esta era uma questão de espaço ou de serviços e se as dificuldades estavam no pagamento das pensões, no espaço reduzido ou na falta de funcionários.

O Presidente da Junta a esse propósito referiu que a questão relativa ao pagamento de pensões poderia passar também pela redução do fundo de maneio dos balcões bancários e de seguida fez um elogio à RIAC por ter assumido o balcão dos CTT pois a decisão era mesmo encerrar e que aquele organismo fazia tudo o que podia para servir a população.

A Deputada Zuraída Soares afirmou que esta reivindicação era justa. De seguida reforçou a ideia que o Governo da República do PSD e CDS-PP era o responsável por este problema. “Esta a desinvestir cada vez mais

nas conquistas de todos nós e as sete mil pessoas aqui referidas foram apanhadas por este Governo da República que quer tornar os CTT mais baratos para depois os privatizar”, referiu ainda.

Por fim afirmou que este Governo da República seria obrigado a encontrar uma solução que minimizasse o problema desta população.

O Presidente da Comissão, Deputado Francisco César, afirmou que os CTT tinham balcão próprio e dois funcionários na Maia e que esses serviços tinha sido transferidos para a RIAC juntando assim mais uma enorme variedade de serviços que implicavam uma grande logística e como tal era impossível exigir à RIAC a mesma qualidade. Referiu ainda que, neste caso específico, a RIAC estava a substituir os CTT nos seus deveres de serviço público.

Por último afirmou que era do interesse da Comissão ver o espaço, ouvir a população e os CTT e depois apurar o que era possível o Governo Regional ajudar.

O Presidente da Junta referiu que a RIAC fazia tudo à exceção dos produtos financeiros e que, na sua opinião, não deveríamos fazer o que era obrigação do Governo da República.

O Deputado Jorge Macedo afirmou que o PSD/A tem sempre criticado o Governo da República, quando, qualquer que ele seja, se pretende ou encerra serviços na Região Autónoma dos Açores e o caso do Posto dos CTT da Maia não era exceção. Referiu que o PSD/A defende a reabertura do Posto dos CTT da Maia mas, mais do que os diferendos de natureza partidária, a prioridade é resolver o problema objeto da petição, nomeadamente encontrar uma solução que garanta a melhoria efetiva das condições da prestação do serviço às populações.

Respondendo à interpelação do Presidente da Junta sobre qual a sua opinião sobre esta situação, o Deputado Jorge Macedo afirmou que o PSD criticava tudo o que penalizasse os Açores, como foi o caso do encerramento de repartições de Finanças. “Em primeiro lugar os Açores e depois as divergências partidárias”, afirmou.

De seguida o Deputado referiu que se não for possível a reabertura dos CTT na Maia era necessário encontrar uma solução que facilitasse a vida das pessoas, num espaço condigno e que essa solução teria de ser encontrada no âmbito da colaboração entre as forças vivas e o Governo Regional.

O Presidente da Junta a esse propósito respondeu que esse espaço já existia e que reunia todas as condições. Era o próprio edifício dos CTT que já tinham tentado arrendar.

O Deputado António Toste perguntou, tendo em conta a impossibilidade de reabrir os CTT, se já tinham equacionado a hipótese de serem as próprias juntas a efetuar esse serviço.

O Presidente da Junta respondeu dizendo que 90% das Juntas não tinham funcionário administrativo a tempo inteiro e como tal não podiam assumir essa responsabilidade.

A Deputada Graça Silveira referindo que era uma responsabilidade da República manter este serviço e como tal havia o direito de o reclamar, disse que o mais importante era resolver o problema, muito embora se mantivesse a exigência e por isso propôs que mantivesse uma negociação com os CTT sobre esta matéria.

O Presidente da Junta desejou que esta Petição trouxesse frutos e que fosse encontrada uma solução justa para aquela população e informou que enquanto exercer aquele cargo nunca abdicará de o tentar conseguir.

No dia 4 de Fevereiro de 2014 a Comissão visitou a RIAC, o edifício dos CTT e ainda manteve contatos com a Junta de Freguesia da Maia, Casa do Povo da Maia e população.

No dia 27 de Fevereiro de 2014 a Comissão ouviu a Dra. Dionísia Ferreira dos CTT, que estava acompanhada pelo Dr. Pedro Silva

A Deputada Marta Couto começou por referir que tinham surgido boas notícias no sentido de se utilizar as instalações dos CTT pela RIAC, o que ia ao encontro das expectativas de cerca de sete mil pessoas, mas que, no

entanto, não deixava de haver algumas questões que, no seu entender, necessitavam de esclarecimentos.

A primeira questão tinha a ver com os serviços prestados e, nesse âmbito, queria saber da existência de determinados serviços que não estavam disponíveis na Maia.

Perguntou também se iriam encerrar novas estações dos CTT em 2014 e se a resposta fosse positiva queria saber exatamente onde.

Outra questão tinha a ver com o fundo de manuseio para pagamento das pensões, uma vez que por diversas vezes não havia dinheiro para pagamento das mesmas, o que acarretava enormes incómodos para uma população idosa, pelo que gostava de saber se estas situações iam ser tidas em conta e minimizadas no futuro;

Por último quis saber se os funcionários da RIAC têm formação para prestar os serviços dos CTT e, caso resposta seja negativa, se estava prevista essa formação.

A Dra. Dionísia Ferreira afirmou que relativamente aos serviços prestados a resposta era afirmativa, uma vez que de facto havia uma série de serviços, nomeadamente financeiros, que não eram prestados porque o regulador não o permitia.

Em relação ao encerramento de novas estações dos CTT no Açores, informou que em 2014 não haveria novos encerramentos.

Quanto aos pagamentos das reformas e pensões, referiu que os problemas de falta de tesouraria em determinados dias não era exclusivo dos Açores e tinha a ver com o facto de não ser possível prever com exatidão a afluência em cada dia, o que provocava, por vezes, falta de verbas em caixa para efetuar todos os pagamentos, mas que, no entanto, tudo seria efetuado de forma a minimizar este problema.

Relativamente pergunta sobre os funcionários respondeu que os mesmos tiveram formação adequada e têm acompanhamento específico.

O Deputado Jorge Macedo começou por dizer que, no entendimento do PSD, o posto dos CTT da Maia, que serve uma população de cerca de

sete mil pessoas, muitas com dificuldade de mobilidade e sem transportes, devia reabrir. “O segundo entendimento é que na prática se disponibilize um espaço com melhores condições, independentemente de quem é a responsabilidade do espaço. Uma terceira questão e preocupação, tem a ver com a falta de dinheiro na estação, o que muitas vezes implica gastos dos pensionistas em táxis, mais do que uma vez”, disse o Deputado.

Referiu ainda que na sequência da visita efetuada pela Comissão à freguesia da Maia, foi referido, quer pela população quer mesmo pelos diferentes partidos, que a melhor solução, atendendo à situação, seria a cedência do espaço dos CTT à RIAC, sabendo-se que já havia um entendimento. Sobre esta situação o Deputado quis saber em que condições o mesmo foi cedido à RIAC, nomeadamente com que contrapartidas e por quanto tempo.

A Dra. Dionísia Derreia esclareceu que o espaço foi cedido a título gratuito, nos exatos termos do protocolo existente, onde se prevê uma cedência anual com renovação automática por período igual caso não seja denunciado por nenhuma das partes.

A Deputada Graça Silveira perguntou se não haveria mais encerramentos de estações dos CTT nos Açores e qual a situação dos funcionários dos CTT que estavam na Maia.

Relativamente à falta de verbas para as pensões, referiu ter a informação que o problema se tinha agravado, pelo que gostava de saber se houve alguma alteração no *modus operandi* desses pagamentos.

Em resposta à Deputada, a DRa. Dionísia Ferreira referiu não estar previsto qualquer encerramento de estações dos CTT nos Açores.

Relativamente ao número de funcionários esclareceu que a RIAC possuía o número necessário e suficiente para dar resposta às necessidades e que os colaboradores dos CTT da Maia passaram a prestar serviço no Nordeste.

Por fim esclareceu que relativamente às verbas disponíveis para as pensões de reforma, a situação pode ter a ver com a disponibilidade de caixa do próprio banco, uma vez que não houve qualquer alteração na forma de proceder.

A Deputada Marta Couto questionou a convidada quanto ao processo de avaliação prévia feita pelos CTT para encerramento da estação da Maia, nomeadamente quais os fatores que estiveram subjacentes ao mesmo e se os critérios foram idênticos aos do Continente.

O Dr. Pedro Silva, respondendo a esta questão, referiu que utilizaram o critério da distância em relação ao ponto de acesso, o que teve também a ver com alteração do modelo de negócio. Referiu ainda que, mesmo assim, os CTT optaram por permanecer o mais junto da população possível, disponibilizando os seus serviços através de parcerias com outras entidades.

Quanto aos serviços disponibilizados informou que esse aspeto tinha a ver com o tipo de procura, sendo que os produtos de poupança não tinham procura na estação da Maia.

A Dra. Dionísia Ferreira acrescentou que os CTT, na sua reestruturação, não pretenderam diminuir os serviços à população, mas antes optado por outra forma de o fazer.

4º. CAPÍTULO – parecer

1. Os CTT – Correios de Portugal, S.A. (CTT) são o operador designado para a prestação do serviço postal universal em Portugal, através de um Contrato de Concessão assinado com o Governo em setembro de 2000.
2. Ainda pelo mencionado contrato de concessão ficam os CTT investidos num conjunto de obrigações, de que se destaca:
 - Garantir a prestação dos serviços concessionados em todo o território nacional;

- Assegurar a interoperabilidade, continuidade, disponibilidade e qualidade dos serviços concessionados;
 - Fornecer aos utilizadores informações sobre as condições gerais de acesso e de utilização dos serviços prestados;
 - Garantir a existência de serviços de apoio ao utilizador, nomeadamente um sistema de tratamento de reclamações;
 - Manter em bom estado de funcionamento, segurança e conservação a rede postal;
 - Assegurar a recolha e distribuição postal em todos os dias úteis;
 - Prestação do serviço universal de acordo com padrões e indicadores de qualidade definidos.
3. Até 2020 a concessionária do serviço postal universal (CTT) mantém-se como prestadora de serviço universal, continuando em vigor as bases da concessão aprovadas ao abrigo da legislação revogada pela nova Lei Postal (Lei nº 17/2012, de 26 de abril, que estabelece o regime jurídico aplicável à prestação de serviços postais em plena concorrência), salvo no que for incompatível com o regime da Lei;
 4. Os Estatutos da “CTT - CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.” (doravante CTT) indicam, no seu artigo 3.º, que esta sociedade é responsável por assegurar o estabelecimento, gestão e exploração das infraestruturas e do serviço público de correios;
 5. Os CTT têm o dever de servir as populações, como serviço prestado por empresa cujo maior acionista é o Estado Português, logo devendo, como designa o seu Código de Ética, oferecer os “mais elevados padrões de qualidade no fornecimento de bens e serviços aos clientes”;
 6. O encerramento da estação de CTT na freguesia de Maia afetou cerca de 6500 pessoas e, tendo os CTT passado para as instalações da RIAC – Rede Integrada de Apoio ao Cidadão daquela freguesia, aquelas instalações, que eram adequadas para este serviço do Governo Regional,

deixaram de ter dimensão suficiente para acolher igualmente os CTT e as pessoas que a estes acorriam;

7. Apesar de ter sido anunciado pelo Governo Regional dos Açores que os serviços da RIAC – Rede Integrada de Apoio ao Cidadão e, conseqüentemente, os serviços dos CTT, se transfeririam para o edifício onde antes funcionavam os Correios, é ponto assente que a obrigação da prestação dos serviços de Correios em condições de qualidade pertence aos CTT;
8. Não obstante ter sido garantido que não haveria mais encerramentos de Estações de CTT nos Açores, a Comissão reitera que é essencial, dada a dispersão geográfica característica dos concelhos e freguesias dos Açores, que nenhuma outra estação de Correios encerre;
9. No entanto, a ser ponderada a inevitabilidade do encerramento de qualquer estação de CTT nos Açores, deverá ser aquela empresa a providenciar as condições e meios necessários aos organismos a que se associar na delegação das funções que normalmente desempenha;
10. A Petição por ser subscrita por **1.109** peticionários deverá subir a Plenário nos termos regimentais;
11. Do Relatório deverá ser dado conhecimento à primeira subscritora da Petição.

O Relator: *José Ávila*

O presente relatório foi aprovado, por unanimidade.

O Presidente: *Francisco César*

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Sr. Deputado Félix Rodrigues, tem a palavra.

(*) **Deputado Félix Rodrigues (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, eu queria saudar, em nome do CDS-PP, os subscritores desta petição por fazerem esta casa da democracia açoriana refletir sobre a importância da existência e manutenção de serviços de proximidade em ilhas como as nossas, bem como da necessidade de articulação entre as partes que podem e devem resolver ou evitar problemas às populações que vivem mais afastadas dos grandes centros populacionais. Trata-se, assim, de um ato louvável de cidadania, cada vez mais importante nos tempos que correm.

O CDS-PP está deveras preocupado quando verifica que critérios empresariais levam a não atender às aspirações de aglomerados populacionais de cerca de 6500 pessoas. Esse número é deveras importante quando atendemos ao facto de que algumas ilhas açorianas possuem uma população inferior a esse mesmo número.

Até 2020, como foi dito, a concessionária do serviço postal universal CTT mantém-se como a prestadora de serviço universal. Assim sendo, há que exigir a prestação deste serviço.

Felizmente, temos autonomia, o que nos permite fazer face a esse problema e organizarmo-nos para dizermos não e explicar as razões pelas quais a freguesia da Maia não quer e não pode ter o encerramento da estação dos CTT.

Apesar de terem sido encerradas no país dezenas de estações de correio, bem como na Região Autónoma da Madeira, a realidade açoriana é muito diferente daquela que existe nesses locais. Desde logo, a dispersão geográfica das nossas ilhas, cuja mobilidade não pode ser comparada à que existe no espaço territorial contínuo continental português ou mesmo na ilha da Madeira.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP saúda, naturalmente, os peticionários, e, relativamente a esta questão do encerramento do posto de correios na Maia, acrescentar o seguinte. Não é caso único, embora, por razões diversas, essa

questão não tenha vindo ao nosso conhecimento formal. Mas a representação parlamentar percebe e compreende que os peticionários têm de se dirigir, desde logo, a este órgão, que é o órgão que o povo elegeu, mas há aqui uma questão que me parece que não pode ficar à margem disto.

O encerramento do posto de correios na Maia, assim como o encerramento de postos de correio noutras freguesias e noutras localidades da nossa região fica a dever-se a uma estratégia que conduziu à privatização dos CTT. E isto não pode ficar à margem desta discussão. O encerramento dos postos foi preparando a privatização dos CTT e, portanto, tudo aquilo que possa ser dito e feito sobre esta questão não pode esconder esta realidade. E o encerramento dos postos e, digamos, o afastamento dos serviços de proximidade, sejam estes ou outros, deve-se, de facto, a esta situação. E é bom que os signatários desta petição se lembrem que quem privatizou os CTT foi o Governo do PSD e do CDS-PP, assim como privatizaram e têm vindo a privatizar muitas empresas públicas fundamentais para o bom funcionamento do Estado português.

E, portanto, que fique claro, a principal responsabilidade pelo encerramento do posto de correio na Maia e em outras localidades da nossa região fica a dever-se à saga “privatizadora” do Governo do PSD/CDS-PP na República.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Marta Couto.

(*) **Deputada Marta Couto (PS):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Queria, antes de mais, saudar os peticionários pelo exercício de cidadania que operaram ao apresentarem esta petição, que surgiu no seguimento de receios de que a CTT - Correios de Portugal, SA. pretendia encerrar a estação de correios da Maia, no concelho da Ribeira Grande, estação esta que servia toda a população da zona nascente do concelho da Ribeira Grande, grande parte dessa população sendo pessoas idosas.

Os CTT na Maia fecharam, efetivamente, motivando a passagem dos serviços postais para as instalações da RIAC que, como foi verificado com a deslocação da Comissão de Economia à freguesia da Maia e às instalações que eram perfeitamente suficientes para acolherem os serviços da RIAC, serviços esses prestados com grande qualidade, segundo mesmo testemunhos da população, as instalações não eram, efetivamente, suficientes para acolher os dois serviços.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Grande RIAC!

O Orador: Na sequência de uma política de proximidade que tem sido apanágio deste Governo Regional, este Governo Regional nunca se escusou de dar a mão aos açorianos quando assim foi preciso e especialmente na tentativa de amenizar as medidas de austeridade que têm esvaziado continuamente as funções do Estado na região e de que também é imagem, clara, este encerramento dos CTT na Maia e em outras freguesias dos Açores.

Sendo assim, foi por esse motivo que o Governo Regional se movimentou no sentido de resolver o problema das pessoas daquela zona do concelho da Ribeira Grande e, conseqüentemente, também o problema dos peticionários que depois de manifestaram e se fizeram ouvir junto desta casa.

Chegou-se, assim, a um acordo com a CTT – Correios de Portugal, SA. para que tanto a RIAC como os serviços postais passassem para as antigas instalações dos correios naquela freguesia, ficando, desse modo, uma injustiça sanada e a população com serviços novamente de qualidade e com a segurança que as pessoas também nesta petição clamavam.

Neste sentido, cabe-nos dar uma palavra de reconhecimento ao Governo Regional pela predisposição que teve ao, de facto, ajudar as pessoas (é o seu dever, é verdade), felicitar também os peticionários por terem o problema resolvido e felicitar todas as pessoas da zona nascente do concelho da Ribeira Grande por terem outra vez um serviço de qualidade à disposição.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Jorge Macedo, tem a palavra.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Sr. Membro do Governo:

É um grande exemplo o exemplo dado pela D^a. Angelina Pacheco e por todos os peticionários desta petição agora, aqui, em debate.

O PSD criticou, desde a primeira hora, a posição dos CTT ao encerrarem a estação de correios na freguesia da Maia e criticamos não só este encerramento, como temos criticado qualquer que seja a cor partidária do Governo da República, repito, qualquer que seja a cor partidária do Governo da República, quando, tendencialmente, potencialmente ou acontece mesmo qualquer encerramento de serviços do Estado na Região Autónoma dos Açores.

Mas, ao criticarmos essa solução, ao criticarmos o encerramento do posto dos CTT na Maia, a nossa preocupação primeira foi encontrar solução viável, boa e duradoura para aquelas populações.

Ao contrário de outros, nós preferimos juntar-nos ao lado da solução em vez de permanentemente apontarmos o dedo ao culpado, que desde a primeira hora nós próprios identificamos.

Deputado André Bradford (PS): Quem é?

O Orador: Mas encontrada a solução, eu recebi uma mensagem de uma pessoa da Maia que dizia mais ou menos assim e que resume o sentimento que julgo que todos nesta casa, hoje, podem ter. “Estou muito contente. A vontade do povo e as vossas diligências fizeram com que se encontrasse uma solução.” É verdade.

Em primeiro lugar, estão de parabéns os peticionários; depois, estão de parabéns os habitantes das freguesias da Maia, Porto Formoso, São Braz, Lomba da Maia, Fenais da Ajuda e Lomba de São Pedro; depois, estão de parabéns todos aqueles que fizeram diligências e foram muitos.

Em primeiro lugar, e no âmbito desta petição, esta casa, a Assembleia Legislativa Regional dos Açores, através da Comissão de Economia e dos deputados que integram a Comissão de Economia.

Está de parabéns o Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Grande, Alexandre Gaudêncio,...

Deputado André Bradford (PS): Agora é que percebemos onde é que queria chegar!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Quem é que privatizou os CTT?

O Orador: ... que também diligenciou para que se encontrasse uma solução.

(Apartes inaudíveis da câmara)

O Orador: Repito. Estão de parabéns os deputados desta casa, está de parabéns o Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Grande, Alexandre Gaudêncio, está de parabéns o Governo Regional dos Açores,...

Deputado André Bradford (PS): Oh, senhor, não fizeram nada!

O Orador: ... estão de parabéns os CTT.

Quando nós reconhecemos o trabalho de todos,...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não nomearam todos, mas está bem!

O Orador: ... enaltecemos o trabalho de todos e não temos vergonha de nomeá-los todos, seria melhor porque hoje, aliás, no dia 27 ou 28 do mês passado, 27, suponho eu, do mês passado, todos já estávamos de parabéns, inclusive os CTT, que encontraram uma solução que era aquilo que os habitantes da Maia queriam, porque quando confrontados, em sede de Comissão de Economia, acerca de quem é a culpa, os peticionários revelaram uma extraordinária lucidez: “Não nos interessa identificar de quem é a culpa,...

Deputado André Bradford (PS): Nem ao senhor!

O Orador: ... nós queremos uma solução”.

Mas é curioso...

Deputado Manuel Pereira (PS): Quem é o culpado?

O Orador: ... também, e aí é que está a coerência do PSD. Também reconheço coerência em outros partidos. “Não me cai os parentes na lama” reconhecer coerência em outros partidos, mas quando o Sr. Presidente da Junta de Freguesia questionou o PSD diretamente: “Mas concorda com o encerramento do posto dos CTT na Maia?”, nós respondemos: “Nós criticamos, desde a

primeira hora, o Governo da República pelo facto de na altura (os CTT ainda não estavam privatizados) ter sido encerrado o posto dos CTT da Maia”. Mais claro do que isso, mais coerente do que isso, o PSD não pode ser.

Deputada Marta Couto (PS): Mas criticar só não basta, Sr. Deputado!

O Orador: E era importante que todos nesta casa, num dia de festa, pudéssemos ser igualmente coerentes.

Sra. Deputada Marta Couto, hoje é um dia de festa e o seu sorriso era muito importante para completar a minha intervenção.

O Orador: Termino...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Só se esqueceu do Governo, mas está bem!

O Orador: ... dizendo que este é o exemplo também de que quando o povo tem razão, e os poderes públicos se juntam à volta de uma causa, que é o caso, tudo se resolve, a contento do povo e da sua qualidade de vida.

Obrigado.

Vozes de alguns deputados do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos deputados do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Vai falar o especialista em correios!

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Dizia o Sr. Vice-Presidente que iria falar um especialista em correios. Infelizmente, e os colegas das Representações Parlamentares do Bloco de Esquerda e do PCP podem testemunhar isso, nós temos de ser especialistas em um pouco de tudo e é com toda a humildade que participamos...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Já não se pode fazer um elogio!

O Orador: ... em todas as discussões.

Oh, Sra. Deputada, para que eu possa prosseguir, foi um elogio ao vosso desempenho.

Portanto, o que eu devo aqui referenciar é que é evidente...

Deputado Aníbal Pires (PCP): É a favor ou foi a favor da privatização dos CTT?

O Orador: Deixe-me terminar, Sr. Deputado!

... que, do ponto de vista das representações parlamentares, nós não podemos ter especialistas destas e de outras áreas. Nós temos que, evidentemente, cumprir a nossa missão e a nossa missão é que o nosso partido, a nossa representação parlamentar possa participar em todos os debates. É evidente que é uma dificuldade acrescida, mas também é um desafio que nós aceitamos e é um desafio que é um compromisso de todos os partidos que aqui estão representados. E é isso que o PPM faz e é isso que as outras forças políticas, as outras representações parlamentares também fazem.

Devo dizer que, em relação a esta questão, tive a oportunidade de ler o relatório, aliás, um relatório cuja qualidade eu devo elogiar, o relatório da Comissão de Economia, onde a situação está muito bem descrita. A situação está muito bem descrita. Nós tínhamos aqui um problema que afetava 6500 utentes e que as pessoas colocaram, e colocaram de uma forma bastante assertiva à Comissão de Economia. A Comissão de Economia, envolvendo os deputados das diferentes forças políticas, desenvolveu um bom trabalho de auscultação das populações e também das entidades responsáveis que, de alguma forma, podiam resolver esta questão, e eu penso que foi encontrada aqui uma solução, uma solução equilibrada e que permite dar uma resposta objetiva.

Quantas vezes nós não conseguimos obter este tipo de resultados, que é alguém, um conjunto de pessoas que faz uma petição ao Parlamento e que esperam que os seus problemas sejam resolvidos.

Eu lembro, por exemplo, de tantos peticionários que pediram que as escolas das freguesias não fossem encerradas e que aqui, neste Plenário, foram discutidas essas questões.

Também uma questão do mesmo tipo, uma questão em que o legislador regional, que é o caso que eu estou a referenciar, queria centralizar os serviços, de alguma forma despovoando as nossas freguesias, retirando-lhes aquela vivência das crianças na sua própria freguesia,...

Deputado André Bradford (PS): O senhor já foi à Maia, já?

O Orador: ... prejudicando gravemente o futuro do desenvolvimento equilibrado das nossas ilhas.

E, nesse sentido, tantas vezes que nós não conseguimos que as entidades responsáveis voltassem atrás. Foi o caso destas escolas, em que estes projetos centralistas por parte do Governo Regional não foram alterados.

Deputado André Bradford (PS): Já estamos a falar de outra coisa qualquer!

O Orador: Neste caso, foi possível encontrar uma solução, foi possível dar uma resposta por parte deste Parlamento, que serviu de intermediário, que serviu de facilitador de uma solução, foi possível encontrar uma solução a esta questão.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: E, nesse sentido, eu penso que este caso é um caso exemplar, é um caso em que foi possível reunir as boas vontades, é um caso em que foi possível dar uma resposta objetiva a estes peticionários.

E, nesse sentido, eu acho que ganhou a democracia. E quando ganha a democracia, meus senhores, ganhamos sempre todos.

Muito obrigado.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições, damos, assim, por encerrado este ponto e avançamos na nossa Agenda para o ponto 7: **Pedido de autorização para prestação de depoimento, na qualidade de testemunha, o Sr. Deputado Luís Maurício Mendonça Santos, no âmbito de ação de processo sumário 98/11.6TBAGH.**

O relatório foi distribuído e é do conhecimento de todos.

Julgo não haver inscrições, pelo que vamos passar à sua votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O pedido de autorização foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O ponto 8 da nossa Agenda é também um pedido de autorização, neste caso para o Sr. Deputado Cláudio Borges de Almeida prestar depoimento na qualidade de testemunha (**Pedido de Autorização para prestação de depoimento, na qualidade de testemunha o Sr. Deputado Cláudio Borges de Almeida, no âmbito de ação de processo sumário 453/12.4YHLSB**).

O relatório também foi distribuído por todos.

Vamos, então, passar à sua votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O pedido de autorização foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Ponto 9 da nossa Agenda é um **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 61/X – “Recomenda ao Governo Regional a aplicação de tarifas reduzidas no transporte de viaturas e passageiros e a manutenção da oferta existente nas ligações marítimas entre as ilhas do Grupo Central, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.**

Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra para a justificação da urgência.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Sr. Membro do Governo:

A urgência deste Projeto de Resolução do PCP está diretamente relacionada com a entrada em funcionamento das novas embarcações que foram adquiridas pelo Governo Regional e que vão fazer a ligação no Grupo Central, designadamente o transporte de passageiros, de viaturas e carga. E o Projeto de Resolução, na sua parte resolutiva, as questões que aborda têm premência, têm urgência exatamente porque se prevê a entrada em funcionamento destes navios para muito breve.

Julgo que isso justifica perfeitamente a urgência desta iniciativa do PCP.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Como todos sabem, rege esta matéria o artigo 146º. Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

Não havendo, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tendo sido aprovada a urgência - e recordo que foi entregue por todos uma proposta de substituição integral deste Projeto de Resolução -, dou agora a palavra ao Sr. Deputado Aníbal Pires para a apresentação do diploma **(Projeto de Resolução n.º 61/X – “Recomenda ao Governo Regional a aplicação de tarifas reduzidas no transporte de viaturas e passageiros e a manutenção da oferta existente nas ligações marítimas entre as ilhas do Grupo Central”, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP).**

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Não é novidade para ninguém que os transportes marítimos, não só, mas também os aéreos e os terrestres, são fundamentais para que se crie na região um modelo de desenvolvimento que possa dinamizar, ou assente no comércio interno.

É sabido também, ainda sem grande pormenor, porque o Plano Integrado de Transportes foi apenas ontem distribuído, que alguma coisa vai acontecer em termos das alterações aos transportes marítimos, aéreos e terrestres.

No que concerne aos transportes, todos sabemos que esse tem sido um dos grandes problemas para o desenvolvimento da nossa região, designadamente quer em termos das frequências, quer em termos das tarifas que são praticadas.

Aquilo que se pretende é que o investimento que foi feito pela região possa servir como um fator potenciador do comércio interno, designadamente, e para já, em termos do Grupo Central.

E por isso aquilo que nós estamos aqui a propor tem a ver com a questão das frequências, isto é, para que não haja redução nas frequências, mas também para que as tarifas possam ter uma diminuição, de modo a que não sirvam de constrangimento à circulação quer de pessoas, quer, sobretudo, de mercadorias, para que se potencie o comércio interno entre as cinco ilhas do Grupo Central, porque quando falamos nas cinco ilhas do Grupo Central estamos a falar num mercado de cerca de 100 mil pessoas.

E, portanto, aquilo que se pretende é efetivamente que o tarifário e as frequências sejam adequadas e este desígnio que todos pretendemos, que é a dinamização do comércio interno e para já apontado para as ilhas do Grupo Central.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições para participarem no debate.

Não havendo, vamos, então, votar este Projeto de Resolução.

Sr. Deputado Miguel Costa, tem a palavra.

(*) Deputado Miguel Costa (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, as primeiras palavras para o reconhecimento da importância destes novos navios, pela qualidade, pelo conforto, e aqui com uma missão particular que é a dignidade que irão trazer ao transporte de doentes nestas ilhas. E isso era há muito esperado e ainda bem que estamos em vias de o conseguir com a entrada destes novos navios, em que a qualidade é substancialmente diferente.

Depois, houve uma grande confusão gerada nos últimos tempos pelos órgãos de comunicação social no que diz respeito a uns possíveis aumentos do tarifário, dos bilhetes na circulação aqui entre estas ilhas, principalmente do triângulo. E, portanto, isso já está amplamente esclarecido, anunciado pelo Secretário Regional da tutela, que anunciou taxativamente que não existiriam aumentos neste transporte,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está a esforçar-se, mas não consegue! Tem de esforçar-se mais um bocadinho!

O Orador: ... aliás, inclusivamente, isto no âmbito da apresentação do Plano Integrado de Transportes, anunciando um passe de 22 dias, que é excecional para quem utiliza este meio de transporte todos os dias para o seu trabalho.

E, portanto, essas são as verdadeiras, o incremento de algumas vantagens com a introdução destes novos barcos, e aqui também o transporte de viaturas, como apresenta no Projeto de Resolução do PCP, de uma forma regular, foi exatamente nesse sentido que os barcos foram construídos. Aliás, é para isso mesmo também, para garantir esse transporte regular de viaturas.

Agora, há aqui algo que deve ser trabalhado e é isso que o Governo está a fazer no âmbito do Plano Integrado de Transportes para garantir uma tarifa que seja competitiva e atrativa, mas para isso também é necessário (e é isso que está a ser feito) uma articulação com os parceiros privados, que já desenvolvem esse tipo de serviço. E, portanto, como não podia deixar de ser.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah, é para andar! Não sabia!

O Orador: Nesse sentido, não trazendo nada de novo, mas sendo preocupações que também partilhamos, votaremos a favor desta Proposta de Resolução.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! Que novidade! Os barcos são para navegar e os senhores votam a favor!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Não há mais inscrições?

Sra. Deputada Ana Espínola, tem a palavra.

(*) **Deputada Ana Espínola (CDS-PP)**: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As ilhas do Grupo Central não devem continuar a ser esquecidas pelo Governo Regional. Mais uma vez reforço a ideia de que é neste grupo que existe um fluxo de passageiros e tráfego comercial com viagens regulares e diárias durante todo o ano.

O famoso triângulo tem passado um conceito muito apregoado, mas que não tem tido resultados concretos nem o retorno financeiro desejado.

No Grupo Central da Região Autónoma dos Açores é preciso lembrar que existem dois triângulos: São Jorge, Pico e Faial; e São Jorge, Terceira e Graciosa.

Estes investimentos realizados pelo Governo Regional, nomeadamente a aquisição das embarcações Mestre Simão e Gilberto Mariano, embora até à data continuem apenas em exposição no Terminal de Cruzeiros da Horta, e que se espera que comecem a navegar em pouco tempo para que não continuemos a viajar nos velhinhos cruzeiros, vão ao encontro dos desejos da população das ilhas do Grupo Central, que definha à espera que o Governo Regional mude as políticas de transporte, e, neste caso, de transporte marítimo, para que consigamos ter um desenvolvimento harmónico na Região Autónoma dos Açores.

O que se espera com esses investimentos em embarcações, com o Plano Integrado de Transportes, é que assegurem e mantenham, ou melhorem, as ligações em vigor e que as tarifas de passageiros não sofram um acréscimo de custos para o utilizador, que tornem estas ligações pouco atrativas para residentes e visitantes.

É urgente que definam as ligações marítimas, a sua regularidade, as tarifas correspondentes e o início da entrada em serviço das novas embarcações, porque esses dois triângulos das ilhas do Grupo Central já estão à espera há 17 anos por transportes marítimos de passageiros fiáveis, regulares e com tarifas

acessíveis, que permitam aumentar a coesão territorial e permitam dinamizar a economia local, que atrofia dia a dia.

No entanto, temos a registar que o Sr. Deputado Aníbal Pires já fez uma alteração à sua proposta inicial, que, inicialmente, tínhamos que deveriam ser as tarifas de tráfego de viaturas que permitiam a circulação diária que fossem “substancialmente inferiores às atualmente praticadas no circuito turístico sazonal da Atlânticoline” para agora termos que sejam “tendencialmente inferiores às atualmente praticadas”.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Tendencialmente! Que vergonha!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PCP não sabe o que é que quer, mas isso não era muito grave; grave é o PS também não saber o que é que quer, porque eu relembro que, no passado Plenário, na passada Sessão Legislativa, o PSD apresentou, nesta casa, nesta câmara, um Projeto de Resolução, com pedido de urgência, no sentido de que fossem mantidas, com os novos navios, as mesmas ligações que atualmente são asseguradas pelos navios Cruzeiro e Expresso do Triângulo.

O argumento do Partido Comunista, através do Sr. Deputado Aníbal Pires, foi “Isso é pouco! Manter aquilo que se tem é pouco! Aliás, porque não querer mais? Portanto, vamos baixar isso à comissão de modo a que possa ser analisado se, de facto, melhor não seria um pouco mais”. Pronto! E nós até concordamos, se calhar o Partido Comunista tem aí alguma ideia luminosa que permita que as ligações entre o Faial e o Pico aumentem de cinco para mais no período de inverno, e de oito para mais no período de verão. Quando não é a nossa estupefação quando nós, hoje, vemos um Projeto de Resolução do Partido Comunista a dizer que, afinal, é urgente debater, nesta casa, aquilo que não era urgente debater há três semanas quando o teor do Projeto de Resolução, numa das suas componentes, é rigorosamente igual.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Tal carrete!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não é não!

Deputado André Bradford (PS): Isso é uma acusação grave!

O Orador: Fica argumentado relativamente àquilo que disse no princípio que o PCP não sabe o que é que quer ou, pelo menos, parece não saber o que é que quer.

Mas mais grave do que isso é o Partido Socialista também não saber o que é que quer, porque juntando os mesmos argumentos que utilizei há pouco, os vossos foram em tudo semelhantes.

Temos um Plano Integrado de Transportes e manter pode até não ser o razoável, pode até ser possível aumentar. Hoje já esses argumentos não valem, já hoje é possível discutir aqui o Projeto de Resolução do PCP, em tudo idêntico ao do PSD relativamente à manutenção das ligações atuais asseguradas pelos navios cruzeiros.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ro-ro!

O Orador: Mas ainda mais grave do que o PCP não saber o que é que quer, ainda mais grave do que o PS não saber o que é que quer é nós constatarmos que o Governo Regional também anda completamente às aranhas. Se não, vejamos.

Os navios chegaram, o primeiro chegou em novembro. Eu tive a oportunidade de estar na sessão de o “partir a garrafa contra o casco do Mestre Simão”.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não me digas!

O Orador: Tive essa oportunidade e tive oportunidade de visitar o navio.

Já passaram quatro meses, o argumento é de que se estão a tratar das certificações. É legítimo, pese embora haja especialistas que dizem que quatro meses é tempo demais. Mas é legítimo, é razoável. Vamos dizer que é razoável. Depois, chegou outro navio.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Eles poupam combustíveis enquanto estão parados!

O Orador: Recentemente é dito que os navios vão começar a operar em março. Nós já estamos no dia 12 de março. O mês de março termina daqui a pouco mais de 17, 15 dias, meio mês, vamos aligeirar (daqui a meio mês acaba o mês

de março), e nós não sabemos, hoje (por isso é que eu digo que o Governo Regional anda às aranhas), qual é o tarifário, nós não sabemos quais são as ligações e nós não sabemos quanto é que custa transportar uma viatura em barcos e em navios que estão parados no porto há quatro meses.

Deputado Miguel Costa (PS): Vai saber!

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Demagogia!

O Orador: Essa é a realidade.

Oh, Sr. Deputado Lúcio Rodrigues,...

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Demagogia!

O Orador: ... isto são os factos. São os factos! São os factos!

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Isso já foi explicado! Isso é demagogia!

O Orador: Mas...

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Pelo amor de Deus! Vê-se logo que o senhor percebe muito de navios!

O Orador: Mas tudo agora é apresentado às pinguinhas.

(Pausa)

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Vá, continue, Sr. Deputado!

O Orador: Eu não vou pedir ao Sr. Deputado Lúcio Rodrigues o mesmo sorriso que pedi à Sra. Deputada Marta Couto na intervenção anterior, mas ia pedir-lhe, pelo menos, que me deixasse terminar a intervenção.

E eu vou terminar a dizer o seguinte.

Não é razoável que, com navios que já estão cá há quatro meses, que vão iniciar a operação, segundo a informação do próprio Governo Regional ou da Atlânticoline, daqui a 15 dias, nós não saibamos...

Deputado André Bradford (PS): Oh, senhor! Não é o senhor que tem de saber é o povo!

O Orador: ... o que é que eles vão fazer: quantas ligações é que vão ter, a que horas é que vão partir, a que horas é que vão chegar e, para além do mais,...

Deputado Miguel Costa (PS): O senhor é especialista em transportes! Vão saber!

O Orador: ... agora assistimos a uma coisa quase surreal que é: o Sr. Secretário Regional vai apresentar o PIT por todas as ilhas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O que é isso?

Deputado André Bradford (PS): Está no *email*!

O Orador: O Plano Integrado de Transportes, ou, na versão do PSD, a “Prova da Incompetência dos Transportes” deste Governo.

E por cada apresentação que faz, faz um novo anúncio e diz que o navio vai também operar entre a Calheta de São Jorge e Angra do Heroísmo. Já adivinhamos que quando for à Graciosa vai anunciar a ligação entre Angra do Heroísmo e Santa Cruz da Graciosa...

Deputado Rogério Veiros (PS): O senhor conhece a Graciosa?

Deputado André Bradford (PS): Oh, senhor, não pode ser Santa Cruz da Graciosa!

O Orador: ... e, depois, quando voltar a São Jorge, vai dizer que afinal o navio faz Santa Cruz da Graciosa, Velas ou Calheta.

Deputado Rogério Veiros (PS): Oh, senhor! O senhor conhece a Graciosa!

O Orador: Oh, Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo e Sra. Presidente,...

Praia da Graciosa!

Deputado Rogério Veiros (PS): O especialista de transportes não conhece os Açores!

O Orador: Praia da Graciosa!

Permitam-me que vos possa dizer que já corri todos os portos, em navio, dos Açores.

Deputado Rogério Veiros (PS): Não parece. Não me diga que teve em Santa Cruz da Graciosa?!

O Orador: Em navio.

E, pior do que isso, é que, de anúncio em anúncio, este Governo, em anúncios, é farto; em concretizações, os navios continuam parados no Porto da Horta.

Numa coisa nós temos que nos entender: se antes aquilo que nós dizíamos que era urgente, para V. Ex.^{as} não era urgente; se antes aquilo que nós dizíamos que era para manter, V. Ex.^{as} diziam “não, não, até pode ser melhorado e aumentado”, hoje verificou-se que os senhores não sabem para que lado fica o norte.

Deputado André Bradford (PS): E o senhor não sabe onde é o porto da Graciosa!

O Orador: A conclusão com que o PSD fica é que o Governo Regional, de anúncio em anúncio, não sabe não só onde é que fica o norte, nem sabe onde é que fica o sul, nem sabe onde é que fica o este, nem sabe onde é que fica o oeste.

Era preciso que, de uma vez por todas, este Governo dissesse o que é que quer fazer, não é com o Plano Integrado de Transportes, que aquilo nunca vai sair do papel, a gente nem chega para aí, é o que é que quer fazer com dois navios que estão parados há quatro meses no Porto da Horta.

Obrigado.

(Aplausos dos deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Permita-me, Sr. Deputado Aníbal Pires, que lhe diga que, a partir deste momento, eu também lhe posso chamar General Pirro, porque o senhor... General Pirro e vou explicar-lhe porquê. Porque o senhor prepara-se para alcançar uma vitória...

Deputada Zuraida Soares (BE): É melhor do que vegetal!

O Orador: ... com a aprovação desta sua iniciativa e a batalha custou-lhe o seguinte.

O senhor entrou cheio de peito nesta batalha, com exércitos, com bandeiras defraudadas e o senhor apresentou...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E tanques!

O Orador: ... as suas condições, e sejam substancialmente... Eu vou ler tudo.

Ponto número 3: “Recomendar ao Governo Regional que a tarifa que incide sobre o tráfego de passageiros não sofra qualquer agravamento e que as tarifas a aplicar ao tráfego de viaturas permitam a circulação diária e sejam substancialmente inferiores às atualmente praticadas no circuito turístico sazonal da Atlânticoline”.

É uma entrada de rompante.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): À almirante!

O Orador: Mas veja bem. No meio do caminho, alguém lhe terá dito, “Bom, isto assim é demais! Isto assim, Sr. Deputado, é demais! Vamos começar a negociar isto e vamos começar a cortar aqui a palavrinha substancialmente...”

(Risos dos deputados da bancada do PSD, do Deputado Artur Lima e da Deputada Zuraida Soares)

... e poderia ficar: “permitam a circulação diária e sejam inferiores às atualmente praticadas ao circuito turístico”.

Bom, também não foi o suficiente, Sr. Deputado. Não bastou a palavrinha substancialmente e a palavrinha substancialmente, qual comissão de redação, transformou-se...

(Risos e aplausos dos deputados das bancadas do PSD e CDS-PP)

... na palavra “tendencialmente”. Oh, Sr. Deputado, no meu dicionário, “tendencialmente” pode ser que os preços subam, ou seja, pode ser que os preços subam, pode existir uma tendência nesse sentido, porque pode não acontecer, Sr. Deputado.

Por isso é que eu, Sr. Deputado, abusando...

(Diálogo inaudível entre alguns deputadas da câmara)

O Orador: Sr. Deputado, oiça! Eu já sei que a minha opinião não conta muito para si,...

(Risos da câmara)

...mas deixe-me terminar e deixe-me dizer-lhe o seguinte.

Por isso é que eu começo esta iniciativa por lhe dizer que V. Ex.^a está aqui a alcançar uma vitória de Pirro, porque esta vitória é uma vitória com perdas muito grandes. Sabe qual é? É uma perda da coerência e é uma perda em relação aos resultados finais que o Sr. Deputado queria alcançar que, com estas alterações, são substancialmente diferentes.

E, depois, também não posso concordar com o ponto nº 1,...

(Risos da Deputada Zuraida Soares)

... e não posso concordar porque dá azar, Sr. Deputado. É que estas coisas dos navios, o senhor está aqui a festejar o início da operação dos novos navios quando ela ainda não iniciou.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Tal carrete!

(Risos da câmara)

O Orador: Ainda não se iniciou. E isto é como desejar as felicidades a alguém que vai fazer anos mas ainda não fez.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Dá azar!

O Orador: E por isso...

Dá azar e eu não o posso acompanhar nesta perspetiva.

Terceiro ponto, e termino por aqui, Sr. Deputado.

Em relação à explicação económica para isto, para esta iniciativa.

Eu imagino o Sr. Deputado Lizuarte Machado a ler isto e a votar a favor,...

(Risos da câmara)

... depois de ter escrito aquele artigo de opinião (a explicação económica para sustentar isto).

“A sustentabilidade financeira dos novos navios deve ser obtida através dos benefícios indiretos da dinamização das atividades económicas e não através da imposição de tarifas e que acabem por se tornar um obstáculo à sua utilização.”

Ponto final, assunto arrumado,...

(Risos de alguns deputados da bancada do PSD)

... estudo feito.

E, portanto, meus senhores, o que é que eu faço em relação à votação deste Projeto de Resolução? É evidente! Não posso acompanhar V. Ex.^a nesta votação, porque os motivos enunciados, penso que justificam a minha não aprovação desta sua iniciativa.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente à intervenção do Deputado Paulo Estêvão, não é porque não considere a opinião do Deputado Paulo Estêvão,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! Já considera!

O Orador: ... julgo é que o Sr. Deputado Paulo Estêvão procurou trazer aqui um momento de humor,...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): E conseguiu!

O Orador: ... e eu até gostei, sinceramente, até gostei. O senhor tem, de facto, essa característica inata de ser um humorista. Depois, outras qualidades, enfim, talvez não lhas reconheça tanto.

Há aqui uma questão que importa que fique clara e que tem a ver com o seguinte.

É evidente que houve uma proposta de substituição, porque houve um entendimento entre a Representação Parlamentar do PCP...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E o PS!

O Orador: ... e o Grupo Parlamentar do Partido Socialista para que isso acontecesse.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isso está a ficar um vício!

O Orador: Agora, (Eu não estou a ouvir os vossos apartes!) pergunto uma coisa. PSD, nunca aconteceu isso? PPM, nunca aconteceu isso? CDS, nunca aconteceu isso?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não, não!

O Orador: Ai, aconteceu, aconteceu!

Bloco de Esquerda, nunca aconteceu isso?

Mas há aqui alguma coisa, algum procedimento que não seja normal...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: ... e que não decorra do trabalho parlamentar? A pergunta é esta: há aqui algum procedimento que não seja normal? Há algum partido aqui, nesta câmara, que não tenha seguido este procedimento relativamente...

Deputado Rogério Veiros (PS): Isso é ciumeira!

O Orador: ... às suas iniciativas?

Essa é a pergunta, se quiserem responder.

Há algum partido que não tenha seguido este procedimento? Há alguma novidade aqui?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não, não há!

O Orador: Há alguma novidade?

Ah! Pensei que havia aqui alguma novidade. Até o Sr. Deputado Paulo Estêvão que, no meio das suas sessões humorísticas, de vez em quando, até faz o

trabalho para que foi eleito pelo povo dos Açores, nos intervalos dos seus números humorísticos também faz isso, Sr. Deputado. Já fez isso e fez muito bem, Sr. Deputado, assim como todos os outros. Porque o que é que vai resultar daqui? O que vai resultar daqui...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Zero! Nada!

O Orador: Vai, Sr. Deputado. Vai, Sr. Deputado!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Nada!

O Orador: Isso é o que o senhor diz!

Mas o que vai resultar daqui é que vai haver redução de tarifas. Se o senhor depois lhe quiser dar...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Vai haver é redução de viagens!

O Orador: ... ou se o senhor lhe quiser, depois, adjetivar se é substantivo ou se é menos substantivo, isso é outra questão. Agora, o que decorre daqui é isto.

Relativamente à intervenção do Deputado Jorge Macedo, queria recordar-lhe aqui o seguinte. Quando foi da discussão do Projeto de Resolução do PSD,...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Que não era urgente!

O Orador: ... que baixou à comissão, o PCP disse, relativamente a isso, que mais importante que essa questão era o tarifário e o PCP disse-o numa outra altura também, na Sessão de Perguntas promovida no Plenário passado pela Representação Parlamentar do PPM, uma das perguntas que foi feita ao Secretário Regional do Turismo e Transportes pela Representação Parlamentar do PCP incidiu sobre o quê, Sr. Deputado? Sobre o tarifário, porque o tarifário é importante, porque se mantemos um tarifário elevado, este investimento, que foi feito pela região, não serve, Sr. Deputado. Não serve, porque vai continuar a ser um garrote à mobilidade dos cidadãos e, sobretudo, ao comércio,...

Deputado André Bradford (PS): À região económica!

O Orador: ... que é aquilo que nos interessa.

À tal região económica.

Deputado André Bradford (PS): Exatamente!

O Orador: E, portanto, Sr. Deputado, como vê, a preocupação não é só ao nível das frequências e ela também aqui está refletida no Projeto de Resolução que o PCP aqui traz.

Mas também aqui tem alguma diferença relativamente àquela que o PSD apresenta. O PSD apresentou linearmente isto: manter as frequências; o PCP diz isso, mas dá aqui uma outra margem de maleabilidade para que essas frequências...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Possam ser reduzidas!

O Orador: ... se mantenham, com a possibilidade de utilização de outras embarcações, que estão na região. E é isso que o PSD se esqueceu. É que o PSD esqueceu-se disso!

Portanto, Sr. Deputado Jorge Macedo, há, de facto, aqui que separar algumas coisas. Este Projeto de Resolução não é igual ao do PSD. Mais! Mesmo naquilo em que tem alguma semelhança, é substantivamente diferente, porque, sim, senhor, é para manter as frequências, mas dá maleabilidade para a utilização de outras embarcações, coisa que o PSD não fez.

Agora, independentemente das questões e do argumentário que já foi aqui utilizado, aquilo que importa aos cidadãos, aquilo que importa ao povo dos Açores, principalmente, e, neste momento, aos habitantes, aos residentes no Grupo Central, aos cidadãos e aos empresários do Grupo Central é a garantia, a partir de hoje, que o tarifário vai ser tendencialmente mais barato...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não é substancialmente?!

(Risos do Deputado Jorge Macedo)

O Orador: ... do que aquele que é praticado. Esta é a garantia com que nós saímos daqui.

E mais, Sr. Deputado Jorge Macedo, mais. Hoje, é esta câmara que o vai decidir, não é o Secretário Regional dos Transportes e Turismo que o vai dizer, amanhã; é esta câmara que o diz, não é o Secretário, amanhã, num anúncio avulso. Já percebeu, Sr. Deputado? Já percebeu qual é o alcance?

Deputada Zuraida Soares (BE): *Dah!*

Deputado Jorge Macedo (PSD): Eu oiço bem!

O Orador: Já percebeu?

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Vice-Presidente, tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu confesso que uma parte deste debate pareceu-me um debate um bocado surrealista. Eu tenho que vos dizer para ver se nós também nos entendemos todos sobre a forma de abordar estas matérias e estas questões.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Diga como é que é para a gente fazer!

O Orador: Quando se concorda, é porque se concorda; quando se discorda, é porque se discorda.

Deputado Jorge Macedo (PSD): La Palisse não diria melhor!

O Orador: Quando se procura consensos, é porque se está aqui a ceder; quando se defende uma posição, é porque se está a ser intransigente.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Ontem, esta maioria e este Governo foram acusados de arrogância, de ditadura, de imposição da vontade.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Exceto pelo PCP!

O Orador: Quando se tenta encontrar consensos a bem dos Açores e dos açorianos, fazendo com que os textos sejam exequíveis, sejam a favor da região, que defenda posições consensuais, buscando aquilo que nos une e tentando encontrar uma solução, diz-se e critica-se com a mesma intensidade que se criticava exatamente o contrário.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

O Orador: É isto que eu sinceramente não consigo perceber,...

Deputado André Bradford (PS): Nem os açorianos!

O Orador: ... porque a substância que está aqui em análise, e uma recomendação que gostaria de dizer que o Governo acompanha, concorda,

apoia e, se for aprovado, aplicará (estamos a falar de uma recomendação), é que: primeiro, não exista redução de oferta de transporte marítimo entre as ilhas do Faial, Pico e São Jorge;...

Deputada Zuraida Soares (BE): Era o que faltava!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Garante? O senhor garante?

Deputada Zuraida Soares (BE): Era o que faltava!

O Orador: ... segundo, que a tarifa que incida sobre o tráfego de passageiros não sofra agravamentos e que as tarifas a aplicar no tráfego de viaturas sejam tendencialmente inferiores às atualmente praticadas.

É disto que estamos a falar.

É, sem dúvida, uma boa notícia para os açorianos; é, sem dúvida, um aspeto que devia unir todos nesta casa, ao contrário, está-se aqui, por vezes, em tom menos apropriado a tentar fazer...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... questões que não são para aqui chamadas.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem! Isto é que é uma abordagem séria!

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sr. Vice-Presidente, a questão não está do lado do Partido Socialista. Está a ver mal a coisa. Nem está do lado do Governo, que está a fazer o seu papel negocial, e bem, como deve fazer. A crítica não é para ali nem para si, a crítica é ali para o seu apêndice,...

(Risos de alguns deputados da câmara)

... para o Sr. Deputado do Partido Comunista Português, eleito nas listas da CDU.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Toma tento na língua! Comigo não brincas!

O Orador: Sr. Deputado...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Comigo não brincas!

O Orador: O Sr. Deputado está a ameaçar-me?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não! Eu já disse que vais ouvir aquilo que não queres!

Presidente: Srs. Deputados, não entrem em diálogo.

Sr. Deputado Artur Lima, faça o favor de continuar a sua intervenção.

O Orador: O Sr. Deputado está a ameaçar-me?

Presidente: Srs. Deputados, não entrem em diálogo.

Sr. Deputado Artur Lima, faça o favor de continuar.

O Orador: Muito obrigado, Sra. Presidente. Pese embora a ameaça de que fui vítima, que registo.

(Risos de alguns deputados da câmara)

Sr. Deputado Aníbal Pires, a crítica é, obviamente, para si, e a crítica é para si, porque vai contra os seus princípios,...

Deputado André Bradford (PS): Ao que a gente chegou! Vai contra os princípios?!

O Orador: ... porque vai contra os princípios do Partido Comunista Português, porque os senhores são contra, por exemplo, o senhor acha muito mal que o Serviço Regional de Saúde seja tendencialmente gratuito, mas acha bem que os transportes sejam tendencialmente mais baratos. É isso o que o senhor tem de explicar. Mas o tendencialmente está muito bem aplicado. Por exemplo, no caso, são tendencialmente mais baratas as passagens e as tarifas, está correto. Isto está previsto no PIT, porque vamos ver agora a nova viagem que o Sr. Secretário anunciou em São Jorge ou na Terceira,...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sem ro-ro!

O Orador: ... já não sei onde, que vem do Porto das Pipas para a Calheta. É simples, porque, como não há ro-ro, vem o passageiro para a Calheta, a preços mais baratos, e depois manda o carro para as Velas e depois apanha um táxi da Calheta para as Velas para vir buscar o carro. Isto é que é o Plano Integrado de

Transportes. Os senhores é que não estão a ver o alcance disto tudo. E por isso é que é tendencialmente mais barato, porque para a Calheta não pode levar carro, vai só passageiro. O carro depois vai no navio grande para as Velas e depois a família vai de autocarro e vai de táxi buscar o carrinho às Velas.

E, portanto, é o Plano Integrado de Transportes do Partido Socialista.

E depois é preciso ver que os navios estão há quatro meses (há quatro meses!) em exposição ali, no Porto da Horta. Nem no Qatar! Nem o Sultão do Brunei se dá a esse luxo, de comprar um carrinho e pôr quatro meses sem andar! Pelo menos dá uma voltinha. Pode fartar-se logo a seguir, mas dá uma voltinha.

Deputado Francisco César (PS): Incomoda!

O Orador: Não incomoda, Sr. Deputado Francisco César.

E fui o primeiro nesta casa a elogiar quando os barcos chegaram, como o senhor bem se lembra, no Plano e Orçamento.

Deputado Berto Messias (PS): Não me recordo!

O Orador: Aqui, nesta casa.

E, portanto, os senhores estão a fazer... Os senhores ponham os barcos a navegar, que é para isso que lá estão. Porque, daqui a dias, vai ser outra rampa ro-ro que vai servir de atraso aos barcos.

E, portanto, esta proposta do Partido Comunista foi substancialmente alterada por parte do Partido Comunista e nós concordamos com o substancialmente, mas também percebemos que o Sr. Deputado Aníbal Pires tem um problema com o significado de “substancial”, porque se assim não fosse, tinha percebido o que era uma alteração substancial a uma iniciativa legislativa, e não percebeu, e fez a confusão e, por isso, teve o comportamento que teve naquilo que se passou ontem, nesta casa.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Miguel Costa, tem a palavra.

(*) **Deputado Miguel Costa (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr.

Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para tentar esclarecer algumas dúvidas que foram levantadas.

O Projeto de Resolução apresentado pelo PSD desce à comissão há um mês pelo simples facto de, além de ser muito menos abrangente do que este apresentado pelo PCP,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Tendencialmente, é abrangente!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Menos abrangente, vai à comissão!

O Orador: ... entretanto, ter sido apresentado um Plano Integrado de Transportes e que esclareceu todos os assuntos.

Além disso, Sr. Deputado, não faz qualquer sentido discutir...

(Burburinho)

O Orador: Venha a debate, venha a debate!

(Risos da câmara)

O Orador: Não é rindo que os senhores vão esclarecer o assunto! Aliás, típico do Sr. Deputado Duarte Freiras: é só rindo. Esclareça, venha a debate.

Sr. Deputado Jorge Macedo, não é com este Projeto de Resolução com urgência que se resolve nada disto, sabe porquê? Isto está esclarecido nas Obrigações de Serviço Público.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Então, por que é que vai à comissão?

O Orador: Aquilo que o PSD aqui questiona está nas Obrigações de Serviço Público, em vigor. Não há alteração das ligações.

Deputado Francisco César (PS): Oh, homem! Aprende alguma coisa!

O Orador: Não há alteração das ligações! Há a necessidade. Sabe por que é? Sabe por que é que desce?

Deputado Joaquim Machado (PSD): Por causa da comissão de redação!

O Orador: Não é por causa do petróleo! Sabe por que é que desce? Desce, sabe porquê? Pela chegada de um Plano Integrado de Transportes, para aí, sim, discutir-se tudo, de forma integrada. E é por isso que não faz qualquer sentido.

Passado tempo e a apresentação do Plano Integrado de Transportes, aí sim. Aí sim. Entramos em matéria suficiente para poder discutir isto e esta proposta aqui apresentada, este Projeto de Resolução apresentado pelo PCP...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A pedido?

O Orador: ... e que esclarece ou, melhor, evidencia aquilo que já foi apresentado recentemente pelo Secretário Regional na apresentação do Plano Integrado de Transportes.

Em relação à retirada da referência aos preços da Atlânticoline, meus senhores, estamos a falar de duas empresas que estão a entrar em breve em processo de fusão e, portanto, há uma harmonização de preços, obviamente. Claro. E, portanto, isso está fora de questão.

Outra questão em relação à oferta. A oferta, no transporte, aumenta, mesmo com as Obrigações de Serviço Público atuais, aumenta o número de lugares, aumenta a oferta na mercadoria, aumenta a oferta no transporte de viaturas. Portanto, também aí estamos esclarecidos.

E termino dizendo que se não há barcos novos, está tudo mal;...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... se há barcos novos, continua tudo mal;...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... se falta a certificação, nada vos importa. Sr. Deputado, o que importa é que vão realmente entrar em serviço quando tiverem todas as condições, e são os açorianos que vão ficar bem servidos, mesmo que isso...

(Aplausos dos deputados do PS)

... incomode muitos partidos da oposição.

E termino dizendo que esta é uma “Prova de Inteligência nos Transportes”, depois de conquistar meios e infraestruturas, porque, “Prova de Incompetência nos Transportes”, tivemos uma ampla manifestação no passado pelo PSD, e isso bastou.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos deputados do PS)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

(*) Deputado Jorge Macedo (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Por isso é que o senhor ainda anda nos Cruzeiros!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Se não fossem os velhinhos Cruzeiros do PSD, não havia transporte para ninguém!

Presidente: Sr. Deputado Jorge Macedo, tem a palavra.

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Aníbal Pires, a pergunta legítima nesta fase do debate é a seguinte: V. Ex.^a ainda consegue acreditar numa única palavra daquilo que vos é dito, combinado, articulado, negociado com o Partido Socialista em matéria de transportes?

A história reza cinco ou seis exemplos que aconselharia V. Ex.^a a não embarcar em cantigas, sopradas, negociadas, articuladas com o Partido Socialista e com o Governo.

O Sr. Deputado sabe bem que se encomendaram navios que nunca chegaram.

Deputado Francisco César (PS): A cassete!

O Orador: Gastaram-se 130 milhões em navios e continuámos com navios velhos. Inaugurámos, há quatro meses, dois navios, continuam parados. Anunciaram umas Portas do Mar em Angra do Heroísmo e agora vão fazer um *Hub* na Praia da Vitória.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Isso o que é? Um *Hub*?

O Orador: Vão ter dois navios cruzeiro (que são os Cruzeiros das Ilhas e do Canal) que quando se lhes pergunta o que é que vão fazer com eles toda a gente encolhe os ombros, inclusive a Transmaçor e a Atlânticoline. E agora encomendaram dois navios de 115 metros, que vão dar 25 nós e que terão,

segundo as contas feitas por alguém que sabe fazer bem essas contas, 2,5% de ocupação.

Sr. Deputado Aníbal Pires, quando quiser fazer alguma articulação, negociação, ou outra coisa terminada em “ão”, com o Partido Socialista, é bom que talvez possa conversar com uma pessoa que sabe na bancada do Partido Socialista.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Ora, muito bem!

O Orador: Porque aquilo que V. Ex.^a fez ao tirar o “substancialmente” para introduzir o “tendencialmente” revela uma coisa: é que ainda deve ser dos poucos açorianos que, em matéria de transportes, acredita naquilo que o Governo e que o Partido Socialista dizem.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Sr. Vice-Presidente, quando o senhor diz que se se concorda é porque se concorda, se se discorda é porque se discorda, era importante que a concordância e a discordância sobre o mesmo tema, sobre o mesmo assunto, sobre o mesmo conteúdo, num intervalo de três semanas, fosse a mesma. A concordância caso fosse concordância há três semanas, ou a discordância caso fosse a discordância há três semanas. É porque há três semanas tivemos a discutir rigorosamente a mesma coisa nesta casa e V. Ex.^{as} disseram que não era urgente discutir.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): V. Exas. quem?

O Orador: O Governo e o Partido Socialista! Disseram que não era urgente discutir.

Hoje, estamos, e bem, a discutir, nesta casa, o Projeto de Resolução do Partido Comunista. O PSD, naturalmente, até porque boa parte, 50% do Projeto de Resolução do PCP é semelhante àquilo que o PSD apresentou há três semanas, vai votar favoravelmente esse Projeto de Resolução. Mas o importante era que nós todos, hoje, conseguíssemos perceber o que é que o Governo e o Partido Socialista querem relativamente ao transporte marítimo de passageiros no triângulo e no Grupo Central e a conclusão que se chega, provada à exaustão, é que não sabem o que é que vão fazer, não sabem aquilo que querem e não sabem uma coisa tão simples, que é quanto é que vai custar uma tarifa para

colocar uma viatura para transportar, por exemplo, entre a Horta e a Madalena do Pico.

Deputado Miguel Costa (PS): Eu acabei de dizer que está a ser negociado!

O Orador: Essa questão não foi explicada, não foi dita neste debate e era importante que, de uma vez por todas, se pudesse saber qual é o tarifário que vai ser praticado no triângulo.

Eu termino referindo que o transporte de ferry,...

Deputado Francisco César (PS): O senhor quer falar nisto a sério ou é *blá blá blá*?

O Orador: ... no triângulo, foi, em 2008, proposto pelo Partido Social Democrata, ao qual nós apelidamos de “uma ponte marítima”. Ainda bem que neste momento existem dois navios ferry para concretizar essa ponte marítima, mas era muito importante que nós pudéssemos estar tranquilos, os açorianos tranquilos, os habitantes do triângulo tranquilos, sabendo que V. Ex.^{as} sabem o que é que querem fazer.

Deputado Miguel Costa (PS): Com certeza!

O Orador: Faltam 15 dias para começar uma operação e V. Ex.^{as} não sabem o que é que querem fazer.

(Aplausos dos deputados do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Rogério Veiros.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Mais um especialista!

(*) Deputado Rogério Veiros (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Antes de mais, gostaria de dizer ao Sr. Deputado Jorge Macedo que, como deputado, mas, sobretudo, como cidadão que anda por estas ilhas, tenho assistido a muitas conversas e participado em muitas conversas com muitos jorgenses, com muitos “picarotos”, com muitos faialenses que estão

extremamente satisfeitos com a evolução que este Governo tem implementado nas ligações inter-ilhas, e esta é uma evolução muito grande e sem precedentes.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Muito bem!

O Orador: E hoje encontramos empresas de São Jorge que investem no Pico, empresas do Pico que investem em São Jorge, e encontramos uma economia mais interligada, graças a uma política de transportes que tem aproximado estas ilhas do triângulo e se está cada vez mais a aproximar toda esta economia. É um processo sem precedentes na história dos Açores.

Mas gostaria também de dizer que o anúncio que o Sr. Secretário fez da ligação entre a Calheta e Angra é um anúncio de grande alcance para os Açores e para o Grupo Central. E gostaria aqui de dizer que nós fomos, durante muitos anos, criticados por não estarmos a fomentar essa operação. Primeiro, porque não havia porto desde sempre na Calheta. O Governo do Partido Socialista fez o Porto, depois faltaram os barcos, que perderam a certificação...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Agora têm a gare marítima e não têm barcos!

O Orador: ... na altura em que a Transmaçor era gerida por privados. Depois, criticavam-nos porque tínhamos porto, construámos a gare marítima, mas não tínhamos barcos, e agora que temos porto, que temos gare e que temos barcos, vamos iniciar, desde já, a operação, e também somos criticados por isso.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: E criticados conforme acabou de criticar e de ridicularizar, de certa forma, aqui, o Sr. Deputado Artur Lima pela forma como falou da decisão do Sr. Secretário.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade!

O Orador: Oh, Sr. Deputado Artur Lima, sabe que esta ligação marítima entre Calheta e Angra é uma grande aspiração dos jorgenses, dos calhetenses em particular e de muitos angrenses com quem eu falo? E é um assunto de extrema importância para esta população. E, por isso, Sr. Deputado, aquilo que as pessoas desejam é muito importante, porque isso irá permitir também uma

maior ligação económica entre São Jorge e a ilha Terceira, nomeadamente Angra, que é uma cidade de referência para muitos dos jorgenses,...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... por razões históricas, por razões culturais e por razões económicas.

A forma como V. Ex.^a abordou esta ligação brincando com o assunto é brincar com a ambição de muitos jorgenses...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... e de muitos terceirenses, e com as aspirações do povo o senhor não deve brincar.

(Aplausos dos deputados do PS e dos membros do Governo)

Respeite, V. Ex.^a, todas as pessoas e a ambição deste debate.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem, Sr. Deputado!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ficam todos muito satisfeitos!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Aníbal Piros.

(*) Deputado Aníbal Piros (PCP): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Artur Lima, quero agradecer-lhe... Oh, Sr. Deputado Artur Lima, queria fazer-lhe um agradecimento. Não se importa?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Peço desculpa!

O Orador: *Okay.*

Queria agradecer-lhe a sua preocupação e o papel, digamos, de zelador pelos bons princípios do PCP. Agradeço que quando eu me desviar, digamos,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Cá estou!

O Orador: ... dos princípios do PCP, V. Ex.^a assumo, então, o papel de zelador dos bons princípios do PCP.

Para além deste agradecimento, gostava de lhe dizer ainda o seguinte, e já não é só para o Deputado Artur Lima, mas é para toda a câmara. É que o CDS-PP já nos habituou, e todos nós temos essa experiência, de que quando não tem argumentos relativamente ao objeto daquilo que se está a discutir, normalmente fundamenta o seu discurso em pilares que nada têm a ver com o objeto das iniciativas que se discutem, aliás, como aqui está provado...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Por exemplo?

O Orador: ... e depois socorre-se dos bordões populistas e demagógicos. Mas sempre lhe direi, Sr. Deputado Artur Lima.

Há aqui uma questão que é esta, Sr. Deputado, e isso, desta discussão o que é importante é aquilo que vai ser decidido...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Estamos de acordo!

O Orador: ... e o sinal que fica dado aos residentes nas ilhas do Grupo Central, aos empresários do Grupo Central que querem, que desejam, que anseiam pela entrada em vigor desta operação e que se lhes está aqui a dizer, hoje, que vão ter tarifas inferiores às que são praticadas. Isso é que é importante, independentemente de outros juízos que V. Ex.^a possa fazer e das preocupações que tenha sobre os princípios, enfim, do PCP.

Sr. Deputado Jorge Macedo, oh, Sr. Deputado, eu acredito. Tanto acredito na boa-fé do Grupo Parlamentar do Partido Socialista como acredito na boa-fé do Grupo Parlamentar do PSD, do CDS, do PPM e do Bloco de Esquerda. Oh, Sr. Deputado, não tenho razão nenhuma para não acreditar, mas...

Deputado Francisco César (PS): Não é como a Deputada do Bloco de Esquerda em relação a Passos Coelho!

(Pausa)

Deputada Zuraída Soares (BE): Mas é que a Sra. Deputada do Bloco de Esquerda tem razões para não acreditar! É a diferença, Sr. Deputado.

Presidente: Faça favor de continuar, Sr. Deputado. Os apartes são regimentais.

O Orador: Eu já estou habituado...

Presidente: Os apartes são regimentais.

O Orador: ... a ser interrompido e até gosto.

Presidente: Faça o favor de continuar, Sr. Deputado.

Deputada Zuraida Soares (BE): São regimentais, não são?

Presidente: São.

O Orador: Dá-me tempo para respirar.

Presidente: São regimentais, Sra. Deputada, são regimentais.

Faça o favor de continuar, Sr. Deputado.

Deputada Zuraida Soares (BE): Eu conheço o Regimento!

O Orador: Mas, oh, Sr. Deputado Jorge Macedo, de qualquer forma, eu quero responder-lhe, para já, com uma pergunta. Acredita ou não, V. Ex.^a, neste sistema parlamentar? É que, pelos vistos, e por aquilo que eu depreendi da primeira parte da sua intervenção, não acredita! É que não acredita! E, então, Sr. Deputado, eu queria fazer-lhe outra pergunta. Se não acredita, o que é que V. Ex.^a aqui está a fazer? O que é que V. Ex.^a aqui está a fazer?

Deputada Zuraida Soares (BE): Vá! Diga lá!

(Risos da câmara)

O Orador: Relativamente à outra parte da sua intervenção,...

Deputado Jorge Macedo (PSD): A diferença é entre acreditar no Pai Natal e não acreditar no Pai Natal!

Deputado Francisco César (PS): E acreditar em coisas irrealistas não é fácil!

O Orador: ... ela fugiu claramente do objeto que está aqui à discussão. E, como tal, vai perdoar-me, mas eu não vou tecer considerações sobre a outra parte, a grande parte da sua intervenção.

Mas, oh, Sr. Deputado Jorge Macedo, há ainda mais uma ou duas perguntas que eu gostaria de lhe fazer. V. Ex.^a considera ou não importante manter as frequências? V. Ex.^a considera ou não que é necessário ou que é importante que haja uma redução do tarifário para as viaturas? É que eu ainda não percebi qual vai ser o sentido de voto do PSD.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Está distraído! Já disse duas vezes!

O Orador: Ah! Sabe, eu estou com um problema auditivo. É porque eu ainda não percebi. Já somos dois. Estou com um problema auditivo. É que eu ainda não percebi do discurso de V. Ex.^a, que está a fazer em nome da bancada do Partido Socialista, ainda não percebi muito bem.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Socialista?! Está todo baralhado!

O Orador: Do Partido Social Democrata! Peço desculpa! Peço desculpa, Sr. Deputado.

Portanto, eu ainda não percebi porque, de facto, a confusão tem sido tão grande por parte das intervenções que V. Ex.^a tem feito que eu ainda não consegui compreender de que lado é que está, se está do lado do povo açoriano, se está de outro lado qualquer, se está desse lado apenas por estar, porque é isso que me quer parecer, Sr. Deputado, é isso que me quer parecer.

Mas deixei-lhe aqui um conjunto de perguntas, às quais gostaria de ouvir resposta, desde logo à primeira, se não acredita, o que é que aqui está a fazer.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** (Não, Sr. Deputado! Está alinhadíssimo!)

Sras. e Srs. Deputados, Sra. Presidente:

Para um esclarecimento muito breve ao Sr. Deputado Rogério Veiros.

Trocas comerciais entre as ilhas, oh, Sr. Deputado, o Terra Alta, o Espírito Santo, o Ponta Delgada, enfim. E, se quiser, para eu não o esclarecer e para não o pôr em dúvida, pergunte ao Sr. Deputado Domingos Cunha, calhetense de gema, filho de um grande comerciante da Calheta, que ele explica-lhe bem como é que se faziam as trocas comerciais entre Angra do Heroísmo e a Calheta e as viagens marítimas entre Angra do Heroísmo e a Calheta. O Sr. Deputado Domingos Cunha depois vai explicar-lhe como é que se fazia.

Muito obrigado.

Deputado Rogério Veiros (PS): Era só isso?!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E chega!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares, tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Chegada a esta altura do debate, eu também gostaria de dar algum contributo para a avaliação sobre este Projeto de Resolução do Partido Comunista.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Português!

A Oradora: É inegável...

Português, se o Sr. Deputado faz muita questão nisso. Português!

Este Projeto de Resolução do PCP, para o Bloco de Esquerda, é respeitável, seja pela sua generosidade, seja pelo “elencamento” das preocupações que aqui assume e que aqui levanta.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Tendencialmente!

A Oradora: E nós iremos votar favoravelmente este Projeto de Resolução, porque na realidade não temos nenhuma razão para votar contra. O que é que eu quero dizer com isto? Quero dizer que este Projeto de Resolução é verdadeiramente significativo no seu ponto 3, mas permitam-me que diga que o ponto 1 e o ponto 2 são absolutamente extraordinários. O Sr. Deputado perdoar-me-á, mas eu atrevia-me a dizer hilariantes, porque reparem bem.

Este Projeto de Resolução recomenda que a Assembleia Legislativa dos Açores resolva o seguinte: “Ponto 1:...

Deputado André Bradford (PS): A gente já leu!

A Oradora: ... considerar...

Não leu, não!

Deputado André Bradford (PS): Ah, leu, leu!

A Oradora: Mas os açorianos e açorianas não leram e eu estou a falar para eles e para elas também.

“Ponto 1: a Assembleia Legislativa dos Açores resolve recomendar considerar o transporte marítimo de passageiros e viaturas entre as ilhas do Grupo Central como fator de enorme importância para o desenvolvimento”, da região, pressupõe-se.

Deputado André Bradford (PS): Isso é hilariante, Sra. Deputada?

A Oradora: Mas quê? A Assembleia Legislativa dos Açores tem que recomendar considerar o transporte marítimo de passageiros e viaturas no Grupo Central como absolutamente fundamental?!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Imagine se fosse o PSD a dizer isso!

A Oradora: Oh, Sras. e Srs. Deputados, nós não nascemos ontem e o povo açoriano também não. Que é importante, já nós sabemos há séculos, atrevia-me a dizer!

E continua o ponto 1: “A Assembleia Legislativa dos Açores recomenda ao Governo que se congratule com o início da operação dos novos navios, Mestre Simão e Gilberto Mariano, correspondendo a uma antiga aspiração da comunidade destas ilhas”.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo,...

Deputado André Bradford (PS): Acha isso hilariante?

A Oradora: ... peço imensa desculpa, mas a Assembleia Legislativa não precisa de recomendar a ninguém para se congratular. As pessoas congratulam-se...

(Risos dos deputados da bancada do PSD)

... ou não se congratulam conforme muito bem entendem e eu como deputada não tenho o direito de obrigar ninguém a congratular-se com coisa nenhuma. Isto quanto ao primeiro ponto.

Segundo ponto: “A Assembleia Legislativa dos Açores recomenda ao Governo que, com a entrada em serviço destes navios [destes navios mencionados: Mestre Simão e Gilberto Mariano] não existe a redução da oferta de transporte marítimo entre as ilhas do Faial, Pico e São Jorge”.

Sras. e Srs. Deputados, era o que mais faltava! Então, vêm dois novos navios e a expectativa era que a oferta fosse reduzida?

Eu peço imensa desculpa, mas na realidade não é possível votar contra isto porque isto não quer dizer nada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Claro!

A Oradora: E eu lamento ter que dizer isto com toda a frontalidade ao Deputado Aníbal Pires, que também é conhecido pela frontalidade com que exprime as suas opiniões, seja o Bloco de Esquerda ou a qualquer outra bancada parlamentar.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Tal carrete!

A Oradora: Portanto, o ponto 1 e o ponto 2, Sr. Deputado, Sras. e Srs. Deputados, na realidade não querem dizer coisa nenhuma. Mais! São um atentado à liberdade individual de cada açoriano e açoriana, que agora têm que se congratular à força, mandado pela Assembleia Legislativa dos Açores.

Deputado André Bradford (PS): Vote contra!

A Oradora: Mas chegamos...

Já disse que vou votar a favor. Está preocupado?

Deputado André Bradford (PS): Se acha que é um atentado, vote contra!

A Oradora: Está preocupado?

Mas agora chegamos ao ponto 3.

Deputado André Bradford (PS): Seja coerente!

A Oradora: Posso continuar?

Deputado André Bradford (PS): Pode.

A Oradora: Posso.

Agora chegamos ao ponto 3, e o ponto 3 é que é verdadeiramente o ponto relevante deste Projeto de Resolução, quando diz assim: “Esta Assembleia recomenda ao Governo Regional que a tarifa que incide sobre o tráfego de passageiros não sofra qualquer agravamento...”. Sim, senhor. Isto é uma obrigação desta Assembleia, aprovar e recomendar ao Governo. Absolutamente de acordo. “... e que as tarifas a aplicar ao tráfego de viaturas sejam [e eu vou voltar à primeira versão] substancialmente inferiores às atualmente praticadas”. Aconteceu que, com toda a legitimidade deste Parlamento e do Regimento e das diferentes bancadas desta casa, o Partido Comunista entendeu substituir o termo “substancialmente” por “tendencialmente”.

Deputado André Bradford (PS): Isso aconteceu na Constituição da República Portuguesa. Era para ser “gratuito” e os senhores puseram “tendencialmente gratuito”!

A Oradora: Mas, Sras. e Srs. Deputados,...

(Diálogo entre o Deputado Artur Lima e o Vice-Presidente do Governo)

A Oradora: ... peço imensa desculpa, faz toda a diferença do mundo. É que substancialmente, no meu dicionário, quer dizer bastante; tendencialmente não quer dizer coisa nenhuma. Esta é que é a verdadeira diferença.

E agora falando para o Sr. Vice-Presidente, que estava, enfim, também legitimamente indignado, porque umas vezes o Governo queria consensualizar e era mal visto porque queria consensualizar, outras vezes não queria consensualizar e era mal visto porque não queria consensualizar. É verdade, mas isto é a vida, não fomos nós que escolhemos os membros do Governo que estão; estão porque querem e têm que aguentar com estas contradições do povo e das diferentes bancadas parlamentares.

(Apartes inaudíveis da câmara)

A Oradora: Mas, Sr. Vice-Presidente, deixe-me dizer-lhe uma coisa, é que substituir a palavra...

Oh, Sr. Deputado, deixe-me só acabar.

Deputado André Bradford (PS): Foi eleito, foi.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Para aí não.

A Oradora: Para o Governo não. Foi para aqui. Exatamente. Por isso é que eu digo que quando está no Governo aguenta-se, é a vida.

Mas o que eu lhe queria dizer, Sr. Vice-Presidente...

(Apartes inaudíveis da câmara)

A Oradora: Não consigo. Eu queria dizer, Sra. Presidente, mas está difícil.

Presidente: Vai dizer, Sra. Deputada, vai dizer.

Vamos permitir à Sra. Deputada Zuraida Soares que conclua a sua intervenção.

A Oradora: Obrigada.

Eu gostava que o Sr. Vice-Presidente...

(Aparte inaudível do Deputado André Bradford)

A Oradora: Faço minhas as suas palavras muitas das vezes que o senhor fala, Sr. Deputado.

Deputado André Bradford (PS): Mas é que tecnicamente eu ainda não disse nada! Ainda não falei!

A Oradora: Muitas das vezes que o senhor fala e estou-lhe a dizer diretamente e não é em aparte. Certo?

Deputado André Bradford (PS): Eu ainda não disse nada!

A Oradora: Sr. Vice-Presidente, gostava de poder acabar aquilo que tenho para lhe dizer, se me permitir. Também é democrático. É democrático o senhor ouvir-me porque eu estou a falar para si.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Eu oiço é com os ouvidos! Não ouço com os olhos!

A Oradora: Pronto! E o senhor está aí também para isso.

Então, o que eu tenho para lhe dizer é que é fácil, Sr. Vice-Presidente, consensualizar quando se substitui substancialmente por tendencialmente, sabe porquê? Porque esta substituição quer apenas dizer uma coisa: desistência, capitulação, diminuição da exigência e da reivindicação...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Toma, Aníbal!

A Oradora: ... e isto não é consensualizar, isto é abdicar de uma reivindicação. E, por isso, Sr. Vice-Presidente, às vezes é fácil consensualizar, outras vezes é difícil consensualizar, depende do grau de convicção e de exigência de cada um.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não contava voltar a este debate...

Deputado Berto Messias (PS): Não se incomode!

O Orador: Já vi que V. Ex.^{as} querem. Eu faço-vos a vontade.

Mas eu não contava voltar a este debate em relação a este assunto de forma direta, mas existiram aí várias referências e eu tenho que elaborar o contraditório e devo dizer-vos o seguinte.

Começo por si, Sr. Deputado Miguel Costa. O Sr. Deputado leu isto? Leu este documento? Já o leu? É porque eu digo-lhe uma coisa. Eu comecei a ler este documento...

Deputado Francisco César (PS): E depois adormeceu!

O Orador: ... e acho que este documento é um documento mal estruturado, que terá que ser revisto urgentemente e vou dar-lhe um exemplo.

Eu começo a ler os documentos todos sempre pela ilha do Corvo. Leio sempre o que é que chega à ilha do Corvo. Começo sempre ao contrário da maior parte de V. Ex.^{as} Começo sempre a ler a partir da ilha do Corvo. E chego aqui e vejo, em relação à ilha do Corvo,... Diz aqui: “Proceder V. Ex.^a...”.

V. Ex.^a é que trouxe o assunto. Eu estou a responder-lhe em 20 segundos. V. Ex.^a é que trouxe o assunto. E o que eu vou dizer-lhe é o seguinte.

Chego aqui à ilha do Corvo, primeira asneira. Diz aqui...

Deputado Francisco César (PS): Primeira quê?

O Orador: Asneira. Primeira asneira.

Diz aqui: “Remodelação da aerogare do Corvo”. E vejam bem o que é que se pretende fazer na ilha do Corvo: “Efetuar as adaptações necessárias que permitem a segregação no embarque e desembarque”. Segregação?

Deputado André Bradford (PS): É separar!

O Orador: Mas quem é que está a ressuscitar o de Klerk nos Açores? Segregação?

Deputado André Bradford (PS): O senhor não sabe o que é que quer dizer segregação!

O Orador: E, depois, o pior é o que dizem a seguir, na alínea seguinte, e vamos mandar isto para a União Europeia. Somos expulsos! Os Açores são expulsos se enviam este tipo de texto. Este tipo de erros, querem que eu vos dê mais sete ou oito erros deste tipo? Este texto está mal escrito, mal adaptado.

Deputado André Bradford (PS): Isso é ridículo!

O Orador: Este texto tem soluções absolutamente ridículas, que não funcionam e, portanto, os senhores têm aqui um texto de péssima qualidade (péssima qualidade!).

Deputado Miguel Costa (PS): Volte ao Regimento!

O Orador: E quem escreveu isto não tem mais que a 4ª classe, Srs. Deputados.

(Burburinho geral)

O Orador: Não tem mais que a 4ª classe!

Presidente: Srs. Deputados!

O Orador: Portanto, este texto é um texto péssimo...

Presidente: Srs. Deputados! Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: E quero terminar esta intervenção. Quero terminar esta intervenção. Não! É que os Srs. Deputados é que fazem o seu enquadramento e depois, a partir daí, é evidente que nós já recebemos o texto e já o lemos. Está cheio de gralhas, está cheio de erros, está cheio de coisas absolutamente ridículas. Isto é preciso ser alterado e é urgente. Deixo aqui esta informação.

Portanto, meus senhores, em relação a esta matéria, o enquadramento que se lhe quer dar é absolutamente essencial...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): A comissão de redação altera isso!

O Orador: ... que este documento venha a ser revisto com urgência e não quero, por uma questão de pudor, falar em mais sete ou oito asneiras que aqui estão. E ficamos por aqui. Mas se os senhores me chamarem, eu venho aqui e explico.

Deputado André Bradford (PS): A gente não chama!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Vice-Presidente, tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu tenho e o Governo tem toda a consideração e levamos muito a sério todas as afirmações que todos os deputados proferem nesta casa.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão disse que se esse texto, nomeadamente um ponto que referiu, continuasse, os Açores seriam, e estou a citá-lo, “expulsos da União Europeia”.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Gostaria, em nome da credibilidade do debate, que me identificasse o artigo do tratado europeu que permite substanciar...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não é o Tratado da União Europeia! É a Carta dos Direitos do Homem!

O Orador: ... a informação que o senhor fez.

Ou levamos a sério aquilo que o senhor disse, e disse que tinha uma parte do Plano Integrado de Transportes que implicaria a expulsão dos Açores na União Europeia. Queria, concretamente, que concretizasse em que artigo do tratado é que leva a essa expulsão e o que é que está lá que viola o Tratado da União Europeia, concretamente, para sabermos do que é que estamos a falar. Primeira questão.

Segunda questão. Se me permite, eu e o Governo temos toda a consideração e respeito por quem tem a 4ª classe.

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Inscreveu-se, não foi, Sr. Deputado Paulo Estêvão?

Ainda não.

Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Começo esta minha intervenção a responder aqui às questões ou, pelo menos, a algumas questões que a Deputada Zuraida Soares colocou.

Desde logo, e com toda a frontalidade que me é reconhecida, V. Ex.^a obliterou a parte substantiva, na sua leitura, do ponto 2 do Projeto de Resolução. A senhora só leu até São Jorge.

Deputada Zuraída Soares (BE): Mas tenho razão no que disse?!

O Orador: Só leu até São Jorge.

Deputada Zuraída Soares (BE): Mas tenho razão no que disse?!

O Orador: É porque...

Deputada Zuraída Soares (BE): Pode sair essa parte!

O Orador: Não, não tem razão!

Eu não quero saber se a senhora tem razão ou não tem razão. A senhora, aquilo que fez foi obliterar a parte que é importante do ponto 2 e que termina em São Jorge, que foi até onde V. Ex.^a leu, “sendo admissível a coexistência de ligações asseguradas pelos novos navios com viagens intercalares realizadas por outro tipo de embarcação”, o que não é de somenos importância.

Eu poderei, numa outra altura, explicar a V. Ex.^a o que é que isto significa, porque eu já percebi que V. Ex.^a não entendeu.

Depois, Sra. Deputada, eu relativamente às outras considerações não vou fazer nenhum tipo de comentário. O que eu não compreendo é que faça todas as críticas que V. Ex.^a tem a fazer, designadamente aos três pontos do Projeto de Resolução...

Deputada Zuraída Soares (BE): Dois! Dois! Primeiro e segundo!

O Orador: Não se referiu ao terceiro?

Deputada Zuraída Soares (BE): Referi-me! Foi alterado!

O Orador: Ah! Pensei!

Relativamente às dúvidas e às questões que colocou, o que eu não entendo (legitimamente, é a sua opinião), agora, há aqui uma coisa que eu não percebo, é por que é que vai votar a favor! Por que é que vai votar a favor, Sra. Deputada? Não vote. Oh, Sra. Deputada, não vote.

Deputada Zuraída Soares (BE): Porque gosto do Projeto do Resolução!

O Orador: Então, este Projeto de Resolução não tem nenhum valor, isso não tem nenhum valor,...

Deputado André Bradford (PS): É hilariante!

O Orador: ... isso é hilariante, então, V. Ex.^a não vote a favor, vote contra o Projeto de Resolução.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Deputada Zuraída Soares (BE): Mas o Sr. Deputado quer orientar o meu sentido de voto?

O Orador: Não, não! Estou apenas a detetar aqui algumas incongruências entre aquilo que é o seu discurso e aquilo que é a sua prática.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem cerca de um minuto para fazer a sua intervenção.

Sras. e Srs. Deputados, vamos continuar o nosso debate.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Vice-Presidente, no contexto desta discussão, a bancada do Partido Socialista trouxe à coação este documento. Eu, como lhe disse, tive oportunidade de ler este documento, uma parte deste documento. Acabei de lhe dizer que este texto está mal escrito e que as soluções são más soluções e que tem aqui coisas absolutamente ridículas.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Qual é o artigo?

O Orador: Portanto, eu, em relação a essa matéria, reafirmo o que lhe acabei de dizer.

Agora, se o Sr. Vice-Presidente não percebe que é desadequado colocar no embarque e desembarque de passageiros a palavra “segregação”,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Qual é o artigo do tratado?

O Orador: ... o problema não é meu, é seu, Sr. Vice-Presidente. O problema é seu.

Presidente: Sr. Deputado, tem de terminar.

O Orador: E se alguém acha que é adequado colocar a palavra “segregação”, então não conhece nada da história do século XX, então não conhece nada em termos de conotações históricas, então demonstra uma profunda ignorância em relação ao que deve ser um texto técnico. Um texto técnico tem que respeitar sempre, sempre, sempre aquilo que é a nossa herança cultural e aqueles princípios civilizacionais que temos defendido.

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: E é evidente que é desadequado. Qualquer pessoa lhe dirá isso, Sr. Vice-Presidente. Ninguém lhe pode dizer coisa diferente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Vice-Presidente, tem a palavra.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É para dizer que, não pelo que a intervenção do Sr. Deputado Paulo Estêvão disse, mas exatamente porque não disse, que precisamente ficámos, sobre esta matéria, esclarecidos.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Agora sim...

Sr. Deputado Paulo Estêvão, pede a palavra para?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Para uma intervenção.

Presidente: Já não tem tempo, Sr. Deputado.

(Burburinho)

Presidente: E também não havendo mais inscrições, vamos passar à votação.

(Pausa)

Vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

Estamos a votar, Srs. Deputados!

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de Resolução foi aprovado com 30 votos a favor do PS; 20 do PSD; 3 do CDS-PP; 1 do BE; 1 do PCP; e 1 abstenção do PPM.

Deputado Berto Messias (PS): Eu espero que os senhores jornalistas estejam atentos a esta votação!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A nossa posição em relação a esta iniciativa do PCP não podia deixar de ser aquela que foi. Nós não podemos acompanhar uma iniciativa que significou uma capitulação em relação aos princípios que o Sr. Deputado estava a defender e que eu próprio defendo. Não poderia votar a favor.

E devo também dizer que os Açores fazem parte de um espaço democrático, do espaço da União Europeia, e não podem estar neste território da União Europeia, que é um espaço de paz e de civilização e de democracia. É evidente que os nossos tratados, os tratados da União Europeia o que dizem é que não se aceitam sociedades que praticam a segregação.

(Risos dos deputados da bancada do PS)

É evidente que praticam a segregação e é evidente, oh, Sra. Presidente, que a resposta que o Sr. Vice-Presidente quis é de um ridículo total...

Presidente: Sr. Deputado, está a fazer uma declaração de voto!

O Orador: ... que é perguntar (é de um ridículo total)...

Presidente: Sr. Deputado, está a fazer uma declaração de voto!

O Orador: Estou a fazer a declaração de voto, Sra. Presidente. Estou a dizer como é que foi e por que é que eu fiz a votação que eu realizei, quais foram os motivos.

O que eu estou a dizer é que, neste âmbito e neste contexto, o que foi aqui referenciado foi também o enquadramento que os transportes marítimos têm no âmbito da visão que o Partido Socialista tem em relação a este assunto, de uma forma global, na região, e que se consubstancia, e foi o argumento que foi avançado pelo Partido Socialista, neste Plano Integrado de Transportes dos Açores.

E o que eu estou a dizer é que, em relação a esta matéria, os Açores têm que ser também uma região que respeita os diferentes grupos sociais, os diferentes grupos étnicos e que não pode existir, em relação a esta matéria,...

Presidente: Sr. Deputado!

O Orador: ... e termino, Sra. Presidente, qualquer dúvida e erros tão grosseiros como este...

Presidente: Sr. Deputado!

O Orador: ... documento tem.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Não havendo mais declarações de voto, vamos passar ao ponto seguinte da nossa Agenda. Ponto 11: **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 62/X – “Pronúncia sobre a fiscalização marítima na Zona Económica Exclusiva da Região Autónoma dos Açores”, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.**

Para justificar a urgência, tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A urgência desta iniciativa decorre do facto de ter havido uma decisão do Supremo Tribunal Administrativo sobre a responsabilidade do Estado na fiscalização da Zona Económica Exclusiva dos Açores que, noutras instâncias, tinha sido dada razão a associações dos Açores que pediam uma indemnização

ao Estado pela falta de fiscalização. O Supremo Tribunal Administrativo veio invalidar essas decisões, mas no acórdão do Supremo Tribunal Administrativo são dados como provados um conjunto de factos que responsabiliza o Estado português pela ausência dessa falta de fiscalização. E julgo que é a altura própria para que esta câmara se possa pronunciar sobre esta questão.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Não havendo, vamos então votar este...

Sr. Deputado Aníbal Pires, pede a palavra para?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Para uma interpelação para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Deputado Francisco César (PS): Estamos no meio de uma votação!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Ah! Eu peço desculpa.

Presidente: Vamos votar a urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O pedido de urgência e de dispensa de exame em comissão foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, pede a palavra?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Agora, sim, para pedir o intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental e considerando o nosso horário, vamos terminar também os trabalhos por hoje.

Vou pedir aos líderes e ao Sr. Vice-Presidente que se aproximem da Mesa.

(Pausa)

Sras. e Srs. Deputados, uma boa noite a todos e até amanhã.

Regressamos às 10 horas.

Eram 19 horas e 36 minutos.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Duarte Manuel Braga Moreira

Partido Social Democrata (PSD)

Cláudio Borges Almeida

Cláudio José Gomes Lopes

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa

(*) Texto não revisto pelo/a orador/a.

Documentos entrados

1 – Projeto de Decreto-Lei:

Assunto: Projeto de decreto-lei que estabelece as regras que disciplinam a execução material e financeira do Programa Medidas Veterinárias - MAM - (Reg. DL 91/2014) - n.º 91/X

Proveniência: Conselho de Ministros

Entrada: 2014 – 03 – 11

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2014 – 03 – 31.

2 – Proposta de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: [Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 13/98/A, de 4 de agosto, que define e caracteriza o património baleeiro regional e estabelece medidas e apoios destinados à respetiva inventariação, recuperação, preservação e utilização - n.º 27/X](#)

Autor: Governo

Entrada: 2014 – 03 – 11

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2014 – 04 – 14.

3 – Projetos de Resolução:

Assunto: [Recomenda ao Governo Regional a aplicação de tarifas reduzidas no transporte de viaturas e passageiros e a manutenção da oferta existente nas ligações marítimas entre as ilhas do Grupo Central – n.º 61/X](#)

Autor: PCP

Data de Entrada: 2014 – 03 – 10

Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão.

Assunto: [Pronúncia sobre a fiscalização marítima na Zona Económica Exclusiva da Região Autónoma dos Açores – n.º 62/X](#)

Autor: PCP

Data de Entrada: 2014 – 03 – 10

Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão.

Assunto: [Recomenda ao Governo Regional que tome as medidas necessárias, no sentido de assegurar o funcionamento da Estação Costeira. – n.º 63/X](#)

Autora: BE

Data de Entrada: 2014 – 03 – 12

Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão.

4 – Petição:

Assunto: [Pela alteração das prioridades de ordenação dos candidatos ao concurso externo extraordinário, na Região Autónoma dos Açores – n.º 24/X](#)

Autora: Sofia Heleno Santos Roque Ribeiro, Sindicato Democrático dos Professores dos Açores

Data de Entrada: 2014 – 03 – 11

Comissão: Assuntos Sociais

Aguarda Admissibilidade.

5 – Comunicações/Informações:

Assunto: Ofício a solicitar pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projeto de Resolução - “Recomenda ao Governo Regional a aplicação de tarifas reduzidas no transporte de viaturas e passageiros e a manutenção da oferta existente nas ligações marítimas entre as ilhas do Grupo Central” – n.º 61/X

Proveniência: A Representação Parlamentar do PCP, Aníbal Pires

Data de Entrada: 2014.03.10;

Assunto: Ofício a solicitar pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projeto de Resolução sobre “Pronúncia sobre a fiscalização

marítima na Zona Económica Exclusiva da Região Autónoma dos Açores” – n.º 62/X

Proveniência: A Representação Parlamentar do PCP, Aníbal Pires

Data de Entrada: 2014.03.10;

Assunto: Ofício a comunicar que foi para publicação o Decreto Legislativo Regional n.º 2/2014 - Almoço Durante os Períodos de Férias e Interrupções Letivas

Proveniência: O Representante da República para a RAA

Data de Entrada: 2014.03.11;

Assunto: Ofício a enviar o Plano Integrado de Transportes

Proveniência: Gabinete da Vice-Presidência do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial

Data de Entrada: 2014.03.11;

Assunto: Enviado por via eletrónica, para conhecimento, as Moções sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 22/X - Cria o Regime de Integração Excecional dos Docentes Contratados nos quadros da RAA, através de um concurso externo extraordinário, em 2014

Proveniência: O Presidente do Sindicato dos Professores da Região

Data de Entrada: 2014.03.11;

Assunto: Ofício a solicitar pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão – do Projeto de Resolução - “Recomenda ao Governo Regional que tome as medidas necessárias, no sentido de assegurar o funcionamento da Estação Costeira” - n.º 63/X

Autora: BE

Data de Entrada: 2014 – 03 – 12.

6 – Relatórios:

Assunto: [Projeto de Lei n.º 507/XII/3 – “Aprova medidas tendentes a assegurar a participação dos cidadãos nos atos eleitorais e o pluralismo do debate público” – n.º 79/X](#)

Proveniência: Comissão Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalhos

Data de Entrada: 2014.03.12.

—

A redatora: *Sónia Isabel Maciel Nunes*